



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO EM ESTUDOS DO GÊNERO E DIVERSIDADE

JOSELITA DA SILVA SANTANA

“EU e ELAS na ACADEMIA”: o ingresso e permanência das mulheres após os quarenta anos no
Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade na Universidade Federal da Bahia - UFBA
(2009-2014).

Salvador
2015

JOSELITA DA SILVA SANTANA

“EU e ELAS na ACADEMIA”: o ingresso e permanência das mulheres após os quarenta anos no Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade na Universidade Federal da Bahia - UFBA (2009-2014).

Monografia apresentada ao Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade da Universidade Federal da Bahia como requisito para à obtenção do título de Bacharela em Estudos de Gênero e Diversidade.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Iole Macedo Vanin.

Salvador

2015

S232 SANTANA, Joselita da Silva
“Eu e elas na academia”: o ingresso e permanência das mulheres após os
quarenta anos no Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade na Universidade
Federal da Bahia - UFBA (2009-2014). / Joselita da Silva Santana. – 2015.
144 f.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Dra. Iole Macedo Vanin.

Monografia (graduação) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas, 2015.

1. Mulheres - Ensino superior. 2. Identidade de gênero na educação. I. Vanin,
Iole Macedo. II. Título.

CDD: 305

JOSELITA DA SILVA SANTANA

“EU e ELAS na ACADEMIA”: o ingresso e permanência das mulheres após os quarenta anos no Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade na Universidade Federal da Bahia - UFBA (2009-2014).

Monografia apresentada ao Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade da Universidade Federal da Bahia como requisito para à obtenção do título de Bacharela em Estudos de Gênero e Diversidade.

Aprovada em 26 de novembro de 2015.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Iole Macedo Vanin - Orientadora _____
Graduação em História – Universidade Católica do Salvador. Mestrado e Doutorado em História pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. É professora do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade da UFBA. Pesquisadora filiada e diretora de formação da Rede Regional Norte Nordeste de Estudos e Pesquisas Sobre a Mulher e Relações de Gênero. Desenvolve atividades de extensão, estudos e pesquisas que abordam os seguintes temas: ciência, gênero, educação, história, feminismo e mulher.

Profa. Dra. Salete Maria da Silva _____
Graduada em Direito - Universidade Regional do Cariri-URCA, Mestre em Direito - Universidade Federal do Ceará-UFC e Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres Gênero e Feminismos pela Universidade Federal da Bahia-UFBA. É advogada com formação especial em Direitos Humanos (GAJOP-UNICAP) e capacitação em Direitos Humanos pela Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal-SEDH. É professora do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade da UFBA. Aprecia, produz e publica literatura popular (cordel), estabelecendo diálogos entre Arte, Direito e Transformação Social.

Profa. Dra. Rosângela Araújo _____
Professora Adjunta-DE da Faculdade de Educação/Faceb e do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade da Universidade Federal da Bahia-UFBA. Graduada em História - UFBA, Mestrado e Doutorado em Educação - Universidade de São Paulo/USP. Professora Permanente do Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar de Difusão do Conhecimento/DMMDC-UFBA e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM). Coordenadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher - NEIM/UFBA. É mestre de Capoeira Angola e fundadora-coordenadora do Instituto Nzinga e Estudos da Capoeira Angola e Tradições Educativas Banto no Brasil/INCAB.

Salvador
2015

Dedico esse trabalho a minha família que amo muito, minhas irmãs: Juliana da S. Santana, Jacira da S. Santana e meu irmão José Jorge da S. Santana; aos meus saudosos genitores (*in memoriam*) Hermenegilda da S. Santana – mãe e Jose S. Santana – pai. Obrigada pelo apoio e principalmente pelo amor todos os dias de minha vida. Principalmente à Jacira Santana que colaborou muito com essa monografia, além de sua dedicação para minha formação escolar e meu crescimento como ser humano. Agradecer a vocês sempre será pouco, a minha família sempre meu carinho e minha vida. Amo muito vocês!

AGRADECIMENTOS

A Deus todo poderoso, criador do Universo e protetor da minha vida.

A Jesus Cristo que é o caminho a verdade e a vida.

Aos Seres de Luz pela proteção dos meus caminhos.

Aos meus pais, José Souza Santana e Hermenegilda da Silva Santana (in memoriam).

A todas/os professoras/es que participaram do meu caminho no mundo escolar.

Às professoras e professores do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade, em especial aquelas que sempre mim deram força, carinho e amizade, obrigada!

À minha orientadora Prof^a. Dra. Iole Macedo Vanin, por quem sempre tive admiração. Sei que nosso caminho monográfico não foi fácil, contudo, conseguimos alcançar nosso objetivo, e dessa forma minha vitória. Obrigada minha mestra pela paciência, estímulo, carinho e entendimento.

A todas as turmas do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade, obrigada colaborar com minha pesquisa monográfica.

A todas(os) colegas da Turma de Gênero e Diversidade de 2009: Marta Santos, Ana Luzia, Fabiana Amorim, Alice Hora, Tatiane Cerqueira, Edna Pinho, Ranilo, Thiago, Sandra e Victoria, por todos os momentos que passamos juntas/os. É a todas/os que de alguma forma cruzaram meu caminho em sala de aula.

Ao Gedem – Grupo de Atuação Especial em Defesa da Mulher - Ministério Público do Estado da Bahia, principalmente à coordenadora e Promotora de Justiça Márcia Regina R. Teixeira,

obrigada pela oportunidade, orientação, aprendizagem e companheirismo durante meu estágio (e pós também), possibilitando-me crescimento acadêmico, profissional e pessoal.

Aos colegas da ACCS – Mapeamento Biorregional, principalmente o professor Miguel Accioly, obrigada pelas experiências e conhecimentos nas Comunidades da Ilha de Matarandiba e da Baixinha - Taperoá.

Aos colegas da ACCS – Matas Urbanas, principalmente a professora Maria Aparecida (Cidinha), obrigada pelas experiências e conhecimentos agroecológico, e em especial no Assentamento Terra Vista – Arataca/Ba.

Aos colegas que contribuíram de alguma forma para feitura desse trabalho, em especial a Edilmar Alcantara, Cora Maria B. de Santana, Jose A. da Silva (Zé), Luciana Sá, Paulo Silva.

Aos meus amigos, em especial a Adriana Novaes, Sônia Wright e John Goodwin que de alguma forma contribuíram nessa caminhada com o meu sucesso e vitória!

PASSAGEM

Passagem,

Passagem, passar.

Lembranças, lembrar.

Saudades, Saudades.

Ao passar por algum lugar, sempre deixe sua marca.

Seja um sorriso,

Uma risada,

Sua alegria,

Sua energia,

Sua dança,

Sua meiguice,

Seu cantar.

Passagem, passar.

Lembranças, lembrar.

Saudades, Saudades.

Deixe sempre por onde passar, marca, impressão, lembrança, saudades.

Ao passar por algum lugar, deixe colegas, amigos e irmãos.

As pessoas lembrarão de você sempre, a saudade será uma constante, será para a vida toda.

Passagem, passar.

Lembranças, lembrar.

Saudades, Saudades.

Deixo sempre em meu caminho - Lembranças,

Na minha passagem - Saudades,

Na minha saudade - meu passar, minhas lembranças, minha marca.

Deixo sempre, Lembranças e Saudades.

Joselita Santana

04/04/2014

SANTANA, Joselita da Silva. “Eu e elas na academia”: o ingresso e permanência das mulheres após os quarenta anos no Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade na Universidade Federal da Bahia - UFBA (2009-2014). 144 f. 2015. Monografia (graduação) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2015.

RESUMO

O presente estudo tem como finalidade apresentar os resultados da pesquisa intitulada “EU e ELAS na ACADEMIA”: o ingresso e permanência das mulheres após os quarenta anos no Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade na Universidade Federal da Bahia - UFBA (2009-2014). A pesquisa tem como pergunta norteadora: “os marcadores sociais de gênero, idade/geração, raça; etnia, e classe foram fatores que determinaram o acesso tardio e permanência dessas mulheres na universidade?”. E na busca de respondê-la, a metodologia utilizada incluiu a elaboração e aplicação de um roteiro de entrevista/questionário estruturado com perguntas a cerca de três aspectos: acesso a vida acadêmica, a vida profissional e as possibilidades futuras. Nos resultados identificou-se a formação política cidadã, a consciência de gênero feminista e o processo de empoderamento das e dos discentes do Bacharelado, além dos lados positivos e negativos dessa experiência cotidiana. Na análise a cerca da vivência universitária dessas mulheres destacam-se amplos conhecimentos adquiridos no curso por meio das abordagens interdisciplinares.

Palavras-chave: Mulheres, Gênero, Educação Superior, Estudos de Gênero e Diversidade.

SANTANA, Joselita da Silva. “Me and THEM at ACADEMY”: the entrance and permanence of women after forty in the Gender and Diversity Bachelorate at the Bahia Federal University – UFBA (2009-2014). 144 f. 2015. Monograph (graduation) - Federal University of Bahia. Faculty of Philosophy and Human Sciences. 2015.

ABSTRACT

The present study has the purpose of presenting the results of the research entitled “Me and THEM at ACADEMY’: the entrance and permanence of women after forty in the Gender and Diversity Bachelorate at the Bahia Federal University – UFBA (2009-2014). The research has as its central question: “the social marker of gender, age/generation, race/ethnicity, and class were factors that determined the late access and permanence of these women in the University?”. And the search to answer it, the methodology used included the elaboration and application of an interview/questionnaire route structured with questions about three aspects: access to academic life, professional life and the future possibilities. The results identified a political citizenship formation, a feminist gender consciousness and a process of empowerment of the Bachelorate’s students, besides the positive and negative sides of this daily experience. The analysis about the university experience of life of these women broad knowledges acquired in the course through interdisciplinary approaches are accentuated.

Key Words: Women, Gender, Higher Education, Gender and Diversity Studies.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Total de ingressantes no curso de Gênero e Diversidade entre 2009-2014	23
TABELA 2 – Pertencimento étnico-racial das/os aprovadas/os no curso do BEGD	62
TABELA 3 - Área I – Cursos de Tecnologia	77
TABELA 4 – Ações Afirmativas no curso de Gênero e Diversidade 2009-2013	88

LISTA DE QUADROS:

QUADRO 1 - Percentagens das alunas e alunos com mais de 40 anos por turma de Gênero e Diversidade	24
QUADRO 2 - Percentagens do total absoluto das/dos alunas/os que estão matriculadas/os atualmente por ano da turma de Gênero e Diversidade em 2014.	27
QUADRO 3 – Orientação afetivo-sexual.	55
QUADRO 4 – Pertencimento Racial	63
QUADRO 5 - Pertencimento Religioso	65

LISTA DE SIGLAS

AC	Atividade Complementar
ACCS	Ação Curricular em Comunidade e Sociedade
AI-5	Ato Institucional número 5
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BEGD	Bacharelado nos Estudos de Gênero e Diversidade
BI	Bacharelado Interdisciplinar
CEN	Coletivo de Entidades Negras
CF/88	Constituição Federal de 1988
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPL	Cursos de Progressão Linear
CST	Cursos Superiores de Tecnologias
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ECT	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
Gedem	Grupo de Atuação Especial em Defesa da Mulher
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transsexuais
Marsol	Maricultura Familiar Solidária
MEC	Ministério da Educação
NEIM	Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher
ONG	Organização Não Governamental
OB	Disciplina Obrigatória

OP	Disciplina Optativa
PAF	Pavilhão de Aulas da Federação
PCERP	Pesquisa das Características Étnico-raciais da População
PDIufba	Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal da Bahia
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PNE	Plano Nacional de Educação
Prograd	Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RBA	Reunião Brasileira de Antropologia
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RN	Rio Grande do Norte
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SSOA	Serviço de Seleção, Orientação e Avaliação
STI	Superintendência de Tecnologia da Informação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UCSAL	Universidade Católica do Salvador
UFBA	Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 RELAÇÕES DE GÊNERO, MULHERES E FEMINISMO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BAIANA.....	32
2.1 A Universidade Federal da Bahia.....	36
2.2 Bacharelado nos Estudos de Gênero e Diversidade.....	41
3 MULHERES E O ACESSO ACADÊMICO.....	46
3.1 Quem somos nós?	53
3.2 Experiências na vida profissional	69
3.3 Acesso à vida acadêmica	82
3.3.1 O sonho de acesso a um curso superior	87
3.3.2 A escolha do bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade	92
4 EXPERIÊNCIA DA VIDA ACADÊMICA E NO CURSO DE GÊNERO	96
4.1 Formação política para a cidadania	96
4.2 Consciência de gênero feminista e empoderamento	106
4.3 Dificuldades e contrassensos	116
4.4 Possibilidades futuras	126
5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	131
REFERÊNCIAS	136

1 INTRODUÇÃO

A presente monografia tem como finalidade apresentar os resultados da pesquisa intitulada “EU e ELAS na ACADEMIA”: o ingresso e permanência das mulheres após os quarenta anos no Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade na Universidade Federal da Bahia - UFBA (2009-2014), que foi desenvolvida como requisito para a conclusão do Bacharelado de Estudos de Gênero e Diversidade, da Universidade Federal da Bahia.

Contudo, para se compreender o resultado apresentado na presente monografia é preciso entender o percurso que me fez chegar até a escolha do tema de pesquisa e o motivo da escolha do mesmo. Um destaque desse processo foi a dificuldade que tive para escolher e ou encontrar o tema, melhor dizendo do tema me encontrar. A partir da experiência acadêmica, pontuadas tanto pelas construções e desconstruções de saberes, de conhecimentos, dos preconceitos¹ vividos e testemunhados, além das formas como interagia com o mundo a minha volta, tinha a necessidade de falar sobre algo relacionado a essa referência, mais o que exatamente não sabia.

Em uma das aulas sobre temas monográficos, surgiu à frase “o tema encontra você” parafraseando a professora Iole Vanin (2009). No decorrer dos semestres, esta frase aparecia sempre, mais sempre contestava dizendo que até o momento o tema não tinha achado meu endereço (casa, e-mail, facebook, etc.), esse desencontro ocorreu até o final do segundo semestre de 2014, quando fui obrigada a ter um tema para finalizar o curso com o trabalho monográfico, mas, a verdade é que ainda existia dúvida no decorrer da feitura da monografia. Justamente por esses encontros e desencontros que ainda pergunto-me, você encontra o tema ou “o tema encontra você”?

Entrando na graduação de Estudos de Gênero e Diversidade em 2009 e no decorrer do curso, percebi que as minhas experiências não eram isoladas, havia outras mulheres que

¹ Norberto Bobbio (*apud* NOGUEIRA, 2002, p.103) traz a definição de que se entende por preconceito da seguinte forma: “uma opinião ou conjunto de opiniões, às vezes até mesmo uma doutrina completa, que é acolhida crítica e passivamente pela tradição, pelo costume ou por uma autoridade de quem aceitamos as ordens sem discussão: ‘acriticamente’ e ‘passivamente’, na medida em que a aceitamos sem verificá-la, por inércia, respeito ou temor, e a aceitamos com tanta força que resiste a qualquer refutação racional, vale dizer, a qualquer refutação feita com base em argumentos racionais”.

compartilhavam das mesmas vivências de preconceito, discriminação², até mesmo as dificuldades no desenvolvimento acadêmico. Estas questões estavam lá a todo o momento, mas minha percepção ou meu sinal de alerta ainda não estava ligado. Incrivelmente só no mês de setembro de 2014 a pesquisa tomou forma e corpo. Estas experiências e vivências compartilhadas me inquietaram, e passei a questionar porque não fazer meu trabalho monográfico com esse tema. Foi um percurso lento e muitas vezes dolorido.

Confesso que não queria falar sobre este tema que me inquietava e angustiava-me, pois era algo íntimo e pessoal. Tentei, ou melhor, inventei vários temas no percurso da graduação, como por exemplo, a violência contra a mulher, o feminicídio³, entre outros, encobrendo o desejo de refletir sobre o que afligia o meu ser: a dificuldade de por no papel minhas ideias, a discriminação percebida contra as pessoas que já não eram consideradas jovens, e o cotidiano pessoal e profissional que impediu de ingressar na universidade logo após o término do ensino médio. Além do que, olhar esse percurso demandaria coragem e lucidez, e isso parecia algo difícil de realizar.

Existia outro ponto de aflição nesse desafio que era o de escrever. Escrever, mesmo que seja sobre qualquer assunto é difícil, mesmo muitas pessoas dizendo que eu era capaz. A minha auto-estima estava em baixa e por isso achava que minha capacidade era limitada, que não conseguiria escrever ou transcrever o conhecimento apreendido. Turbilhões de emoções me assaltavam, e o medo e a insegurança tomavam conta de mim no espaço acadêmico. Foi quando não aguentei mais, pois o tema que propunha a fazer “o ingresso das mulheres na Universidade após os 40 anos” não saía do lugar. Comecei assistir algumas defesas monográficas, e não me via falando sobre o meu tema, faltava algo que ainda não sabia o que era.

No início de setembro de 2014, assistindo uma defesa monográfica sobre discriminação e preconceito contra pessoas LGBT, percebi com clareza que não me via defendendo a minha monografia. No meado do mês de setembro dei uma surtada, não conseguia dormir. Entre os dias

² O conceito de discriminação que utilizo é o de Bobbio (*apud* NOGUEIRA, 2002, p. 107) “onde a discriminação “significa qualquer coisa a mais do que diferença ou distinção, pois é sempre usado com uma conotação pejorativa”. “É uma diferenciação injusta ou ilegítima se fundido num mero juízo de fato, quando um grupo se acha superior ao outro grupo, e esse processo se completa quando se “libera todas as suas consequências negativas”, segundo Bobbio (*apud* NOGUEIRA, 2002, p. 109).

³ Sobre o feminicídio segundo a Lei 13.104/2015 é a circunstância qualificadora do crime de homicídio/ crimes hediondos contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, esta Lei (13.104/2015) entrou em vigor em 9 de março de 2015, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm#art1>. Acessada em: 10 de set. 2015.

17 e 18 do mês citado não conseguia dormir e comecei a escrever outra monografia sobre racismo, preconceito e discriminação. Escrevi dez folhas em uma madrugada, estava decidida a mudar de tema, as 08h30min da manhã do dia 18 de setembro resolvi procurar minha orientadora, para comunicar sobre minha decisão, o que não foi possível naquele dia.

Naquele mesmo dia à tarde fui à faculdade, pois tinha uma reunião da Ação Curricular em Comunidade e Sociedade - ACCS de Mapeamento Biorregional no Instituto de Biologia da qual era monitora. No término dessa reunião, mostrei a um colega a minha nova proposta de pesquisa: ele esclarece-me que não haveria tempo hábil, explicando-me outras coisas que impediria de terminar a monografia proposta para aquele semestre.

Parei, ponderei e pensei: “ele tem toda razão, realmente devo estar surtada”, foi quando veio o “alerta”, o sentido do tema, eu poderia falar sobre isso, mas, só que tinha que me incluir. E por isto, ao longo do presente texto monográfico e a partir das minhas próprias vivências e experiências, as minhas colegas são chamadas a cena, afinal estamos passando pelas mesmas experiências acadêmicas.

Entendi que não poderia fugir, tinha que falar da dificuldade acadêmica, do preconceito que é estar na universidade depois de uma “certa idade” e as dificuldades acadêmicas enfrentadas, com essa decisão passei a refletir sobre as experiências pontuadas tanto pelas construções e desconstruções de saberes, dos conhecimentos adquiridos, e também das formas como nós interagimos com o mundo, além das dificuldades em organizar as ideias.

As experiências por mim vividas não eram isoladas, havia outras mulheres que compartilhavam das mesmas vivências geracional, relacionadas ao ingresso tardio no ensino superior, contudo, precisava colocar-me nesse universo pesquisado. Mas, para se entender melhor a escolha desse tema, faz-se necessário voltar um pouco no tempo, chegando onde tudo começou.

No final do ano de 2008 fiz o vestibular da UFBA e passei para fazer o bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade. Adentrando à Universidade em meu primeiro dia como universitária (orgulho), ouvir a seguinte frase “porra! no vestibular desse ano entrou um monte de velho⁴”.

Ouvindo isso, fiquei triste, chateada e chocada, e para completar ouvir outra “pérola”: “Um monte de velho estudante, não sei pra que, quando terminar, já tá no tempo de morrer”.

⁴ Segundo consta no Estatuto do Idoso: idosos são “pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos” (2013, p.11).

Olhei em volta e não vi os tais “idosos”, e sim pessoas entre a faixa etária dos trinta aos cinquenta anos. Os comentaristas dessas frases eram jovens entre dezoito e vinte e poucos anos. Comecei a olhar os espaços da universidade pelo quais passava até chegar ao ponto de ônibus e observei que a maioria esmagadora era de adolescentes e jovens, tendo poucos adultos e raríssimos idosos, isso no horário (manhã) em que fui realizar a minha matrícula.

No desenvolvimento da graduação e a partir do contato com outros cursos percebi diversos tipos de observações preconceituosas e discriminatórias, principalmente em relação aos cotistas e estudantes de escola pública no que diz respeito, sobretudo a sua capacidade de acompanhar as discussões teóricas feitas em sala de aula e no desenvolvimento das atividades solicitadas.

Esses preconceitos traduz o que Norberto Bobbio (BOBBIO, 1909 *apud* NOGUEIRA, 2002, p. 103) traz sobre o pertencimento do preconceito que “pertence à esfera do não racional”, talvez essa percepção possibilite um melhor entendimento sobre esse assunto, Norberto Bobbio coloca que o preconceito pertence ao “conjunto das crenças que não nascem do raciocínio e escapam de qualquer refutação fundada num raciocínio”, e nesse aspecto concordo com ele. Mesmo porque, não se deveria discriminar ninguém, muito menos, por raça, classe ou mesmo, por ingressar em universidade após os quarenta anos, ou por ela ser oriunda de escola pública, mesmo porque nesses pré-julgamentos não está inserido o conhecimento sobre o outro, sobre suas capacidades, valores, etc.

A experiência na academia juntamente com o preconceito, que as pessoas acima dos quarenta anos sofrem ao adentrarem nesse espaço, além de outros episódios de discriminações pessoais e profissionais durante nossa jornada de vida, chamou a minha atenção. Eu era o meu próprio sujeito de estudo, mesmo porque estava na casa dos trinta anos e no término dessa graduação já estaria na casa dos quarenta anos, assim, o preconceito, a discriminação e o problema geracional, tinha que constar no foco monográfico.

Percebi o preconceito até então contra os mais “velhos”, hoje através do curso sei que se refere à idade e geração⁵. É o que Norberto Bobbio (*apud* NOGUEIRA, 2002) chamaria de preconceito coletivo: “atitude que um grupo assume perante os indivíduos de um outro grupo (...)”

⁵ Geração segundo Mannheim (*apud* Britto da Motta, 2010, p. 178-179) “designa um coletivo de indivíduos que vivem em determinada época ou tempo social e que têm aproximadamente os mesmos tipos de eventos e circunstâncias”.

quase sempre o grupo diante do qual se forma um preconceito hostil é uma minoria” (*apud* NOGUEIRA, 2002, p.113). Nesse sentido seria o preconceito dos mais jovens contra os mais velhos, e é um exemplo de como reconhece que a idade é um dos elementos estrutural “na organização das relações da vida social” (Motta, 2010, p.173), definindo espaços, lugares, comportamentos, para os sujeitos de acordo com suas idades. Assim, a percepção e o pensamento de que a Universidade é para os jovens, estava no ar, explícita e implicitamente.

O problema geracional e ou conflito de gerações, está justamente nesse embate sobre o tempo cronológico X tempo interior, a mesma comparação pode ser feita nessas oposições entre juventude/ velhice, tempestuoso/ conservador e idade/geração. Associar as gerações a um conceito de tempo como contagem cronológica faz parte do pensamento positivista, o qual termina criando preconceito e discriminação. Portanto, concordo com Mannheim (*apud* WELLER. 2010. p.208) que segue o pensamento histórico-romântico- alemão, colocando o problema geracional como um problema de “existência de um tempo interior não mensurável”, a qual “só pode ser apreendido qualitativamente”, ou seja, um tempo interior apreendido e compreendido na subjetivamente.

Desta sorte, a partir dessas problematizações e observações no campo acadêmico, além da subjetividade das experiências vivenciadas pelas mulheres ao adentrar na academia é que veio a ideia do tema de pesquisa. Soma-se a isto, o fato de que poucas são as pesquisas que analisam o acesso feminino à educação superior a partir dos quarenta anos. Nas pesquisas bibliográficas sobre esse tema só encontrei o artigo de Denise Paulinelli e Isolda Araújo (2008) onde apresentam e analisam as razões que levam à decisão de ingressar na universidade na idade adulta, ou seja, após os quarenta e cinco anos de idade.

O estudo de Paulinelli e Araújo (2008) se intitula “O ingresso na universidade após os 45 anos: um evento não-normativo”, trabalharam com a perspectiva sobre o curso de vida de evento não-normativo, ou seja, um evento não esperado. Para elas (2008, p.124-125) os eventos normativos são eventos esperados, graduados por idade (genético - biológico) ou por história (Sócio-Cultural), já os não-normativos são os eventos não esperados (biológico – societal).

O universo da pesquisa das autoras era constituído por alunos de uma universidade particular do Centro-Oeste, tendo 40 participantes, vinte e sete mulheres e treze homens com idades entre 45 e 60 anos. Os resultados discutidos à luz da perspectiva do curso de vida indicaram que “os respondentes vivenciaram na vida adulta um período de estabilidade e que,

embora conscientes das expectativas do seu ambiente quanto ao tempo e à seqüência das transições do ciclo de vida”, e nesse aspecto, tempo versus transição, (PAULINELLI. ARAÚJO, 2008, p.125) “avaliaram seus recursos pessoais, selecionaram seus objetivos e otimizaram suas capacidades de reserva antes de ingressar no ensino superior.”.

Devo destacar que (Barroso; Mello, 1975, p.47) “metade da população potencialmente interessada em ingressar no ensino superior é constituída de mulheres”, e em pleno ano de 2014 a construção de uma política educacional voltada para o empoderamento das mulheres continua sendo aguardada, e a ela deve ser adjudicado na sua elaboração a questão geracional, pois “o ensino [superior] desempenha papel importante para ascensão social das pessoas que a ele têm acesso”. Assim, as discussões sobre o ingresso tardio na universidade é de muita relevância para as construções de políticas educacionais para o ensino superior, que tenham como foco as mulheres.

Há a necessidade de se entender a inserção destes sujeitos em um espaço que é visto como dos jovens, para Pereira (2012) na universidade há compreensão de que as características para se pensar um modelo pedagógico são as relacionadas a Geração Y, que é a geração ligada a internet, a tecnologia, é a geração jovem, ou seja, a pedagogia é pensada para os jovens, a geração dos universitários/as adultos/as, e onde os identificamos como “velhos/as” não são considerados/as, ou melhor, são invisibilizadas/os.

Assim, inserindo-se no campo dos estudos sobre a questão em tela, a presente monografia apresenta as minhas reflexões sobre as mulheres que após os 40 anos ingressaram na Universidade Federal da Bahia entre os anos de 2009 e 2014 no curso noturno do Bacharelado nos Estudos de Gênero e Diversidade, focando nas relações sociais engendradas nas dimensões de gênero, classe, raça e geração, na perspectiva sobre o curso de vida de evento normativo e não-normativo, ou melhor, dos eventos esperados e não esperados.

É a partir destas questões e leituras que a presente pesquisa ganhou corpo. Os sujeitos de estudo foram trazidos à cena: mulheres com mais de 40 anos que fazem graduação no curso noturno do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade da UFBA, no período de 2009 a 2014.

Nesta perspectiva, o objetivo geral proposto foi analisar os motivos para o ingresso tardio das mulheres na educação superior após os quarenta anos no Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade. Bem como os específicos foram: Identificar os perfis dessas mulheres,

visibilizando as suas trajetórias na universidade; verificar os desafios impostos para e pelo ingresso na vida acadêmica, demonstrando quais os fatores que dificultaram o transcurso daquela.

A pergunta norteadora do processo de pesquisa foi: Os marcadores sociais de gênero, idade/geração, raça, etnia e classe foram fatores que determinaram o acesso tardio e permanência dessas mulheres na universidade? A resposta ou respostas a tal questionamento, é fruto da observância das questões apresentadas pela problemática e sua conseqüente solução: Quem são essas mulheres? O que as levou a ingressarem na universidade após os 40 anos? Quais os motivos que impediram o ingresso na Universidade logo após a conclusão do ensino médio? Como está sendo a experiência na universidade a partir do seu pertencimento geracional? O ingresso tem relação com a exigência do mercado de trabalho? O que espera do futuro com a graduação?

Como já mencionamos anteriormente, são sujeitos de pesquisa as mulheres, com mais de 40 anos, que estão cursando a área de Ciências Humanas da UFBA, na modalidade Progressão Linear - PL, que atualmente é composta pelos seguintes cursos: Arquivologia, Ciências Contábeis, Direito, Estudos de Gênero e Diversidade, Geografia, História e Pedagogia. Em relação ao universo de pesquisa, foi necessário considerar a questão do tempo (copa do mundo, final de ano letivo, matrícula e greve dos servidores da instituição) para a realização da pesquisa e isto me fez perceber ser impossível, em uma monografia de TCC, se debruçar com o rigor teórico e metodológico necessário para analisar todos os cursos que compõem a referida área, ainda que só os noturnos.

Fez-se necessário, portanto, delimitar o universo de pesquisa, para o curso do Bacharelado nos Estudos de Gênero e Diversidade. E a escolha deste, não foi aleatória uma vez que ao se considerar os sujeitos de estudo e a própria abordagem que norteia a presente proposta que é feminista, o curso do Bacharelado em Estudos de Gênero se destaca em relação aos outros. Além de ser um curso onde há uma visível participação feminina, como foi verificado nos dados fornecidos pelas relações de aprovados da UFBA, além dos dados encaminhados pelo Prograd/SSOA (Pró-Reitoria de Ensino de Graduação/ Serviço de Seleção, Orientação e Avaliação) através da STI - Superintendência de Tecnologia da Informação da Universidade, no período de 2009-2014.

Diversas pesquisas sinalizam que os cursos relacionados às áreas de Humanas são predominantemente femininos, a exemplo destas a de Simon Schwartzman (2012, p. 4) que afirma em sua pesquisa sobre a educação de nível superior no Censo de 2010, essas áreas são de

formação de professores, ciências sociais, humanidades, jornalismo e profissões de saúde (exceto medicina e odontologia). As áreas de maior concentração masculina são “engenharia, computação, economia, agricultura e agropecuária”, entre outros.

As áreas tidas como masculina no passado, ainda segundo Simon Schwartzman, atualmente são divididas entre homens e mulheres, a exemplo da medicina, direito e administração. Contudo as mulheres predominam nas ciências naturais e biológicas. Os jovens com menos de 30 anos (os chamados de geração Y), se concentram nas áreas de computação e processamento de dados e administração.

Na área de Humanas do qual o curso Gênero e Diversidade está inserido, existem cursos onde as mulheres ainda são minoria, a exemplo da licenciatura em Geografia e história onde há uma predominância masculina com 77% e 68,94% de mulheres, dos ingressantes entre os anos de 2009-2013. Informação observada na análise feita na relação de aprovados entre os anos de 2009 a 2013 sobre o número de mulheres e homens que foram aprovadas/os no vestibular.

Nesse contexto a aprovação no bacharelado em Gênero entre os nos de 2009 a 2014 são em sua maioria de mulheres. O total geral de aprovados no curso de Estudos de Gênero e Diversidade entre os anos de 2009-2014 foram de duzentas e quarenta e três pessoas (243). Destas, cento e setenta foram de mulheres, configurando uma porcentagem de 70% das mulheres. O total de homens que ingressaram do curso de Gênero foi de setenta homens, perfazendo percentual de 30%. Essas porcentagens referem-se a um valor aproximado da totalidade dos ingressantes no curso. Lembrando que essa totalidade não corresponde necessariamente ao numero de pessoas matriculadas no Bacharelado. A partir desses dados, que estão na tabela abaixo, entrei em contato com as mulheres centro da pesquisa.

Tabela 1 – Total de ingressantes no curso de Gênero e Diversidade entre 2009-2014.

Valor Aproximado - Totalidade e porcentagem do curso Gênero e Diversidade					
ANO	Total	Mulher	%	Homem	%
2009	29	20	69,00%	9	31,00 %
2010	60	43	72%	17	28%
2011	19	12	63,00%	7	37,00%
2012	44	32	73%	12	27%
2013	23	18	78,00%	5	22,00%
2014	68	45	66,00%	23	34,00%
Total Geral	243	170	70,00%	73	30,00%

Fonte: Colegiado – Gênero e Diversidade - UFBA.

Como acontece em todos os cursos universitários no decorrer dos semestres algumas e alguns alunas e alunos migram para outros cursos, outras/os desistem do curso, reduzido assim o número das/os alunas/os. Atualmente destas/es aprovadas/os que estão matriculadas/os no Bacharelado de Gênero e Diversidade, temos conforme o quadro acima no ano de 2009 uma turma que hoje corresponde a 30,76% de mulheres com mais de quarenta anos.

Em 2010 as alunas com mais de quarenta anos corresponde a 38,46% das mulheres do curso. As mulheres de mais de quarenta anos na turma de 2011 são de 15,38%. A turma de 2012 com mulheres com mais de quarenta anos são 22,72% das mulheres. As mulheres que tem mais quarenta anos da turma de 2013 é de 17,64% de mulheres. Já a turma de 2014 tem 16% de mulheres com mais de quarenta anos. Essa representação das mulheres e dos homens com mais de quarenta anos pode ser entendido no quadro abaixo.

QUADRO 1 - Percentagens das alunas e alunos com mais de 40 anos por turma de Gênero e Diversidade.

.TURMA – ANO	2009	2010	2011	2012	2013	2014
MULHERES (%)	30,76%	38,46%	15,38%	22,72%	17,64%	16%
HOMENS (%)	00,00%	7,69%	7,69%	9,09%	5,88%	12%
TOTAL (%)	30,76%	46,15%,	23,07%,	31,81%	23,52%	28%

Fonte: Colegiado – Gênero e Diversidade - UFBA.

Desta sorte, o campo de nossa pesquisa foi o Bacharelado nos Estudos de Gênero e Diversidade do período de 2009, data do início do curso na Universidade Federal da Bahia – UFBA a 2014. Nesse entrelaçamento entre a pesquisa de campo e a teoria procurei interpretar o que os documentos e falas indicavam, o que as mulheres relatavam sobre seus valores, suas situações: sociais, econômica e escolar. As vivências de seus quotidianos que trazem entranhadas nas lembranças, nos sentimentos e na sua corporalidades as marcas do tempo percorrido em suas vidas. Assim, foram importantes o diálogo com autoras/es.

E por lidar com questões subjetivas, optei por metodologias qualificativas, pois como afirmou a professora Alinne Bonetti em uma de suas aulas em 2013, estas permitem o conhecimento crítico dos caminhos do processo científico, indagando e questionando acerca dos seus limites e possibilidades, mesmo porque se voltam para compreensão de dados não quantificáveis. Nas palavras de Heloisa Martins (2004, p. 292), essas metodologias qualitativas

privilegiam a “análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais”.

A quantidade de métodos e técnicas é diversa. Nesse trabalho utilizei a observação direta e participante, entrevistas e análise de documentos. A observação direta participante permitiu-me utilizar os sentidos obtendo assim determinados aspectos da realidade do campo de pesquisa e do bacharelado, vendo, ouvindo e analisando por meio dos sinais que me foi permitido captar e fazer anotações, ou seja, permitiu uma maior “amplitude e profundidade de informação”, triangulando “diferentes impressões e observações”. A entrevista foi outro mecanismo utilizado para a obtenção de informações e como afirma (GASKELL, 2008) ela permite verificar as implicações das relações sociais, culturais, históricas e econômicas na vida das pessoas, possibilitando uma compreensão de suas crenças, valores, atitudes e motivações.

E para que ela possibilite os resultados esperados tem que ter preparação e planejamento, além de uma introdução às suas técnicas. Um exemplo dessa técnica é o Tópico Guia que é o mesmo que um lembrete para o entrevistador, como afirma George Gaskell (2008) cujo objetivo é “compreender as diferentes posições pelos membros do meio social”. Para Gomes e Barbosa (1999) as coletas dos dados são mais eficientes com “a utilização de um roteiro”. Assim, juntamente com minha orientadora a partir dos relatos das minhas observações, construímos um roteiro para as entrevistas.

O roteiro também foi enviado em forma de formulário e por e-mail, e algumas respostas foram obtidas através desses. Esta técnica captou informações que contribuiu com novas idéias e abordagens, além de permitir uma discussão informal, para obtenção de informações subjetivas de caráter qualitativo, revelando as percepções sobre o ingresso das mulheres assim como sua permanência na universidade.

Foram aplicados vinte e sete (27) formulários com as/os alunas/os do curso de Gênero, contando vinte e oito com minhas respostas. Foram quinze (15) mulheres com mais de quarenta anos, oito (08) homens, também de quarenta anos, além das cinco (05) mulheres de trinta a trinta e nove anos.

Esses formulários possibilitaram uma aproximação com as minhas interlocutoras, o aprofundamento de algumas respostas, observações em conversas não gravadas, mas anotadas no meu caderno de campo. Com as informações obtidas pelos formulários surgiram questões que precisavam ser aprofundadas e a partir daí elaboramos um novo “tópico guia” para as entrevistas

propriamente ditas. Utilizei o novo “tópico guia”, ou seja, um novo roteiro durante as entrevistas que foram gravadas, encorajando e descontraindo as/os entrevistadas/os, através do contato pessoal, com um olhar, balançando a cabeça, conversando um pouco antes de começar as gravações etc. Essa é a natureza prática de uma entrevista como afirma George Gaskell (2008).

Houve também entrevistas com alguns homens dessa faixa etária, e de mulheres entre trinta e trinta e nove anos. Para que possamos fazer um comparativo dessa caminhada e da experiência de está na universidade. A quantidade de mulheres entrevistadas a partir dos quarenta anos que foram foco da pesquisa foi de quinze mulheres (15). Tendo que ter esse contraponto foi realizado cinco entrevistas com os homens dessa mesma faixa etária. A inserção dos homens deve-se a necessidade de verificar como as questões de gênero⁶ interferiram no percurso até a universidade, na perspectiva do masculino.

Também realizei um total de oito entrevistas com as mulheres que tinha entre trinta a trinta e nove anos, para que possamos analisar se as trajetórias se reproduzem, ou se os desfechos são outros. Mesmo porque a geração, como conceitua Alda Motta (2010, p.175) “representa a posição e atuação do indivíduo em seu grupo de idade e/ou de socialização no tempo” e nesse sentido é dinâmica ou instável e plural.

Ao se pesquisar gerações, “mesmo escolhendo uma categorial geracional” que no caso são mulheres após quarenta anos, tem que haver uma “perspectiva relacional com outras gerações e às condições sociais em que elas estão se dando” afirma Alda Motta (2010, p.179), por esse motivo a necessidade de se entrevistar as mulheres entre trinta e trinta e nove anos. Mesmo porque não estamos isoladas, existem referências e contrapontos, existindo em alguns momentos oposições e “conflitos uma com as outras”, moldadas pelo “jogo de poder” segundo as condições sociais vigente no momento e ou no “tempo social”. È de suma importância afirma Alda Motta (2010, p 180), a percepção relacional entre as gerações naquele dado momento, mesmo “que se vá pesquisar apenas uma das idades da vida”.

Foram entrevistadas quinze (15) mulheres com mais de quarenta (40) anos de idade, sendo que destas: quatro (4) são da turma de 2009 (S. SANTOS, PINHO, SANTANA e M. SANTOS); seis (6) mulheres são da turma de 2010 (SILVA, LEITE, ANDRADE, NOGUEIRA,

⁶ Entendendo Gênero como “processos de construção cultural de relações que não decorrem de características sexuais diferenciadas entre homens e mulheres, mas de processos construtores dessas diferenças, produzindo, nesse movimento, desigualdades e hierarquias” (SARDENBERG, MACEDO, 2011, p. 36).

BERNARDO e SOARES); com a turma de 2011 entrevistei uma (1) mulher (DIAS); na turma de 2012 foram três (3) mulheres (SANTOS, C. SOARES e LIMA); na turma de 2013 não foi possível entrevistar as mulheres com mais de quarenta anos, pois, segundo uma das alunas da turma, elas ou desistiram do curso, ou pediram transferência para outros cursos; já na turma de 2014 só entrevistei uma (1) mulher (SUAREZ).

Havia a necessidade de se fazer também a pesquisa com os homens com mais de quarenta anos, para termos um comparativo dessas experiências, desta forma entrevistamos um total de cinco (5), destes: a turma de 2009 é só de mulheres atualmente; na turma de 2010 um (1) homem (FILHO); com a turma de 2011 também entrevistei um (1) homem (M. A. SANTOS); na turma de 2012 foram dois (2) homens (JESUS e MATTOS); na turma de 2013 não foi possível entrevistar o único homem com mais de quarenta anos, pois o mesmo não foi localizado, e uma pessoa dessa turma não o conhecia, achando que ele deve ter desistido do curso; já na turma de 2014 só foi entrevistado um homem (B. C. FILHO).

Tendo a necessidade de uma comparação com as experiências das mulheres de quarenta anos, com as mulheres de menos de quarenta anos, entrevistamos oito (8) mulheres que estavam na faixa etária entre os trinta e trinta e nove anos (30-39), destas: três (3) mulheres entrevistadas são da turma de 2009 (H. SILVA, AMORIM, C. SANTOS); duas (2) mulheres (M. REIS, CAMPELO) foram da turma de 2010; na turma de 2011 entrevistei uma (1) mulher (NASCIMENTO); da turma de 2012 entrevistei uma (1) mulheres (REIS); na turma de 2013 entrevistei uma (1) mulher (MARQUES); não entrevistei ninguém na turma de 2014. Desta forma o total geral do universo pesquisado foi de vinte e oito (28) entrevistas entre mulheres e homens. Segue no quadro II abaixo os valores absolutos e percentuais por turma das alunas e alunos matriculados atualmente entre os anos de 2009-2014.

QUADRO 2 - Percentagens do total absoluto das/dos alunas/os que estão matriculadas/os atualmente por ano da turma de Gênero e Diversidade em 2014.

TURMA-ANO	Total	MULHERES + 40 anos	%	HOMENS + 40 anos	%	MULHERES - 40 anos	%
2009	13	4	31,00%	0	0,00%	9	69,00%
2010	26	10	38%	2	8%	12	46%
2011	13	2	15,38%	1	7,69%	8	61,53%
2012	22	5	23%	2	9%	11	50%
2013	18	3	16,66%	1	5,55%	11	61,11%
2014	25	4	16,00%	3	12,00%	11	44,00%

Fonte: Colegiado – Gênero e Diversidade

A percentagem das mulheres e homens entrevistadas/os com mais de quarenta anos de idade de todas as turmas a partir dos dados do quadro 2 acima referenciado foram as seguintes: Do total da turma de 2009, temos 31% das mulheres com mais de quarenta anos, sendo que atualmente não há homens nessa turma, sendo entrevistadas o numero total das mulheres com mais de quarenta anos. Da turma de 2010 foram entrevistadas 60% das mulheres e 100% dos homens com mais de quarenta anos. Das mulheres de mais de quarenta anos na turma de 2011 foram entrevistadas 50% delas e 100% dos homens.

Na turma de 2012 também foram entrevistados 100% dos homens e 60% das mulheres com mais de quarenta anos. Na turma de 2013 constavam 22,21% das pessoas com mais de quarenta anos entre mulheres e homens, sendo um total de 04 pessoas (03 mulheres e 1 homem), mais não foram localizados. A turma de 2014 tem 25% das mulheres e 33,33% dos homens com mais de quarenta anos que foram entrevistadas/os.

A partir dessas informações respondemos ao roteiro da entrevista sobre os questionamentos apresentados pela problemática dessa pesquisa. Quem somos nós, e isso, é bem difícil de responder, porque somos múltiplas, somos mulheres, respondemos também sobre o ingresso e permanência após os quarenta anos no Bacharelado nos Estudos de Gênero e Diversidade, assim como sobre a vida profissional e o futuro com a graduação.

E reconhecendo que somos mulheres determinadas, guerreiras que correm atrás do que almejam, como afirma Eloide Leite (25/09/14) “vou em busca mesmo, o céu e o meu limite, sonhadora, mãe, como todas as outras, sacrificada em algum momento, e sou eu, na minha essência”. Por esse motivo optei por registrar densamente as falas das mulheres entrevistadas.

Após a conclusão da coleta dos dados, passei a categorizar os mesmos a partir dos principais tópicos do roteiro. Feito nesta parte notei que as questões relacionadas a permanência no curso de Estudos de Gênero e Diversidade se congregavam em torno de três grandes eixo: Formação para a cidadania; consciência de gênero feminista e empoderamento; e, dificuldades e contrassensos vivenciados.

Assim, os dados me apontaram quais as categoriais e as discussões teóricas necessárias para operacionalizar. A análise é neste sentido, o *corpus* teórico que foram constituídos/as por vários/as autores/as, trazidos/as à cena na medida em que os dados provocavam as minhas reflexões. Dentre estes autores/as destacamos, dentre outros, Guacira Louro (1997), Elizete

Passos (1999), Cecília Sardenberg (2010, 2011), beel hooks (2005), Alda Britto da Motta (1996, 2010, 2011), etc.

A monografia está dividida em cinco (5) eixos: 1- Introdução. Relembrando uma explicação sobre o que é monografia, uma professora descreveu-a fazendo uma comparação como se fosse uma visita chegando a sua casa, e você, apresentaria para essa pessoa cômodo por cômodo. E nesse contexto, faço uso da figura de linguagem para convidar você a ler esse trabalho monográfico. Nesse sentido, usando a metáfora, digo que até esse momento estávamos na varanda batendo um papo, descontraidamente aviso que a casa tem mais quatro cômodos, além da varanda, a sala, o quarto, a cozinha, e o banheiro. Começo explicando brevemente sobre cada um dos cômodos.

Antes de adentrarmos, tenho que te falar que eu não sou uma boa dona de casa, é isso para muitas pessoas pode ser um problema, mais para mim, olhando hoje com a lente de gênero, é quebrar paradigma, sair do contexto das caixinhas impostas por uma sociedade machista e sexista. Aviso de antemão que não gosto de afazeres doméstico, faço porque sou obrigada a fazer. Outro aviso, que normalmente também pode ser ouvido em outros lugares, e que eu também falo, é que, desculpa alguma bagunça que a casa possa ter. Mais nesse sentido afirmo que é normal que haja bagunça, pois, é sinal que há vida nessa casa, mora gente, não robô.

Aqui, explicando melhor o que estou dizendo ou avisando, trago Donna Haraway (1995, p. 11) sobre o uso da linguagem científica, no que se refere a subjetividade humana que é engessada, com normas e formas padronizadas que não reflete a verdade e ou conhecimento aproximado da realidade do sujeito estudado, pois, não reflete e muitas vezes não respeita, o que o sujeito diz/(fala) ou mesmo escreve, como forma de conhecimento, ou seja, como forma de conhecimento e saberes localizados. Agora podemos adentrar na sala de estar.

Nessa sala, fica o eixo 2 - As Relações de Gênero, Mulheres e Feminismo na Educação Superior Baiana, constando também sobre a Universidade Federal da Bahia e o Bacharelado nos Estudos de Gênero e Diversidade. Falo um pouco da história dessas relações históricas, sociais até mesmo culturais que temos com a casa, explico um brevemente sobre nosso alicerce e colunas existente no imóvel.

No quarto, explico com quem divido esse espaço, e por que quis morar na casa e permanecer nela, é o que chamo de eixo 3 - Mulheres e o Acesso Acadêmico. Neste capítulo falo sobre quem somos nós: mulheres e homens de quarenta anos de idade, incluindo também as

mulheres que ainda não chegaram aos quarenta anos, falando sobre: relações afetivas, pertencimento étnico racial, entre outros. Passando pela experiência profissional, vida acadêmica, do sonho e a escolha do curso superior; Explico que nas paredes da casa existem alguns quadros de autores conhecido e outros quadros que não podia abrir mão, pois são indispensáveis para a harmonia da casa.

Na cozinha, falo melhor das transformações de todos que convivem na casa, o que pode ser visto no eixo 4 - Experiência da Vida Acadêmica e no Curso de Gênero. A experiência de adentrar a vida acadêmica teve muitos percalços, tendo nesta caminhada universitária construções e desconstruções a partir do Bacharelado nos Estudos de Gênero e Diversidade, que possibilitou nossa formação política para a cidadania, uma consciência de gênero feminista e empoderamento, o que demonstrou todas as dificuldades e contrassensos na vida pessoal e na acadêmica e nossas possibilidades futuras com o Bacharelado.

Já no banheiro, como o espaço não é tão grande finalizo nosso passeio pela casa, explicando a finalidade de cada cômodo, fazendo assim, as considerações, ou melhor, chegando ao eixo 5- Algumas Considerações. Tentando sempre, colocar a minha cara, o meu jeito, meu entendimento e o conhecimento, nas explicações, descrições, decorações, e arrumações, dessa pesquisa sobre cada coisa, que vi e vivi, e também das coisas que me falaram. Entendi que o conhecimento, não é uma visão passiva, e a partir das explicações científicas de nosso mundo e modo de vida, nos mostram a ideia da visão dos olhos dos outros e do nosso próprio, havendo segundo coloca Donna Haraway (1995, p. 22) “apenas possibilidades visuais específicas, onde cada um a seu modo detalha e organiza a visão de mundo de modo ativo e parcial”.

Tentei alcançar a estante para limpar melhor em alguns momentos, mas, devido ao tempo e correria do dia a dia, muitas vezes não conseguir fazê-lo. Lembrando que nessa decoração, e o estilo utilizado foi da metodologia do modelo feminista. Usando nosso posicionamento enquanto pessoa ou sujeito, sou parcial nessa pesquisa porque também sou objeto dela, tendo nesse sentido um saber localizado, sobre esses saberes Donna Haraway (1995, p. 36) diz que “saberes localizados requerem que o objeto do conhecimento seja visto como um ator e agente, não como uma tela, ou um terreno ou um recurso”, ou seja, minhas explicações, assim como das/os entrevistados, tem legitimidade como conhecimento e são carregadas de poder.

Nesse momento, saindo da varanda e indo em direção à porta da frente, olho para você, abro um sorriso “negro” e te convido a adentrar na minha casa. Seja bem vinda/o! E fique a vontade!

2 RELAÇÕES DE GÊNERO, MULHERES E FEMINISMO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BAIANA

A educação no Brasil e a discriminação de gênero são históricas e se entrelaçam, em nossa formação. São marcadas pelo patriarcalismo, autoritarismo, capitalismo e retenção de poder por um grupo pequeno de pessoas, resultado do papel influenciador que a igreja católica e o poder exerceram abertamente na construção da educação formal do país. No contexto da economia colonial brasileira ruralista e escravista, nossa educação sempre teve importância secundária. Pouca foi a atenção dada ao ensino fundamental para os homens e nenhuma para as mulheres. Isto ocorria porque se entendia que não havia necessidade de uma instituição como a escola na preparação do indivíduo para as tarefas exigidas naquela sociedade (BELTRÃO; ALVES, 2004).

A origem das instituições escolares no Brasil se deu em princípio na colônia portuguesa com a educação fornecida pelos jesuítas entre os períodos de 1549-1759, em meados do século XVI. Segundo Luís Alves de Mattos (1958, p.37), essa educação tinha como objetivo a colonização e o missionarismo. Nessa fase, as mulheres eram excluídas da educação formal, seu aprendizado se limitava ao de boas maneiras e dos afazeres domésticos, é o que informa a Universidade Castelo Branco do Rio de Janeiro (2007, p. 13-14). Nesse sentido, salienta Iole Vanin (2008, p. 21) o feminino foi associado à natureza, assim como “ao reino da satisfação de necessidades ligada à vida”. Mesmo porque sabemos que desde sempre a divisão das funções e das atividades eram separadas de acordo com as concepções de masculino e o feminino, pois gênero também estrutura o mundo.

Entre os anos de 1759-1827 houve o predomínio das “Aulas Régias⁷”, que compreendiam os estudos das humanidades. Elas foram instituídas pela Reforma Pombalina. Com a vinda da

⁷ As aulas régias foram criadas em Portugal e em 1759, pelo então ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, “futuro marquês de Pombal, durante o reinado de d. José I (1750-1777)”. Iniciando assim, as reformas políticas, administrativas, econômicas e culturais das colônias, promovendo o surgimento do ensino público oficial e laico, mesmo porque, “até então, a educação formal em todos os seus níveis estava sob o controle da Igreja”, que influenciava também outras áreas como: a cultura, as artes e a impressão de livros. Disponível em: <<http://linux.an.gov.br/mapa/?p=4566>>. Acessada em: 10 de out. 2014.

Família Real ao Brasil (1808) o ensino superior foi impulsionado. As mulheres começavam a ser incluída na chamada “educação formal”, sendo a licenciatura (professora) sua formação quase que “natural”, mais, em sua maioria o aprendizado continuava sendo voltado aos saberes da vida privada, segundo afirma Iole Vanin (2008, p.12).

No século XIX, segundo Dermeval Saviani (2005, p.12) entre os anos de 1827-1890 a educação ficou sendo de responsabilidade do poder público representado pelo Governo Imperial. Nessa época, para a Universidade Castelo Branco do Rio de Janeiro (2007, p. 19), foi instituída a divisão sobre as competências educacionais, onde o poder central cuidaria do ensino superior e as províncias do ensino secundário e primário, chamado de “Ato Adicional de 1834”.

O acesso feminino ao ensino superior no Brasil só se deu no final do século XIX. Os estudos de Heleieth Saffioti (1969), Hanher (2003) e Iole Vanin (2008), evidenciam que, no país, as mulheres começam tardiamente a ingressar na universidade. Somente a partir de 1879, com a Reforma Leôncio de Carvalho⁸, elas passam a ter acesso legal aos cursos superiores como medicina, farmácia, odontologia, direito, engenharia, dentre outros, (QUEIROZ, 2000; VANIN, 2008). Antes, elas deveriam obter tal formação no exterior, como é o caso de Augusta Generosa Estrela que se “formou em medicina em Nova York no ano de 1876 e, ao retornar ao Brasil é proibida de exercer sua profissão” (BLAY; CONCEIÇÃO, 1991).

A primeira mulher a ingressar em um curso superior, em medicina, na Bahia foi Rita Lobato Velho, no ano de 1887. Embora houvesse uma preocupação com a educação das mulheres, ensinando-as dentro de suas casas, estas continuavam destinadas e preparadas a serem boas esposas e mães. Nathalia Bezerra (2011) ressalta que o objetivo do ensino das mulheres era totalmente diferente do objetivo do ensino dos homens.

Os homens eram educados para serem advogados e médicos em sua maioria, e isto certamente está atribuído a concepção de que os sujeitos pertencentes ao gênero masculino, ou a eles identificados, devem ter um espírito desbravador, corajoso, viril, livre, serem os responsáveis pelo provento da família, além de serem autossuficiente. Assim, eram direcionados aos cursos e profissões socialmente valorizadas.

⁸ Leôncio de Carvalho tentou implantar: “o ensino livre, não obrigatoriedade do ensino religioso, frequência não obrigatória nos cursos superiores, co-educação até os 10 anos de idade e a educação superior feminina. Esse último item foi objeto do § 20, do artigo 24 do Decreto 7.247 de 19/04/1879: “É facultada a inscrição de que tratam § 16, 17, 18 e 19 ao individuo do sexo feminino” (VANIN, 2008, p 78).

As mulheres, como já mencionado, eram ensinadas às prendas domésticas, porque ser feminina era, sobretudo, serem obedientes, dóceis, ingênuas, dependentes, frágeis, companheira, servil, sensíveis, pois, tinha-se a percepção de que eram incapazes de aprenderem além dessa educação familiar e, portanto, precisavam de proteção. E exatamente por isso o seu destino era o casamento. Sendo assim, segundo Elizete Passos (1999, p.107) a educação em geral, em particular a escolar, “não apresentam homens e mulheres como iguais, com os mesmos direitos e as mesmas condições”.

Ao contrário atua no sentido de torná-los desiguais, marcando, rotulando e destinando a lugares e papéis diferentes. Nesse sentido, esses modelos estruturam identificações, carregando significados, dividindo papéis, dando valoração opostas às características tidas naturalmente como masculinas e femininas, principalmente nas instâncias como “família, escola, relações de poder”, entre outros (PASSOS, 1999, p.109).

Essa forma de enquadramento de modelos culturalmente socializados tanto para mulheres quanto para os homens, definem seus princípios e valores morais, assim como, suas posturas no mundo. Estabelecendo modelos a serem seguidos e padronizados para masculino e o feminino, onde a matriz de identificação do jogo de poder é direcionado ao controle dos homens, afastando as mulheres dessa identificação do jogo do poder, segundo Passos (1999, p.107) a única possibilidade delas participarem “quase sempre através dos homens” sendo portanto nessa relação invisibilizadas e tratadas como incapazes.

O modelo dessa forma de estruturação do comportamento padrão é naturalizado, direcionando características para ambos os sexos. A criatividade, a agressividade, a autonomia, a virilidade e a coragem seriam, portanto típico do comportamento do ser masculino. As mulheres em seu comportamento feminino caberiam os estereótipos da passividade, da docilidade, da leveza, dessa forma incute-se o juízo de que são menos criativas e racionais, dependentes, medrosas e emotivas. Vinculando a “ideia de uma natureza inata”, como afirma Passos (1999, p. 92) delimitando comportamento para cada sexo.

As características culturais que adquirimos e reelaboramos ao longo da nossa vida, é que nos define como mulher e homem, e não as características biológicas. É nesse contexto que é atribuído as mulheres a inferioridade e aos homens a superioridade. O processo educativo, em específico o escolar, tem “grande importância na naturalização dessa situação e de outras”, pois são construções sociais. Mesmo porque a educação “é um ato político e que o seu fazer não é

inócuo”, pelo contrário, fornece modelos de identificação, direciona personalidade, transmite valores e nos incute proibições (PASSOS, 1999, p 92-93). Isso só demonstra que, historicamente as mulheres tem uma posição na relação de poder desfavorável, tornando a desigualdade entre os gêneros visível.

E isto se explica ao considerar que gênero é um “elemento constitutivo das relações sociais, baseada nas diferenças anatômicas percebidas entre os sexos” (BURGINSKI, 2011, p. 578), significando as relações de poder, sejam elas sociais e institucionais, onde as mulheres encontram-se em desvantagens. É evidente que ao longo da história houve resistência da maioria das mulheres a esta mentalidade e ao domínio masculino e a luta pelo o direito de acesso à educação superior é um exemplo. Como coloca Anayansi (1991) o ingresso feminino na educação superior foi fruto de muita luta dos movimentos de mulheres.

A sociedade em via de regra não enxergava a mulher como ser pensante, racional e criativa, os homens era capacitado para tal, o que revela uma mentalidade machista, sexista, o traço do sistema de domínio patriarcal. Como consequência desta mentalidade, apesar de terem direito formal aos cursos superiores, na Bahia, somente a partir da década de 1920 que a presença feminina ganha destaque. Nesse aspecto, a historiadora Iole Vanin (2008) descreve que isto se deve a atuação das filias da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, nos estado do Nordeste, tais como Bahia, Pernambuco, Alagoas, Ceará, Sergipe, dentre outros, visto que o número de mulheres enviadas por estes estados para a Faculdade de Medicina da Bahia é relevante em relação às oriundas da região sul e sudeste, no período em questão. E em sua maioria vinham de estados onde a atuação do sufrágio se fazia presente.

Durante a primeira metade do século XX o número de mulheres que adentraram aos cursos superiores foi crescendo. Foi justamente nessa década que a presença feminina foi percebida nas carreiras tidas como tradicionais. Essa presença era pouco expressiva nos cursos de Medicina, Direito e Engenharia, demonstrando que o ensino superior não era um espaço de livre trânsito das mulheres. Um espaço aberto e sem oposição à participação feminina era o curso de Filosofia da Universidade Federal da Bahia, pois fora criado para realização desinteressada de altos estudos. (QUEIROZ, 2000, p. 2). A posição universitária confere valor, status e “representava uma das poucas possibilidades da mulher participar do espaço público”, adquirindo ascensão cultural e social, garantindo uma “profissão entre outros ganhos” (PASSOS, 1999, p37).

A partir dos anos 1970, houve uma grande expansão no ingresso do ensino superior no país, e grande parte desse crescimento se deve a participação feminina, contudo, essa participação não ocorreu de forma uniforme, afirma Delcele Queiroz (2000, p. 3). A concentração das mulheres era nos cursos tidos como tradicionais, “com carreiras femininas definidas culturalmente como apropriadas à mulher” como Letras, Ciências Humanas e Filosofia. Essa confirmação Delcele Queiroz retirou em seu estudo sobre o Censo de 1991.

No século XXI, temos ideologicamente acesso livre a universidade, entendo que essa “ideologia” a que me refiro, é justamente em relação às dificuldades e percalços na qual as mulheres atravessou e ainda atravessam até alcançar a universidade, e dentre essas barreiras estão inclusos a exemplo o trabalho, o casamento, entre outros. Mesmo com essas dificuldades que ainda hoje enfrentamos, somos maioria em matrículas no ensino superior, segundo pesquisa divulgada pelo MEC/ Inep/ Deed em 2007 como descreve Nathalia Bezerra⁹ (2010, p. 5).

O desafio atualmente segundo Nathalia Bezerra é o de “adentrar nas áreas que ainda são de predominância masculina”, e nesse ponto, concordo com Nathalia, entretanto, a mudança é lenta, mais, nós mulheres já estamos trabalhando para isso, e isso já pode nas listas de aprovados no vestibular, onde o número de mulheres vem crescendo bem mais que dos homens, principalmente nos cursos noturnos entre os anos 2009-2014, da Universidade Federal da Bahia - UFBA.

2.1 A Universidade Federal da Bahia – UFBA

No Brasil a primeira instituição de ensino superior foi a Escola de Cirurgia do Hospital Real militar, fundada em 1808 na Bahia, tendo como fundador D. João VI o qual também era seu patrono. Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFBA de 2012, deu origem à atual Faculdade de Medicina da Bahia:

⁹ Graduanda em Letras/Inglês pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central FECLESC / UECE. Referência: BEZERRA, Nathalia MULHER E UNIVERSIDADE: A LONGA E DIFÍCIL LUTA CONTRA A INVISIBILIDADE. 2010. FECLESC. Disponível em: <<http://www.uece.br/setesaberes/anais/pdfs/trabalhos/420-07082010-184618.pdf>> Acesso em 01 junho 2015.

Mais tarde, foram criados e incorporados à Escola de Cirurgia os cursos de Farmácia, em 1832, e de Odontologia, em 1864. A atual Escola de Belas Artes também foi criada ainda no século XIX, em 1877, com o nome de Academia de Belas Artes da Bahia. À sua criação seguiram-se, ainda no século XIX, a da Faculdade de Direito (1891) e da Escola Politécnica da Bahia (1897). A Faculdade de Ciências Econômicas da Bahia e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras surgiram já no século XX, em 1934 e 1941, respectivamente (PDIufba, 2012, p. 8).

Segundo Filho (2008, p.129) uma instituição similar foi fundada nove meses depois no Rio de Janeiro no mesmo ano, onde finalmente a corte portuguesa se instalou. Mais, conta-se que a primeira universidade brasileira foi a Universidade do Rio de Janeiro criada em 1920, somente pela necessidade em outorgar um título ao Rei Alberto I da Bélgica, em visita oficial ao país, o título de Doutor Honoris Causa. Sendo considerada uma junção de escolas isolada das de Medicina, Direito e Engenharia sem maiores integração. Contudo, afirma Filho (2008, p.130) depois de conceder o título cobiçado, o conselho isolado formado pelos decanos das faculdades superiores da época, “nunca mais se reuniu e a universidade não se estabeleceu”. Por esse motivo a Universidade de São Paulo “criada em 1934 passa a ser a primeira universidade a funcionar” como universidade no Brasil (SAVIANI, 2008, p.2).

Entre os anos 1931-1961 o ideário era pedagógico renovador, houve a regulamentação em âmbito nacional das escolas superiores, secundárias e primárias. A partir de 1961 até os dias atuais, foi feita a regulamentação da unificação da educação nacional abrangendo a rede pública das esferas municipal, estadual e federal (SAVIANI, 2008, p.2). Na segunda República, primeiro governo de Vargas, este querendo conquistar setores e bancadas da educação brasileira, trouxe proposta de modelo educacional que foi incluída na Nova Constituição de 1934, colocando-as nas diretrizes da educação nacional conjuntamente com a elaboração de um plano nacional de Educação. Segundo a própria Constituição a educação é direito de todos, afirma a Universidade Castelo Branco do Rio de Janeiro (2007, p. 23-24), ou seja, é um direito da cidadã e do cidadão.

O Estado Novo em 1937 trouxe retrocesso para educação. Na redemocratização em 1946 com a Constituição traz de volta o regime democrático e com ele a volta da educação para todos, segundo o instrucional da Universidade Castelo Branco do Rio de Janeiro (2007, p. 26-27). Devido ao decreto n.10.851/1931 “que servia como orientação inicial para as universidades brasileiras, rezava que a criação de uma universidade pressupunha a incorporação de, pelo menos, três instituições de ensino superior” (PASSOS, 1999, p. 26). Segundo consta no PDIufba

(2012, p. 8), a Universidade Federal da Bahia, criada pelo Decreto-Lei nº 9.155, de 8 de abril de 1946.

Em 1964 o país sofre o Golpe Militar, que atinge a educação e a sociedade, época que a liberdade era controlada principalmente a liberdade de pensamento e opinião, tendo a mesma cerceada quando discordam do governo. Em oito de fevereiro de 1968, a UFBA, a partir da reforma universitária proposta pelos militares, tem a sua estrutura modificada. O modelo implementado foi centrada em departamentos, alocados em unidades universitárias, constituídas a partir das áreas de saber. Essa reestruturação resultou em modificação da sua própria infraestrutura física e no aumento de cursos de graduação oferecidos. Somente na segunda metade da primeira década do século XXI, a UFBA passou por uma nova reestruturação (PDIufba, 2012, p. 9-10).

Durante a redemocratização do Brasil no período entre 1981 a 1988, o “sistema universitário público do país” ficou abalado com a crise econômica que se instaurou na América Latina. No ano de 1985 tentou-se realizar um movimento de “reforma universitária capaz de corrigir os equívocos da Reforma de 1969”, época que o governo de José Sarney “instituiu a Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior”, é o que afirma Naomar Filho (2008, p.138).

No entanto, tal reestruturação só ocorreu com a adesão da instituição ao Programa de Apoio de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais/REUNI, lançado em 2007 pelo Ministério da Educação, com a finalidade de realizar a expansão do ensino público superior com o aumento do número de vagas nas graduações existentes, bem como a partir da criação de novas unidades de ensino. Ou seja, as medidas adotadas visam retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior.

A UFBA a partir do REUNI passou a oferece um total de cento e dezoito (118) opções de cursos, divididas nos turnos diurno e noturno, espalhadas no campus de Salvador, e nas cidades do interior baiano de Barreiras e Vitória da Conquista. Esses cursos são divididos e ou subdivididos por área, indo da área I à área V¹⁰. Os cursos da universidade são chamados de

¹⁰ Área I ou Grupo A– Matemática, Ciências Físicas e Tecnologia; Área II ou Grupo B– Ciências Biológicas e Profissões de Saúde; Área III ou Grupo C – Filosofia e Ciências Humanas; Área IV ou Grupo D – Letras; e Área V

Cursos de Progressão Linear – CPL são aquele tradicionalmente oferecido pela Instituição; Bacharelados Interdisciplinares - BI é outra modalidade de graduação, criado no ano de 2010; e para atender aos diversos setores da economia foram criado em 2011 os Cursos Superiores de Tecnologias – CST, destinados à formação de profissionais e para atender aos diversos setores da economia.

Como podemos conferir no próprio site da instituição sobre as ofertas dos cursos mencionados. Na cidade de Vitória da Conquista a universidade oferta um total de seis (06) cursos diurnos, lá não são oferecidos cursos no noturno. Em Barreiras¹¹ a instituição ofertava até treze (13) opções de cursos, sendo dois (02) cursos noturnos. No campus da capital (Salvador) são ofertados noventa e nove (99) opções de cursos, sendo que destes, trinta (30) são destinados aos cursos noturnos, lembrado que a Universidade começou a oferecer os cursos noturnos a partir do ano de 2009, essas opções estão divididas entre a Licenciatura, o Bacharelado e a Formação Profissional.

Conforme o Sistema Acadêmico da Universidade Federal da Bahia os cursos de Graduação do noturno entre os anos de 2009 a 2014 estão distribuídos da seguinte forma: Ano de 2009 foram oferecidos dezesseis (16) cursos, são eles: Arquitetura e Urbanismo, Arquivologia, Ciências Contábeis, Direito, Engenharia da Computação, Engenharia de Controle e Automação de Processo, Engenharia de Produção, Estudos de Gênero e Diversidade (Bach.), Física (Lic.), Gastronomia, História (Lic.), Letras Vernáculas (Lic.), Língua Estrangeira – Inglês/Espanhol (Lic.), Matemática (Lic.), Química (Lic.), Saúde Coletiva.

Em 2010 foram ofertados oito (08) cursos: Bacharelados Interdisciplinares (Artes, Ciência e Tecnologia, Humanidades, Saúde), Computação (Lic), Dança (Lic.), Engenharia de Agrimensura e Cartográfica (Bach), Pedagogia (Lic). No ano de 2011 apenas dois (02) cursos foram ofertados, são os cursos de Biotecnologia e o Superior de Tecnologia em Gestão Pública. Em 2012 também foram oferecidos dois (02) cursos, o de Sistemas de Informação (Bach), e o Superior de Tecnologia em transporte Terrestre: Gestão do Transporte e Transito Urbano. No ano de 2013 foi oferecido apenas um novo curso o de Farmácia. Em 2014 também foi ofertado mais um curso novo: o de Ciências Biológicas.

ou Grupo E - Artes. Os cursos referente as áreas mencionadas podem ser vistos no site da UFBA. Disponível em: <http://www.vestibular.ufba.br/docs/tabela_cursos_vest_2013%20cpl.pdf> Acesso em: 10 de outubro de 2013.

¹¹ A partir do segundo semestre do ano de 2014, o campus de Barreiras se transformou na Universidade Federal do Oeste Baiano.

Em outras palavras, a UFBA vislumbrou a possibilidade de interiorizar seus cursos, como também aumentar a oferta de vagas, seja por meio da criação de novas turmas dos cursos existentes seja por meio da criação de novos cursos. E essas ações, segundo o próprio programa do Reuni, contemplaram a criação de cursos noturnos, que juntamente com a “promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão”, possuem o de diminuir as desigualdades sociais no país. Além, de uma ampla reforma curricular focando na introdução de cursos de graduação interdisciplinar e flexível.

Tatiane Lima (2012, p.87) esclarece que o Projeto “Universidade Nova” no que diz respeito a “Reestruturação da Arquitetura Acadêmica da UFBA”, implementado na gestão do Reitor Naomar de Almeida Filho, faz parte dos planos e apoio do Programa do REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Instituído pelo Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007, o Reuni definiu como um dos seus objetivos dar condições necessárias de ampliação ao acesso e permanência na educação superior das universidades federais.

A pretensão deste programa é agregar esforços na expansão da educação superior pública, consolidando assim, a política nacional de educação, onde desta forma o Ministério da Educação “cumpre o papel atribuído pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001)” estabelecendo a oferta de educação superior de pelo menos 30% para jovens entre a “faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década” (LIMA, 2012, p. 90).

Não contemplando as gerações acima dessa faixa etária, demonstrando que as políticas públicas da educação não são pensada para a faixa etária que é o objeto desse estudo monográfico. Mas, como afirmam Pereira (2012), são pensados, sobretudo, para uma clientela jovem, entre 18 e 24 anos. No entanto, há o aumento de pessoas que possuem um perfil etário maior do que o mencionado, característica que vem se tornando evidente sobretudo nos cursos noturnos da UFBA, conforme observação feita por mim durante esses quatro anos de Universidade.

Como mencionado os cursos da UFBA são divididos por áreas: da Área I à área V. A partir da criação e manutenção dos diferentes cursos encontra-se inserido na área III, o Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade fazendo parte do CPL (Curso de Progressão Linear). O Curso faz parte do Projeto de Reestruturação da UFBA implementado em 2008 e do reconhecimento e legitimidade dos estudos feministas conquistados pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM/UFBA, que se tornou em 1995 um órgão suplementar

da Universidade Federal da Bahia, “constituindo-se no primeiro centro de pesquisa feminista integrante da estrutura oficial de uma Universidade Federal brasileira” (COSTA; SARDENBERG; VANIN, 2010, p.61).

Desta sorte, “a própria existência do curso expressa a importância da ampliação dos estudos de gênero na academia”, pois, só através da educação que é uma das formas de transformação social, pode-se exercer de fato uma modificação da sociedade. E é essa abordagem educacional que constitui debates de como esses instrumentos, são ferramentas de transformação de homens, mulheres e da própria sociedade (LIMA, 2012, p 96-97). O curso de Gênero e Diversidade permite a todas/os, desenvolver uma consciência crítica nas relações destes e destas com o mundo, com o outro e com si próprio, na ação sobre a realidade em que vive.

2.2 Bacharelado nos Estudos de Gênero e Diversidade - BEGD

Os estudos feministas sempre destacaram e continuam destacando a invisibilização das questões de gênero, e suas intersecções com raça, etnia, classe, idade, geração e orientação afetivo-sexual¹², nos currículos, na formação inicial dos mais variados profissionais. Fato que configura um sistema de opressão e discriminação, enraizadas pelo patriarcado¹³, pelo racismo, pelo classismo. Tatiane Lima (2012, p.88) aponta a importância da pauta sobre a discussão de gênero e diversidade, que é multidisciplinar, transeccionaliza e transversaliza aos diversos campos do conhecimento, e traz a tona o debate de uma cultura hegemônica, patriarcal, sexista,

¹² Orientação afetivo-sexual, ou orientação sexual segundo a cartilha da Diversidade sexual e cidadania LGBT é a “atração afetiva e/ou sexual que uma pessoa manifesta em relação à outra, para quem se direciona, involuntariamente, o seu desejo” (2014, p.10). Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual. Diversidade sexual e cidadania LGBT. São Paulo: SJDC/SP, 2014. 44p. Disponível em: <http://www.justica.sp.gov.br/StaticFiles/SJDC/ArquivosComuns/ProgramasProjetos/CPDS/Cartilha_Diversidade_Sexual_ea_Cidadania_LGBT.pdf>. Acessada em 03 jun. 2015.

¹³ O patriarcado no meu entendimento é um dos elementos de análise da concepção da opressão feminina, como afirmou Ana Alice Costa é a existência de um sistema de poder e dominação (COSTA, 1998, p.31). As donas no poder. Mulher e política na Bahia. Ana Alice Alcantara Costa. - Salvador: NEIM/UFBa -Assembléia Legislativa da Bahia. 1998 248p. - (Coleção Bahianas; 02).

racista e classista, que tenta negar uma sociedade plural, organizado por pequeno grupo que quer ser o principal agente da história.

A partir dessas idéias, se configurou no plano educacional a possibilidade de criação de uma graduação na Universidade Federal da Bahia, intitulada “Estudos de Gênero e Diversidade”, focada nos eixos dimensionais de gênero, raça, etnia, classe, idade, geração e orientação afetivo-sexual que perpassam as múltiplas e complexas relações sociais, culturais e históricas de nossa sociedade, visando a equidade nas relações humanas.

O curso foi proposto pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM/UFBA, que é “comprometido com as questões relacionadas à situação das mulheres”, assim como, na luta da “superação das desigualdades de gênero que ainda permeiam o nosso cotidiano”. Para Iole Vanin (2010, p. 76) o compromisso desse núcleo está nas ações sociais e política, assim como em seus estudos, que engloba as áreas de educação, política, saúde, literatura e do trabalho, procurando sempre “desconstruir as imagens e representações culturais que justificam as discriminações, as violências praticadas contra as mulheres”.

Nesse contexto, com intuito de contribuição para a construção de alternativas de empoderamento de grupos sociais discriminados dimensionados nos eixos como gênero, raça/etnia, idade/geração, classe, orientação sexual, etc., o curso de Gênero e Diversidade está entrelaçado no foco da formação do NEIM, que visa às necessidades de um “desenvolvimento nacional e regional fundamentadas na equidade, cidadania e auto-sustentabilidade¹⁴”. Segundo Tatiane Lima (2012), foi nesse sentido que se justificou a “nomenclatura - Gênero e Diversidade –relativa ao curso de Bacharelado¹⁵”:

O curso em análise foi proposto pautado também nas Diretrizes do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, cujo objetivo principal é “[...] introduzir na educação superior temas relevantes da cultura contemporânea” (UFBA, 2006). Como esse objetivo não é contemplado nos cursos tradicionais da Universidade, as professoras do NEIM assim justificaram a implantação do curso de Bacharelado em Gênero e Diversidade, sob o prisma da necessidade de instituir uma educação não-sexista e não-discriminatória, como um dos desafios de construção de uma Universidade Nova. É nesse contexto que o Departamento de Ciências Políticas envia ofício para a

¹⁴ Sobre o Curso do bacharelado em Gênero e Diversidades pode ser encontrado no site do NEIM. Disponível em: <<http://www.neim.ufba.br/site/atividades.php>>. Acessado em 01 abr 2013.

¹⁵ No “formulário do Ministério de Educação (MEC): Gênero e diversidade se insere numa área de conhecimento que contempla estudos feministas, estudos multiculturais, história contemporânea e outras áreas das Ciências Sociais com foco na produção humana e na eliminação das desigualdades baseadas em diferenças de sexo, raça/etnia, classe social, geração e orientação afetivo-sexual (UFBA, 2008, p. 26)” (LIMA, 2012, p. 88-89).

Câmara de Graduação da UFBA em 30 de maio de 2008, assumindo, provisoriamente, o processo de implementação dos referidos cursos, (LIMA, 2012, p.91)

Assim, a partir desses estudos e luta nasce o Curso do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade – BEGD aprovado em 2008¹⁶. O curso de Gênero e Diversidade foi validado e aprovado no Conselho Superior da Universidade Federal da Bahia, compondo à área de conhecimento da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. No curso temos a duração mínima de três anos e meio (3.5) e duração máxima de sete (7.0) anos, com carga horária total de duas mil novecentos e vinte (2.920), distribuídas em Atividade Complementar –AC (404h), disciplina Obrigatória – OB¹⁷ (1632h), disciplina Optativa – OP¹⁸ (884h). O curso de Gênero e Diversidade passou a ser ofertado em 2009, tendo sua primeira turma no Bacharelado ingressando neste ano. Turma da qual faço parte.

O BEGD, tem em seu objetivo a formação de profissionais para atuar na formulação, planejamento, implementação, acompanhamento e avaliação as Políticas Públicas transversalizadas em gênero. Além de realização de pesquisas e estudos, administração de projetos sociais junto a públicos específicos, assessoramento de projetos, ações e atividades em

¹⁶ Falando em aprovado, o curso de graduação do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade foi avaliado em de 2015 pelo Ministério da Educação (MEC) apresentando bom resultado, alcançando no conceito do curso a nota 4 (quatro), sendo que a nota máxima de avaliação do MEC é 5.

¹⁷ AS Disciplinas Obrigatórias são: 1º Semestre: Metodologia Científica Aplicada aos Estudos de Gênero, Introdução aos Estudos de Gênero, Relações de Gênero nas Sociedades Contemporâneas, Política I; 2º Semestre: Gênero e Relações de Poder, Linguagem, Organização Política do Brasil; 3º Semestre: Gênero e Estado. Gênero e Violência; 4º Semestre: Gênero e Desenvolvimento Regional, Gênero e Políticas Públicas I; 5º Semestre: Iniciação Científica aos Estudos de Gênero I, Gênero e Políticas Públicas II; 6º Semestre: Iniciação Científica aos Estudos de Gênero II e Gênero e Políticas Públicas III, Estágio Supervisionado em Gênero e Diversidade I; 7º Semestre: Gênero e Políticas Públicas IV, Orientação Monográfica I, Estágio Supervisionado em Gênero e Diversidade II; 8º Semestre: Estágio Supervisionado em Gênero e Diversidade III e Orientação Monográfica II.

¹⁸ AS Disciplinas Optativas são: História do Feminismo no Mundo e no Brasil; Gênero e Interseccionalidades; Relações de Gênero e Família, Gênero; Ética e Filosofia; Gênero e Geração; Marxismo e Política; Mídia e Política; Opinião Pública, Representações Sociais e Comp. Político; Pedagogias Feminista; Gênero e Relações Raciais; Gênero e Cultura; Metodologia de Projetos de Intervenção Social; Introdução a Antropologia do Gênero; Epistemologia, História das Ciências e Gênero; Tef. Social II: Rorty Sobre Filosofia e Literatura; Globalização, Nação e Nacionalismo no Mundo; Cidadania, Partidos e Movimentos Sociais; Gênero e Meio Ambiente; Elites, Instituições Políticas e Sociedade Civil; História da Educação das Mulheres; Autoritarismo e Democracia; Gênero e Comunicação; Seminário Temático Teorias Feministas; Seminário Temático Gênero, Feminismo e Educação; Seminário Temático Desenvolvimento Regional; Pensamento Político no Brasil e Libras-Língua Brasileira de Sinais.

torno da meta da equidade¹⁹. Visando um desenvolvimento nacional e regional na equidade e cidadania, além do “desenvolvimento do sujeito e do contexto em que se encontra inserido”.

Busca-se o desenvolvimento dessas competências no espectro do currículo por via da visão crítica fundamentada pela abordagem de gênero, pois envolve o trabalho com mulheres e também com homens na perspectiva do empoderamento feminino, da preservação dos direitos da mulher, da emergente a condição da mulher no mercado de trabalho, na área da saúde, na educação, etc. (LIMA, 2012, p.102).

Os profissionais de Gênero e Diversidade atuarão na sociedade lidando com as questões de gênero, raça, etnia, geração, sexualidade, entre outros, promovendo a visibilização e empoderamento principalmente das mulheres em diferentes espaços formativos (LIMA, 2012, p.89). Caracterizando a afirmação de Marta Farah (2004), que as políticas públicas a partir de uma perspectiva de gênero, significam a contribuição do Estado na busca da diminuição das desigualdades de gênero na sociedade.

A proposta pedagógica do Curso de Gênero e Diversidade visa atender as demanda por profissionais qualificados nessa área, “crescente pela multiplicação de secretarias, organizações do terceiro setor e outros organismos públicos específicos” nas questões referentes às mulheres, dentre outras, em nível federal, estadual e municipal. (LIMA, 2012, p.91). É sugerido ou aconselhado, ainda que nas entrelinhas, no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que prevê em todos os seus eixos de atuação a formação de técnicos especializados. Por isso a necessidade de uma formação transversal e interdisciplinar de técnicos especializados na área de gênero que atuarão em esferas e organismos governamentais.

No terceiro setor ou nas Organizações Não-Governamentais e ou setores privados a maioria dos profissionais que trabalham nesses espaços “necessitam de formação específica na área de gênero”. A entrevista da professora Silvia de Aquino dada a Tatiane Lima (2012, p. 92) reforça essa ideia.

[...] a sociedade brasileira precisa de profissionais com uma formação que esteja absolutamente influenciada por essa discussão das questões de gênero de raça e etnia, de idade, de geração, de orientação sexual, porque o processo de formulação de elaboração de políticas públicas que é você tirar do papel e transformar em ações concretas, né? Se você não tiver profissionais, se você não tiver pessoas que estejam atentas e que

¹⁹ Site do NEIM - Disponível em: <<http://www.neim.ufba.br/site/atividades.php>> Acessado em 18 de junho de 2012.

enxerguem esses marcadores sociais e as desigualdades que estão acontecendo aí, você vai tá formulando política pública pra quem? Com que objetivo? Tentando atingir o quê? (AQUINO, 2012 *apud* LIMA, 2012, p.92)

È evidente que no mundo nem tudo são “mar de rosas”, depois dessa explanação sobre o curso de Gênero e Diversidade, se faz necessário pontuar também, que para implantação do mesmo, houve resistências e lutas de ambos os lados. O curso traduz uma luta política de uma ação afirmativa dos grupos feministas, que como afirma Tatiane Lima (2012, p. 98), “revela essa intenção ousada e politicamente engajada de materializar o currículo como território em disputa”, luta por igualdade de direitos sociais, políticos e culturais. Isso pode ser visto na fala de Iole Vanin em entrevista dada à Tatiane Lima (2012):

[...] tudo muito bonito, é necessário, mas, na hora de implantar é complicado. [...], então nós tivemos resistência dentro da universidade, porque a UFBA, como qualquer outra instituição de ensino superior, como qualquer outra científica, ela é tradicional, ela é androcêntrica. [...] Então, muitas vezes você conversa com as pessoas responsáveis por pensar currículo, por pensar projeto pedagógico, elas não entendiam essa necessidade, elas achavam que era “curso por curso” ou até mesmo de você enfrentar posicionamentos preconceituosos (VANIN, 2012 *apud* LIMA, 2012, p 99).

A batalha do curso de gênero está justamente no aprendizado das/os discentes, da “consciência crítica das relações homem-homem, homem-mundo” e mulher-mulher, mulher-mundo, ou mesmo mulher-homem, mulher/homem-mundo, mesmo porque, “a consciência em si se expressa na ação sobre a realidade, o que constitui um ato de transformação pelo qual os homens (e mulheres) se tornam seres de relação”. Tendo essa consciência da realidade, encontraremos também na consciência crítica, a consciência do sistema de opressão e poder, as lentes de gênero possibilita essa visão, tanto nas relações sociais como nas relações de poder (LIMA, 2012, p. 97). E através desses aprendizados sempre interseccionalizados nos eixos dimensionais de gênero, raça, classe, geração entre outros, que nós discentes entramos e nos encontramos num processo de conhecimento pessoal, consciência crítica/ cidadã/ política e do próprio processo de empoderamento, em nossa vida pessoal, profissional e acadêmica.

3 MULHERES E O ACESSO ACADEMICO

Quem são as mulheres de quarenta anos de idade, que adentraram à academia, que nós falamos sobre suas experiências neste espaço, de suas sexualidades, relações afetivas, pertencimento étnico racial, entre outros. Nesse eixo, abordaremos a experiência profissional, o acesso e o sonho da vida acadêmica, e o porquê da escolha do curso de Gênero e Diversidade como seu curso superior, incluindo também as experiências dos homens de quarenta anos de idade e as mulheres que ainda não chegaram aos quarenta anos.

Por isso, fez-se a necessidade de compreender o cenário externo em que minhas e meus entrevistadas/os nasceram e cresceram, para melhor compreensão dessa geração e de suas trajetórias no decorrer do ciclo da vida, ou seja, segundo realiza o que Alda Motta (2010, p.178) chamou de um corte de referência (estatística/demográfica) que designa os “indivíduos nascidos em determinado intervalo de tempo”. Por essa razão falaremos um pouco sobre cada década, para entendermos melhor quem somos. Como afirma a referida autora a atuação e a posição do indivíduo são representadas pela sua geração “em seu grupo de idade e/ou de socialização no tempo” (MOTTA, 2010, p.175) e por ser uma relação social é dinâmico, plural e principalmente instável.

Neste contexto, trago à cena (com autorização das/os mesmas/os) as mulheres e homens entrevistadas/os, que fazem graduação no curso noturno do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade da UFBA, no período de 2009 a 2014, conforme elas e eles se descreveram. Nascidos nas décadas de 50, 60, 70 e 80, das quais falaremos superficialmente cada uma delas, conforme dito anteriormente:

Década 1950, anos que cinco de nossas interlocutoras e um dos nossos interlocutores nasceram estando hoje entre 55 a 60 anos: Jaci Nogueira, heterossexual, com quatro filhos, “simpatizante de Centro Espírita Kardecista”; Maria das Graças Lima, não tem uma religião definida, divorciada, nascida na “cidade de Serrinha interior da Bahia”; Marta Bernardo, é o apelido pelo qual ela gosta de ser chamada, por isso a chamarei assim, na verdade seu nome é Maria de Lourdes Bernardo, sem filhos, branca, nascida em São Paulo, homossexual, bancária; Maria C. Soares, “sou uma mulher, mãe, casada, feminista, feminina”, “eu acho que sou preta, ou

parda, mais tenho a descendência negra e índia, eu mim sinto negra”, “católica por conveniência”; Sônia Maria S. Soares, casada, “não tenho religião, mais gosto muito da filosofia espírita”, Técnica Química. Dos homens de mais de 40 anos de idade também dessa década: Benedito Cirilo Filho, “nasci na capital de São Paulo”, “eu sou católico praticante vou à missa todos os domingos”, “trabalhei na área de sistema de informação, não trabalho mais, atualmente sou estudante”.

Década também conhecida como anos dourados. É nesse cenário que Getulio Vargas é reconduzido ao poder através do voto popular. Nesse cenário político, devido a uma crise política, poucas mudanças trouxeram na representação feminina, nas “eleições de 1950 (seguidas das eleições complementares de 1951)”, sendo eleita aos 22 anos de idade “Ivete Vargas do PTB de São Paulo eleita para a Câmara dos Deputados” (COSTA, 1998, p 101). Em 1953 é promulgada a Lei que cria a Petrobrás. Falando ainda dos presidenciais no ano de 1956, Juscelino Kubistchek é eleito presidente do País e começa a construção da cidade de Brasília, Jânio Quadros em 1959 é eleito presidente do Brasil²⁰.

Nos anos 1960, nasceram sete de nossas interlocutoras e três dos nossos interlocutores, hoje estando entre 45 a 54 anos, são elas/es: Alagoin Dias, Branca, católica por formação familiar, embora não praticante; Ana Luzia S. Santos, solteira, sem filho e formada em Serviço Social e Bacharela em Estudos de Gênero e Diversidade; Anita Silva, com ancestrais índios, português e francês, “minha religião é procurar agir corretamente com os outros e gosto de quando em vez frequentar missas católicas na Igreja Nossa Senhora Aparecida”; Carmen Suarez, “mulher batalhadora e trabalhadora”, e sem religião; Edna Pinho, mulher negra, “minha religião é Bahá’í”, e moradora do Subúrbio ferroviário de Salvador; Iraídes Andrade, ativista, do movimento social negro, “sou de Candomblé e Ekede confirmada para Orixá Oxossi”; Marta A. Santos, hetero, “não tenho definição religiosa, tenho identificação no espiritismo”. Diarista Dos homens de mais de 40 anos de idade: Evandro Mattos, brasileiro, masculino, quatro filhos, “não tenho religião, mas, creio em DEUS”; Marcos Antonio Filho, sem filhos, aposentado, homossexual, “em matéria de religião sigo atualmente todas as religiões”; Vilobaldo Filho, “um trabalhador que vem de numa classe social pobre”, “sou espírita kardecista”, e acessor parlamentar de um Deputado.

²⁰ Os fatos sobre a História do Brasil foi retirado do Livro: *Minimanual compacto de história do Brasil*/ Carlos Alberto Schneberger. - 1. ed. – São Paulo: Rideel, 2003.

Os anos rebeldes como é conhecido essa década. Foram marcados por vários acontecimentos entre eles a transferência da capital do Brasil do Rio de Janeiro para Brasília. Em agosto de 1961 Jânio Quadros renuncia a presidência do País. A televisão brasileira tem sua primeira transmissão em cores em maio de 1963 pela TV Tupi. Em março de 1964 João Goulart é deposto com o golpe militar. Em 1967 é criada a FUNAI – Fundação Nacional do Índio. Martin Luther King Jr político norte-americano e ativista pelos direitos civis dos negros e mulheres é assassinado em abril de 1968.

Houve boas conquistas para as mulheres segundo Ana Alice Costa (1998, p 103), principalmente no cenário político da Bahia, nas eleições de 1962 conseguiu se eleger as baianas “Ana Oliveira para a Assembleia Legislativa e Nely Novais para ao Congresso Nacional” e mais uma vez eleita Ivete Vargas por São Paulo. Para Ana Alice Costa o “fato importante foi o aumento significativo no número de candidatas às assembleias legislativas, que atingiu 92 mulheres”. Essa conquista também é parte dos movimentos de mulheres e feministas.

O movimento social feminista surge num contexto dos “idéais iluministas e da Revolução Francesa e da Americana” como afirma Ana Alice Costa (2006, p. 52) se espalhando num “primeiro momento, em torno da demanda por direitos sociais e políticos”, tendo seu auge na luta sufragista no século XIX pelo direito ao voto. Ressurgindo “após um pequeno período de relativa desmobilização” num “contexto dos movimentos contestatórios dos anos 1960, a exemplo do movimento”: estudantil/França, hippie/ internacional, etc.

O ressurgimento do movimento feminista é pensado como bandeira de luta mobilizadora e também num “questionamento profundo dos parâmetros conceituais do político” segundo Ana Alice Costa (2006, p. 52-53), por isso a afirmação de que o “pessoal é político”, ao utilizar essa bandeira de luta, para Ana Alice Costa, o movimento feminista “chama a atenção das mulheres sobre o caráter político da sua opressão, vivenciada de forma isolada e individualizada no mundo do privado, identificada como meramente pessoal”. Assim, os debates e discussões vêm a tona, com essa afirmação:

Ao afirmar que “o pessoal é político”, o feminismo traz para o espaço da discussão política as questões até então vistas e tratadas como específicas do privado, quebrando a dicotomia público-privado, base de todo o pensamento liberal sobre as especificidades da política e do poder político. Para o pensamento liberal, o conceito de público diz respeito ao Estado e às suas instituições, à economia e a tudo mais identificado com o político. Já o privado se relaciona com a vida doméstica, familiar e sexual, identificado com o pessoal, alheio à política (COSTA, 2006, p. 53).

Em 1968 no Brasil foi decretado o Ato Institucional número 5 (AI-5) que suspendia os direitos políticos além de institucionalizar a censura, esse Ato dava amplos poderes ao governo militar e foi instituído pelo então presidente Costa e Silva. E com referência ao golpe militar, Ana Alice Costa afirma que além do Brasil e “posteriormente nos anos 1970 em vários outros países latino-americanos, os movimentos de mulheres, juntamente com os demais movimentos populares, foram silenciados e massacrados” (COSTA, 2006, p. 57).

Em 1970, seis de nossas interlocutoras e um dos nossos interlocutores nasceram hoje estando entre 35 a 44 anos: Ana Lúcia Santos, bolsista, tem uma filha, “minha religião é de matriz africana”; Eloide Leite, “sou mãe, mãezona, coruja”, de “uma família em sua maioria de mulheres, mulheres fortes, negras também, guerreiras e determinadas”; Joselita Santana, mulher negra, solteira, sem filhos, atualmente estudante; Dagmario Jesus, negro, católica, “sou uma pessoa que é extrovertida, gosta de estudar e trabalhar muito”.

É nesse cenário tivemos a fase do “milagre econômico” (1969-1973) período de crescimento econômico do Brasil. Em termo televisivo, tivemos a primeira transmissão em rede via satélite, sendo que no ano de 1972 tivemos a primeira transmissão a cores. Em março de 1974 o General Ernesto Beckmann Geisel do partido da ARENA assume a presidência do Brasil em eleição indireta. Ele extinguiu o AI-5, mesmo sendo lento e gradual Geisel preparou o País para o processo de redemocratização, deixando a presidência em março de 1979. E nesse cenário político afirma Ana Alice Costa:

Já sob os efeitos do Ato Institucional nº 5 e da Lei de Inelegibilidade, que vedava o acesso de mulheres de políticos com mandatos cassados às candidaturas legislativas, muitas "esposas" Já não puderam candidatar-se. O reflexo disso foi muito claro na diminuição do número de mulheres aspirantes à Câmara Federal. Em todo o país, somente candidataram-se quatro mulheres, sendo a baiana Neca Novais a única vitoriosa (COSTA, 1998 p 106).

Durante a ditadura militar, houve denúncias e publicação sobre a “violência do Estado contra a sociedade e a violência entre cidadã os”. Publicizando “os episódios de tortura, assassinatos, abusos”, entre outros. Para Ana Alice Costa (2002) isso ampliou o “espectro do que se entende por violência, uma vez que revelam novos atores, vítimas e opressores”. A sociedade e os movimentos sociais lutaram por uma democracia no País. O movimento feminista também estava inserido nesse processo, com o diferencial de que “discute não só a violência institucional

e intrarrelações sociais, mas a própria negação da existência da violência contra a mulher por parte do Estado e da sociedade” (COSTA, 2002, p. 217)

A partir da resistência à ditadura e do acompanhamento dos julgamentos de homens que assassinaram suas mulheres e ex-mulheres, o movimento feminista se constrói como sujeito socialmente ativo, questionando a situação e a aplicação dos direitos das mulheres. Denunciando o uso arbitrário e socialmente condicionado da tese da legítima defesa da honra, revela o caráter desigual dos lugares ocupados por homens e mulheres. Como proposta de sociabilidade, o movimento nutre a expectativa de poder contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. (COSTA, 2002, p. 218)

Entre as lutas feministas está a utilização da categoria gênero nos anos seguintes aos de 1970, com uma releitura em perspectiva de relação de poder, estando sempre no centro das teorias e ações políticas feministas, se apropriando do termo segundo Joan Scott (1990, p. 5) “num sentido mais literal, como uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos”. Das mulheres entre os 30 a 39 anos de idade, nascidas na década de 70: Cristiane Martins Reis, uma filha, Bacharela em Estudos de Gênero e Diversidade, e caucasiana; Fabiana Eloi Amorim, um casal de filhos, “em um relacionamento de união estável”, Bacharela em Estudos de Gênero e Diversidade e “atualmente estou desempregada”; e Tatiana Nascimento, “apaixonada pelo meu filho”, umbandista, “sou uma mulher tranqüila, que almeja muito, muitas coisas, mais é paciente, sabe esperar a hora certa”.

Já na década de 1980, estão as mulheres que estavam na casa dos trinta anos, hoje entre 30 a 34 anos, são elas: Alice Hora Silva, um filho, e simpatizante do candomblé, e Assistente Social; Ângela Janaina Marques, casada, negra, “eu sou muita coisa, mulher trabalhadora, estudante, mãe e mantenedora da família”; Carla Reis, preta, lésbica, “primeiro de tudo mãe que é importante isso, é meu filho que amo, e tem 17 anos”, “sou, casada, ativista, feminista”; Débora Campelo, casada, sem filho, católica, “desempregada vivendo de bicos”; e Tatiane Cerqueira Santos, heterossexual, “criada na religião católica, mas atualmente frequento diversas religiões”, negra, “sou do interior de Coração de Maria, na zona rural em uma localidade chamada Retiro”.

E nessa década também conhecida como a década perdida, no que se refere ao cenário econômico, não houve nem crescimento nem desenvolvimento, justamente pela hiperinflação (aumento da dívida pública interna e externa, déficit orçamentário, redução do investimento interno, entre outros) que dominava o país. Década de contexto economicamente conturbado, com várias tentativas de reformas monetárias e planos econômicos formulados e adotados, entre

eles o Plano Cruzado²¹, Plano Bresser²² e o Plano Verão²³, todos eles com resultados negativos na estabilização da economia do País.

No cenário político, tivemos em 1983 o movimento das “Diretas Já”, campanha para as eleições diretas para o cargo da presidência do País, esse movimento teve o envolvimento civil de várias camadas da sociedade que lutava pela redemocratização do Brasil. Em janeiro de 1985 Tancredo Neves foi eleito presidente do País pelo Colégio Eleitoral, em março o político foi internado em estado grave, morrendo em 21 de abril do mesmo ano, seu vice-presidente José Sarney assumiu o cargo. Em 05 de outubro de 1988 foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, que assegura os direitos sociais e individuais, liberdade, segurança, bem-estar, igualdade e justiça de uma sociedade sem preconceitos²⁴. Fruto da atuação dos vários movimentos sociais e políticos que no processo de abertura passam apontar a necessidade de que a Nova Carta Magna do Brasil garantido os direitos humanos de grupos historicamente marginalizados.

No espaço deliberativo nacional, ou melhor, no Congresso Nacional, como explica Salette Maria da Silva (2011), as mulheres, mesmo em minoria se fazem presente na Assembleia Nacional Constituinte, levando importante documento com “questões que jamais foram tratadas”.

²¹ **O plano Cruzado** - plano econômico lançado no governo Jose Sarney. Criado em 1986 pelo ministro da Fazenda - Dilson Funaro. O País vivia um “grande estado de euforia (grandes inflações, eleições, escassez de alguns produtos...)”. As principais medidas tomadas pelo plano: O Cruzeiro foi “transformada em Cruzado, seguido de sua valorização (O cruzado valia 1000 vezes mais)”; “Congelamento dos preços em todo o varejo, os quais eram fiscalizados por cidadãos comuns (fiscais do Sarney)”; Correção automática salarial para acompanhar a inflação, entre outros. O principal motivo de fracasso: congelamento de preços, que fez a “rentabilidade dos produtores caírem para perto de zero”; a “falta de mobilidade de preços fez os produtos ficarem ausentes do mercados e até leite não era mais encontrado”, época “dos consumidores fazerem “estoque” de produtos em casa”. Disponível

em: < <http://www.infoescola.com/historia-do-brasil/plano-cruzado/>>. Acessado em: 02 jun 2015.

²² **O Plano Bresser**, elaborado em 1987 pelo então ministro Luis Carlos Bresser Pereira. Objetivo “debelar o processo inflacionário”. Uma característica deste período foi que não ocorreu um planejamento de descongelamento. As Principais Medidas Impostas: “Congelamento geral de preços e salários por um prazo de 90 dias”; liberação dos preços, “estabelecendo um novo indexador, a URP (Unidade de Referência de Preços), que reajustaria os salários e determinaria os tetos para os reajustes de preços”; etc. Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/administracao/artigos/29582/plano-bresser>. Acessado em: 02 jun 2015.

²³ “Um plano econômico instituído em janeiro de 1989. A Lei que criou o Plano Verão determinou que os saldos das cadernetas de poupança, em fevereiro de 1989, fossem atualizados com base no rendimento acumulado das Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e não mais pelo IPC (Índice de Preço ao Consumidor). Com isso, os bancos não creditaram a diferença devida no percentual de 20,46% nas cadernetas de poupança com aniversário entre 1º a 15, no mês de fevereiro de 1989”. Disponível em: <<http://www.idec.org.br/especial/planos-economicos>>. Acessado em: 02 jun 2015.

²⁴ Retirado da Constituição de 1988, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm>. Acessado em 10 nov 14.

O importante documento que fora elaborado pelas mãos de diversas mulheres para ser entregue aos deputados, como descreve Salete Maria da Silva “por ocasião da feitura da Lei Maior”:

Este documento, denominado Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes, (...), continha um elenco de reivindicações que sintetizava as demandas históricas das mulheres brasileiras por sua plena cidadania, e tinha como objetivo maior inserir na nova Constituição (enquanto fundamento jurídico do Estado), preceitos legais que permitissem mudanças nas relações entre mulheres e homens; construindo, assim, a partir do compromisso estatal, um novo paradigma social (SILVA, 2011, p. 25).

Influenciando desta forma na Assembleia, e conseqüentemente, no conteúdo da nossa Constituição Federal de 1988, levando e esta, as questões relativas às mulheres. Realizando a luta política denominada o lobby do batom, “em prol dos direitos femininos” (SILVA, 2011, p. 221-222). O termo “lobby²⁵, bem como a expressão lobby do batom foram empregados (...) como sinônimo de grupo de pressão e são invocados para nominar a articulação específica de mulheres brasileiras que, em defesa de seus direitos, atuou durante o período Constituinte” (SILVA, 2011, p. 60).

A peleja na Constituinte se deve a atuação e contribuição da bancada feminina, “constituída por apenas 25 deputadas num universo de mais de 500 parlamentares”, além das contribuições e lutas dos movimentos de mulheres²⁶, técnicas do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e do movimento feminista²⁷ (SILVA, 2011, p. 226).

Essa década trouxe novos dilemas ao movimento feminista segundo afirma Ana Alice Costa, (2006, p. 61) com o avanço do movimento o eleitorado feminino virou “alvo do interesse partidário e de seus candidatos, que começaram a incorporar as demandas das mulheres aos seus

²⁵ Salete Maria da Silva (2011) traz a definição da expressão lobby de Gianfranco Pasquino, a expressão é de origem inglesa e refere-se ao “substantivo ‘corredor’, já o termo lobbying designa a prática dos grupos de pressão que assediam burocratas e parlamentares, nos corredores dos Parlamentos ou até mesmo nos hotéis onde estes se hospedam, com o objetivo de exercer influências em suas decisões políticas em prol dos interesses por aqueles representados” (SILVA, 2011, p. 60).

²⁶ O movimento de mulheres “constitui uma das modalidades dos chamados novos movimentos sociais e é considerado um movimento que congrega tanto grupo feminista (...) como movimentos femininos, tais como clube de mães, associações de bairro e grupos de mulheres articulados em sindicatos, partidos políticos, entidades religiosas, dentre outras agremiações” (SILVA, 2011, p. 52-53).

²⁷ O movimento feminista “congrega mulheres (e homens também) defensores de mudanças nas relações sociais de gênero, liberando as mulheres do jugo das hierarquias e desigualdades entre os sexos”. Este “movimento tem um caráter assumidamente político e se preocupa com a teorização de suas ações e proposições, visando conquistar a equidade dos gêneros, especialmente através da participação feminina em todos os espaços sociais” (SILVA, 2011, p. 53).

programas e plataformas eleitorais”, criando até em alguns casos Departamentos Femininos dentro das suas estruturas partidárias. Com todos esses avanços, nós mulheres ainda somos sub-representadas, a luta no cenário político continua.

Nós mulheres temos nossa própria história. História que se entrelaçam a partir do nosso caminho pessoal, no acesso à academia e em nossa experiência profissional. Mas, começar qualquer coisa é muito difícil, mas, mais difícil ainda é falar sobre nós mesmo, nos definir ou tentar se definir. Isso é realmente impossível, no máximo tentamos falar de nós no momento (ano, mês, dia, espaço, etc.) em que nos encontramos, mesmo porque, concordo com Paulo Freire (1996, p.29) quando diz que o ser humano é um ser inacabado, pois “onde há vida, há inacabamento”. Estamos sempre em transição e crescimento, a cada momento mudamos nossa maneira de se vê e vê o mundo a nossa volta.

3.1 Quem somos nós?

Conforme nossas identificações formais acima referenciadas, vamos nós apresentarmos de fato, mostrando quem somos nós. Somos mulheres, diferentes umas das outras e por sermos, somos múltiplas, com individualidades e subjetividades, com maneiras diferentes de viver, sentir e interpretar a nossa trajetória e o mundo a nossa volta. Por essa razão “é preciso levar em conta as diferenças entre as mulheres e não negá-las”, reconhecendo que essas diferenças “se localizam no interior do próprio sujeito-mulher” (YANNOULAS, 1994, p.14) acontecendo o mesmo com os homens.

A realidade atual de nossas entrevistadas é que são mulheres solteiras, casadas, algumas com e sem filhas/os, outras são avós, como Iraildes Andrade, que é avó “de duas vezes de duas lindas meninas Maria Clara e Luisa meus amores e dengos”. Vivendo e convivendo com diferentes gerações, tendo suas subjetividades e construindo suas identidades. Portanto, como afirma Alda Motta (2010, p177) “na vida vivida, se somos sempre pessoas de um determinado sexo/gênero, raça/etnia, e classe social”, a cada ano mudamos de idade (processo biosocial) e o nosso grupo etário ou geração, ao mesmo tempo assume posições diversas.

Somos múltiplas, vivendo nossas individualidades e subjetividades bem diferente uma das outras. Sendo de gerações diferentes, vivenciando circunstâncias e eventos iguais, mais absorvendo de maneiras diferentes. Mulheres e homens que agem e pensam diferenciadamente, mas, temos alguns contextos em comuns. Como exemplo de nós mulheres, e nesse caso, as nossas entrevistadas. Que nesse contexto, somos mulheres, heterossexuais, homossexuais, lésbicas, bissexuais, como coloca Iraíldes Andrade por “gostar de meninos e meninas”.

Na construção do panorama de quem somos nós, eu considere as falas destas mulheres e destes homens quanto os seus pertencimentos, que os identificam e definem. Sem, no entanto, fixá-los, congelá-los. Pois, como Dagmario Jesus revela “que hoje ele é hetero, amanhã eu não sei, enfim, essas coisas, então, nós estamos no mundo da transformação”. Contudo, nem todos os homens pensam como Dagmario.

São percebidas tensões na construção da identidade sexual masculina diante de padrões tradicionalmente construídos, mesmo porque, a masculinidade não é algo dado, mas algo que constantemente se procura conquistar e ou construir. Essa tensão trazida por Romeu Gomes (2003, p 827-828) “está associada a valores sociais que transcendem a dimensão do indivíduo; caracteriza-se pela tentativa de homens se diferenciarem do padrão de masculinidade socialmente para eles estabelecido”. Isso foi observado nas respostas dos homens que não falaram de seus sentimentos nem em relação a sua vida pessoal, só Dagmario falou um pouco mais.

E isso é devido a uma sociedade machista, sexista e com resquício de um sistema patriarcal, que padronizou modos e comportamentos de homens e mulheres, como coloca Guacira Louro (2002) “haveria apenas um modo adequado, legítimo, normal de masculinidade e de feminilidade é uma única forma sadia e normal de sexualidade, a heterossexualidade; afastar-se desse padrão significa buscar o desvio, sair do centro, tornar-se excêntrico”. Entendendo ser excêntrico, quem está fora do centro, da normalidade é ser esquisito. E quando se trata de identidades de gênero e sexuais, temos que compreender, que “são precisamente os discursos, os códigos, as representações que atribuem significado de diferente aos corpos e às identidades”.

Um dos pertencimentos destacados por nossas/os entrevistadas/os diz respeito à sexualidade e a orientação afetivo-sexual. A sexualidade imprime nossos desejos e sentimentos, são relações sentidas e entendidas de várias formas, a sexualidade tem “múltipla combinação de fatores biológicos, psicológicos e sociais e é basicamente composta por três elementos: sexo biológico, orientação sexual e identidade de gênero”. Já a orientação afetivo-sexual ou orientação

sexual é o desejo e “atração afetiva e/ou sexual” em relação a outra pessoa como afirma a Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual de São Paulo (2014, p. 10-11), tendo três maneiras de afetividade: a heterossexualidade - “pessoa que se sente atraída afetiva e/ou sexualmente por pessoas do sexo/gênero oposto”; a homossexualidade - (Gays e Lésbicas): ‘pessoa que se sente atraída afetiva e/ou sexualmente por pessoas do mesmo sexo/gênero’; e a bissexualidade - “pessoa que se sente atraída afetiva e/ou sexualmente por pessoas de ambos os sexos/gêneros”.

Anita Silva afirma que “até então minhas relações afetivas emocionais tem sido hetero e sinto uma atração por homens” afirmando que já desejou e já foi desejada por mulheres, contudo, nunca levou “nenhuma relação dessas avante, por educação ou falta de tesão”. Assim, as/os entrevistadas/os declararam-se como heterossexuais, homossexuais, lesbicas. Conforme é possível visualizar no quadro abaixo, utilizo a autodeclaração das/os entrevistadas/os, por essa razão ele não está dividido como heterossexual, gay, lésbica e bissexual.

QUADRO 3 – Orientação afetivo-sexual.

Orientação afetivo-sexual	% MULHERES de 40 anos (15)	% HOMENS de 40 anos (5)	% MULHERES de 30-39 anos (8)
Heterossexual	86,66%	80%	87,5%
Homossexual	6,66%	20%	0%
Bissexual	6,66%	0%	0%
Lésbica	0%	0%	12,5%

Fonte: pesquisa monográfica

Carla Reis afirmou ser “lésbica, casada, ativista, feminista e primeiro de tudo mãe que é importante isso, é meu filho que amo que tem 17 anos”. O processo fluído das identidades²⁸ aparece também na entrevista de Tatiane Cerqueira Santos que diz: “muito subjetivo pra mim a minha sexualidade, hoje estou aberta a outras relações depende do momento”, tendo vontade de ficar com pessoas do mesmo sexo, porém, como afirma a mesma “ainda não fiquei com nenhum e essa vontade foi bem antes do curso”.

A desconstrução em torno da sexualidade que vemos na fala de Dagmario Jesus que é heterossexual é um raro marcador de paradigma para se ouvir de um homem, assim como na fala de Tatiane C. Santos que também se diz hetero. As falas expressas são exemplos do que coloca

²⁸ A definição de Identidade que utilizo é: “construção que diz respeito à forma como aprendemos e interpretamos a realidade e, ao mesmo tempo, compreendemos a nossa posição no mundo” (SARDENBERG, MACEDO, 2011, p. 35).

Guacira Louro (1997, p. 29-35) sobre desconstrução e pluralização dos gêneros, onde a desconstrução é feita a partir da conscientização de que gênero constrói as identidades dos sujeitos: a identidade de gênero e a identidade sexual, que por serem socialmente construídas são voláteis, instáveis, contraditórias e não finalizadas, e, portanto, passíveis de transformações e reconstruções.

A identidade de gênero²⁹, para Mirian Grossi (2010, p. 8) é “algo um pouco mais complexo, porque remete à constituição do sentimento individual de identidade”, ou seja, é como você se entende se percebe e se reconhece na sua masculinidade e feminilidade independente de seu sexo biológico. A identidade sexual no meu entendimento se refere a nossa compreensão de ser homem ou mulher que independem do sexo que temos, é sim do nosso desejo e direcionamento sexual. A nossa sexualidade³⁰ são práticas culturalmente e socialmente determinada, e justamente por isso são flexíveis e mutáveis e está sempre em construção.

Ao falarmos de sentimentos, ao lembrarmos-nos das relações afetivas descritas por nossas/os entrevistados. Essas relações também são construídas e por isso são instáveis e contraditórias e muitas vezes idealizadas. Já que o modelo imposto diz respeito às relações dos “felizes para sempre”, do “Romeu e Julieta” ou mesmo dos “príncipes e princesas”. Mas, a realidade impõe frustrações, desmoronamento de castelos, o desencantamento dos príncipes que sempre foram sapos, mostrando que contos de fadas não existem.

A instabilidade, decepções e desentendimentos dos casamentos e dos relacionamentos é o que existe em nossa realidade, mais, ainda assim, procuramos sempre o tal do “encantamento” do “final feliz”. Entretanto, nem todas/os tem as relações afetivas que sonharam e idealizaram, e sobre essas relações nossas entrevistadas também comentaram.

As relações afetivas que envolvem o casamento entre nossas interlocutoras são sentidas de formas diversas, são múltiplas e expressas na subjetividade de cada uma na percepção e no sentimento desse enlace matrimonial e ou convivência estáveis. Muitos desses relacionamentos

²⁹ Sobre identidade de gênero Mirian Grossi (*apud* STOLLER, 2010, p. 8) traz o entendimento de Stoller dizendo que, “todo indivíduo tem um núcleo de identidade de gênero, que é um conjunto de convicções pelas quais se considera socialmente o que é masculino ou feminino. Este núcleo não se modifica ao longo da vida psíquica de cada sujeito, mas podemos associar novos papéis a esta ‘massa de convicções’”.

³⁰ A sexualidade – “isto é, as práticas eróticas humanas – é também culturalmente determinada. Para a maior parte das pessoas em nossa cultura, a heterossexualidade, ou seja, a atração erótica de indivíduos de um sexo pelos de outro, é um algo “instintivo” da espécie humana em vistas da sua autoperpetuação pela reprodução” (GROSSI, 2010, p. 9).

deixaram marcas profundas que até hoje as machucam ao falarem desse assunto. Marta Santos contou-me que aos “13 anos fui seduzida por um homem mais velho (16 anos a mais que eu) no qual convivi por longos 17 anos” sofrendo “violência de toda sorte, chorava e apanhava”, chegando a perder três filhos, e quando estava com “30 anos de idade tomei coragem e separei”.

A violência contra a mulher foi vivida por nossa interlocutora, vítima da violência doméstica já que foi perpetrada por seu companheiro/marido, em todas as suas modalidades: a física, moral, psicológica e a patrimonial. Contando-me em uma de nossas conversas durante o curso, e na própria entrevista, sobre esse fato afirmando terem o mesmo ocorrido antes da Lei Maria da Penha e de fazer o curso, Marta Santos (20/05/14) coloca que “separava e voltava seguida de toda sorte de violência, chorava e apanhava durante esses 17 anos, eu não tinha idéia que sofria toda sorte de violência, para mim era tudo naturalizado eu achava tudo normal”.

A Lei Maria da Penha³¹ veio amparar juridicamente a mulher nessa luta contra a violência doméstica e familiar, estando em vigor desde 22 de setembro de 2006. A Lei N° 11.340 de 07 de agosto de 2006, cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Estando em seu art 5º: “Para efeito dessa Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”.

A violência psicológica e moral é uma das agressões mais violentas, pois provoca humilhações e causa dores profundas, pois é dor na alma e não tem cura, como afirma Heleieth Saffioti (2004, p. 62-63). Foi a dor, o mais comentado por nossa entrevistada quando fala emocionada sobre essa violência:

O grande e brutal agressivo companheiro me achava burra e incapaz de ingressar na faculdade e inferior, totalmente sem vontade própria. Eu era dominada por ele, não permitiu que eu ingressasse numa faculdade. Quando eu terminei o 2º grau me inscrevi para o concurso da polícia feminina pela 1ª vez e ele trancou a casa para eu não ir fazer a prova - Marta Santos (20/05/14).

Além de ter sofrido outra violência como ela mesmo coloca, “neste momento passei por violência de cárcere privado”. Marta Santos revela em uma de nossas conversas não gravada, mais anotada no caderno de campo, que se essa violência doméstica e familiar fosse atualmente, com os conhecimentos que tem hoje sobre a Lei Maria da Penha, o teria denunciado. Mesmo

³¹ Sobre a Lei Maria da Penha, disponível em: <<http://www.leimariadapenha.com>>, e <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_Ato2004-2006/Lei/L11340.htm> .Acessado em 15 jun 2009.

porque, não suportaria mais viver uma vida com violência, pois teria mais recursos para quebrar o ciclo da violência da qual era submetida. O ciclo da violência são agressões repetitivas, “começa com um nervosismo, um pequeno ato de violência seguida de uma fase amorosa, tranquila”, então recomeça tudo novamente: tensão; explosão; e lua de mel (COUTINHO; RILBIAN CORRÊA, 2011, p. 32).

Isso faz lembrar a construção do contrato social e sexual do casamento do qual as mulheres eram submetidas, e segundo Saffioti (2004, p. 44-45) sobre a construção social do patriarcado regido por contrato social e sexual de posse do regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens, então o contrato social que o casamento traz, o homem/marido a constrói como posse, fazendo o que bem entende com esse objeto/mulher de posse, violando assim o direito da mulher. E a relação relatada por Marta Santos expressa bem o regime de dominação-exploração descrito por Saffioti (2004) uma vez que é possível verificar na sua fala que seu ex-marido tinha uma visão específica acerca da sua esposa e de sua relação de poder para com ela.

Ele a via como um sujeito cuja existência diferia-se de acordo com os seus desejos, existia para servi-lo. E sendo regra questionada, a ordem e hierarquia da relação colocados em risco, instituíam-se o processo de esgazamento do corpo e da mente que ousava questionar ou infligir o posto, por meio da violência física e psicológica. As experiências de uma relação mesclada por violência não foram exclusivas de Marta Santos, elas aparecem nas falas de outras entrevistadas ao narrarem aspectos de suas vidas. Estes são os casos de Carmen Suarez (21/10/14) e Maria das Graças Lima (03/09/14).

A entrevista com Carmen Suarez (21/10/14) teve momentos de profundas respirações, embutindo sentimentos diversos (rancor, raiva, amor, desilusão), com pausas para evitar choro, contando com muita desilusão latente em seus movimentos, palavras e olhar: “tive um casamento de 25-26 anos que naufragou agora, tem cinco anos que vivo minha vida tranquilamente, não penso mais em ter outra união, porque pra mim já deu”. Atualmente seu ideal de vida é seus “espaços com seus estudos e trabalho”.

Outra nos conta também com um tom de mágoa e Maria das Graças Lima (03/09/14) “sou divorciada, me casei cedo e me separei cedo”. É a partir dos modelos construídos de conduta estereotipados de homens/maridos e mulheres/esposas que legitimam e justificam as atitudes e ações “preconceituosas, opressivas e violentas que são perpetradas contra as mulheres tanto no mundo privado como no público”. E para combatermos essas ações e atitudes segundo a mesma,

temos que implodir os estereótipos, ou seja, “mudança de visão, de mentalidades”, implicado no processo de socialização dos indivíduos, passando “pela revisão e crítica do processo educativo em todos os níveis” (VANIN, 2010, p. 77).

Claro, que no meio delas existem as que ainda estão casadas e felizes em seus relacionamentos, a exemplo de Sonia Maria Soares (01/10/14): “não queria casar mais queria ter filho, não queria marido, aí as coisas aconteceram de outra forma, porque gostei sim de uma pessoa, que é meu marido até hoje, casei, já estou com ele a 22 anos, e sou mãe”.

Nesse contexto, somos mulheres com individualidades e subjetividades distintas no que se refere às relações afetivas, somos seres sempre em construção e por isso estamos em constantes mudanças, nos conhecendo a cada instante, e nessa tentativa de se conhecer é que mostramos nossas mudanças seja no pensar quanto no agir, apresentando transformações em nosso cotidiano. E nesse sentido, essas transformações também aparecem quando falamos em pertencimento, do pertencer racial, de nossas/os entrevistadas/os. Quando se refere ao pertencimento étnico-racial, somos negras/os, pretas/os, pardas/os, brancas/os³², mais, existem aquelas/es que não soube dizer sobre seu pertencimento. Isto pode ser observado em várias respostas que veremos a seguir.

Hoje, tenho consciência que sou uma mulher negra, e por isso, ou justamente por isso, tenho nome e sobrenome, me afirmo com a identidade de mulher negra. Antes dessa auto-afirmação, achava-me parda, já que minha certidão de nascimento colocaram-me como parda, que só depois descobrir, ou melhor, entendi que não era a cor da mestiçagem, e sim do fenômeno de embranquecimento, que em suas entrelinhas tendiam-se na exclusão da raça negra, isso pode ser também chamada de ideologia do branqueamento segundo seu mentor João Baptista Lacerda representante oficial do Brasil no ano de 1911, segundo Andreas Hofbauer (2003, p. 87-88) Lacerda no Congresso Universal das Raças em Londres (1911) frisou que toda a “sociedade brasileira passava por um processo de embranquecimento” e no pensamento de Lacerda era só uma questão de tempo para a extinção da “raça negra”, e nesse embranquecimento apareceriam “sujeitos em vias à transformação em branco”.

A partir dessa consciência e do processo dessa construção, sei que a minha cor é preta, minha raça é negra e humana. A construção da identidade, não é coisa simples, é processo imerso

³² No IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a referência sobre Cor ou Raça são caracterizada e contabilizada nas seguintes opções: branca, preta, amarela, parda ou indígena. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>>. Acessado em 30 mar. 2015.

num sistema de relações sociais, de um povo miscigenado como nós brasileiros que “nem sempre traz em si a possibilidade de seu reconhecimento por parte dos indivíduos que dele fazem parte” (BARROS, 2000, p. 287). Mesmo porque segundo consta no dicionário a mestiçagem é mistura de raça ou “cruzamento de raças”.

Kabengele Munanga (1999, p. 21) no texto sobre conceito e história da mestiçagem no que se refere a ambiguidade desse conceito, utiliza-o para “designar a generalidade de todos os casos de cruzamento ou miscigenação entre população biologicamente diferentes”. A ideia da mestiçagem sempre teve um caráter ambivalente em nossa sociedade elitista que se referenciava de teorias ocidentais, europeias e americanas no século XIX, se perpetuando ao longo do tempo, que tinha a “ideia da mestiçagem tida ora como um meio para estragar e degradar a boa raça” (MUNANGA, 1999, p. 50-51), e essa pluralidade racial na cabeça dessa elite ameaçava a construção de uma nação branca, lembrando que a “pureza racial biologicamente nunca existiu”.

E isso, nos faz “compreender as dificuldades que os negros e seus descendentes mestiços encontram para construir uma identidade”. Mesmo porque todas e todos nós aprendemos na escola que a nossa formação como nação brasileira é pura mestiçagem, com povos e grupos miscigenados de índios, negros e brancos, como exemplos desses grupos, os portugueses, espanhóis, italianos, entre outros. Compreendi que isso se aplica na dificuldade de muitas de nossas entrevistadas de falar sobre seu pertencimento étnico-racial.

Existe também uma dificuldade e/ou confusão no que se refere a raça e etnia, sobre essa questão trago Diego Santos, Nathália Palomares, David Normando e Cátia Quintão (2010, p. 124). Eles dizem que “Raça e Etnia são dos conceitos relativos a âmbitos distintos”. A cor da pele é característica racial, compondo característica de uma raça, mesmo porque, a Raça é do âmbito biológico dos seres humanos, utilizado para “identificar categorias humanas socialmente definidas”, a exemplo da “cor de pele, tipo de cabelo, conformação facial e cranial, ancestralidade e genética”. Contudo, “a cor da pele não determina a ancestralidade, principalmente nas populações brasileiras, altamente miscigenadas”. Já a Etnia “refere-se ao âmbito cultural; um grupo étnico é uma comunidade humana definida por afinidades linguísticas, culturais e semelhanças genéticas³³”.

³³ Maiores informações no Artigo de SANTOS, Diego Jr. da Silva. PALOMARES, Nathália B. NORMANDO, David. QUINTÃO, Cátia C. A. **Raça versus etnia**: diferenciar para melhor aplicar. Dental Press J Orthod, 2010,

Anita Silva (20/05/2014) fala sobre seu pertencimento étnico-racial da seguinte forma: “Apesar da minha pele ser clara e toda minha família também, nunca me senti exatamente branca”, e ela continua referindo-se a sua base familiar, “venho de uma conjuntura social familiar popular e aprendi desde cedo a condição de mestiçagem do nosso país”. É por esse motivo que diz “acho que foi sempre com isso que me identifiquei”. Não tendo certeza de seu pertencimento ela afirma que “nunca me senti negra e não tenho referências dessa etnia na árvore genealógica da família”. Contando-nos a mistura que é a formação de nosso país, ela termina dizendo o seguinte “minha ancestralidade é de índio, português e francês. É o que sei”.

A confusão de não saber ou não ter certeza de seu pertencimento também aconteceu com Maria Carvalho Soares (25/09/14) que declarou o seguinte: “- eu acho que sou preta ou parda, acho que essa cor não deveria existir no cartório, sou parda, mais tenho a descendência negra e índia, e me sinto negra”. O pertencimento étnico-racial continua sendo duvidas, como nos fala Ana Luzia Santos (21/10/14): “- não me sinto branca, não me sinto 100 % negra, não sei dizer”, e ainda completa “sinceramente não sei! É tudo junto misturado”.

Sobre seu pertencimento étnico/ racial Fabiana Amorim (23/10/14) respondeu o seguinte: “- quanto ao meu pertencimento étnico/ racial, costumo dizer que sou “colorida”. O “colorida” é utilizado para refere-se a um pertencimento multifacetado, pois há em sua família uma “mistura de negros, índios, italianos e espanhóis”, informando que em sua identidade consta o termo ‘parda’, “uma forma que encontraram para denominar esse pigmento de pele que está entre o negro e o branco”.

A referência do pertencimento étnico-racial das/os entrevistadas/os foi a autodeclaração, por esse motivo a cor negra aparece conjuntamente com a preta em razão da preferência e indefinição de algumas entrevistadas como o exemplo de Carla Reis (24/10/14) que se declarou da seguinte forma: “eu acho que é mulher negra, eu gosto de falar preta”. No IBGE tradicionalmente a pesquisa sobre cor ou raça apresenta com as seguintes categorias já pré-estabelecida: branca, preta, amarela, parda ou indígena. Não havendo, portanto, oportunidade de outras opções de pertencimento, ou mesmo a autoidentificação³⁴.

Artigo, May-June, 15 (3). 121-4, Artigo. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/dpjo/v15n3/15.pdf>>. Acessado em: 26 dez. 2015.

³⁴ No entanto, o questionário da Pesquisa das Características Étnico-raciais da População - PCERP 2008, do IBGE possibilitou que gradativamente o tema da autoidentificação étnico-racial se iniciasse, “apresentando-lhe os elementos

A forma de pesquisa sobre a Cor e Etnia sejam elas: Branca, Parda, Preta, Amarela e Indígena, também ocorria na Universidade Federal da Bahia³⁵ até o ano de 2013, através do questionário socioeconômico que todas/os preenchiam no ato da inscrição. Essa pesquisa não ocorre mais na Universidade devido ao processo seletivo que agora é através do Enem e o Sistema de Seleção Unificada – SISU, informando que a adoção exclusiva do ENEM, e o SISU, “para o ingresso nos cursos de graduação da UFBA, preservado o procedimento de etapa das provas de habilidade específica para os cursos que o utilizam, representou mais uma iniciativa da UFBA no sentido da ampliação das oportunidades de acesso ao ensino superior”³⁶. Desta forma, a maioria de nossa percentagem (porcentagem) será até o ano de 2013, assim, entre os anos de 2009 a 2013 as/os aprovados do curso de Gênero e Diversidade estão representadas/os conforme suas autodeclarações sobre sua/eu pertencimento étnico-racial apresentada na tabela 2.

Tabela 2 – Pertencimento étnico-racial das/os aprovadas/os no curso do BEGD.

ANO / Étnico-Racial	OUTROS	PARDOS	PRETOS
2009	10,3%	55,2%	34,5%
2010	24%	36%	40%
2011	15,8%	15,8%	68,4%
2012	22,5%	35%	42,5%
2013	18,8%	62,5%	18,8%

Fonte: Questionário Socioeconômico UFBA – Prograd/SSOA.

As/os aprovadas/os do curso de Gênero e Diversidade que se identificaram como pardas/os e pretas/os são maioria no curso como é visto na tabela acima. Em 2009 as/os pardas/os eram maioria com 55,2%, seguido das/os pretas/os com 34,5%. No ano de 2010 as/os pretas/os

que são reconhecidos como constitutivos destes processos de elaboração de identidades”. Oferecendo diversas oportunidades de múltipla resposta em seu questionário, expressando assim, a “reconhecida multiétnicidade que caracteriza a população do País” (PETRUCCELLI, 2013, p. 31).

³⁵ Conforme a configuração do perfil do questionário socioeconômico de 2013, elaborado pela Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento – PROPLAN (2013, p. 10) no que se refere a distribuição de inscritos e classificados segundo a Cor e Etnia de acordo com a classificação do IBGE. Disponível em: <<http://www.proplan.ufba.br/sites/proplan.ufba.br/files/Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%20Complementar.pdf>>. Acessado em 13 de dez. 2015.

³⁶ Segundo configuração do perfil do questionário socioeconômico de 2013, elaborado pela PROPLAN (2013, p. 8). Disponível em: <<http://www.proplan.ufba.br/sites/proplan.ufba.br/files/Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%20Complementar.pdf>>. Acessado em 13 de dez. 2015.

eram 40%, e em segundo lugar as/os pardas/os com 36%. Já em 2011 temos as/os pretas/os como maioria entre todos os anos (2009/2013) com 68,4%, com empate entre pardas/os e outros (inclusos brancos, amarelos, indígena) com 15,8%. Em 2012 as/os pretas/os eram maioria com 42,5%. Em 2013 as/os pardas/os eram maioria com 62,5%, havendo um empate também só que entre as/os pretas/os e os outros.

Nesse contexto, utilizei na pesquisa a autodeclaração, e justamente por isso se viu a dificuldade de declarar seu pertencimento. Como demonstra Ana Luzia Santos ao dizer o seguinte sobre esse assunto: “meu pertencimento étnico-Racial, sinceramente não sei! É tudo junto misturado kkk”. Cristiane Reis (20/10/14) disse ser caucasiana, que no quadro abaixo entrou na classificação outros. Quanto aos homens quatro deles se declararam como negro e um como pardo. A diversidade se faz presente entre nós, somos humanas, pertencemos a mistura de povos. Isso pode ser identificado nos quadro 4 referente ao pertencimento racial.

QUADRO 4 – Pertencimento Racial.

Pertencimento racial	MULHERES de 40 anos (%)	HOMENS de 40 anos (%)	MULHERES de 30-39 anos (%)
Negra/o ou Preta/o	60%	80%	75%
Branca/o	13,33%	0%	0%
Parda/o	13,33%	20%	0%
Não sabe	6,66%	0%	0%
Não definiu	6,66%	0%	12,5%
Outros	0%	0%	12,5%

Fonte: roteiro de entrevista/formulários

E por sermos um povo miscigenado e principalmente afrodescendente, que temos que ter dados mais concreto e próximo da nossa realidade. Daí a autodeclaração. Concordo quando Kimberlé Crenshaw ([200_], p.16) fala de adotarmos na coleta de informações “abordagem de baixo para cima”, ou seja, temos que perguntar a quem estamos entrevistando/pesquisando, e não enquadrar opções de resposta fechadas, como normalmente são feitas quando se quer chegar a cor/raça e ou pertencimento étnico/racial.

Essa abordagem também foi feita quando falamos de religião, mesmo porque, a religiosidade também mostra sua diversidade e suas misturas. A religiosidade ou mesmo a espiritualidade são temas complexos, por si tratarem de aspectos relativos à subjetividade e da individualidade de cada indivíduo. E ao falarmos de religiosidade e espiritualidade, Juliana Farias e Eliane Seidl (2005) exemplifica essa conceituação:

Definições de termos relacionados à religiosidade são complexas e numerosas, o que dificulta a realização de pesquisa sobre o tema. Alguns autores definem religiosidade como atributos relativos a uma religião específica diferenciando-a de espiritualidade. Lukoff (1992), por exemplo, distingue religiosidade de espiritualidade, definindo a primeira como adesão a crenças e a práticas relativas a uma igreja ou instituição religiosa organizada, e a segunda como a relação estabelecida por uma pessoa com um ser ou uma força superior na qual ela acredita. De acordo com Spilka e McLontosh, (1996, cf. citado em Siegel, Anderman & Schrmshaw, 2001), a conceituação de religiosidade inclui aspectos individuais e institucionais, enquanto espiritualidade é um fenômeno apenas individual, identificado com aspectos como transcendência pessoal, sensibilidade ‘extraconsciente’ e fonte de sentidos para eventos na vida³⁷ (FARIA, SEIDL, 2005, p. 381).

A fé, a crença, o misticismo e o sagrado, cada um sente de forma diferente, cada um com sua maneira de ligação com o poder maior, e isso tem que ser respeitado. As religiões mais comentadas por nossas/os entrevistados foram: o Catolicismo³⁸ - é a religião dos católicos que define a fé, ou a condição dos que se tornam adeptos da religião católica apostólica romana., o espiritismo³⁹, Kardecista ou Espiritismo Kardecista são seguidores da doutrina de Alan Kardec, o Candomblé⁴⁰ - religião de matriz africana, Panteísmo⁴¹ - é a religião dos que acredita que Deus é

³⁷ FARIA, J. B de. SEIDL, E. M. F. *Religiosidade e Enfrentamento em Contextos de Saúde e Doenças: Revisão da Literatura. Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2005, 18(3), pp. 381-389. Universidade de Brasília. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v18n3/a12v18n3.pdf>>. Acessado em 20 out. 2015.

³⁸ Catolicismo essa expressão vem do grego arcaico e significa ‘universal’, sendo utilizada no ano 105 d.C”. Segundo sua doutrina, “Jesus, o Messias, veio a Terra para salvar a Humanidade e renovar os laços do Homem com Deus”. Principais dogmas “ Santíssima Trindade – o Pai, o Filho e o Espírito Santo, três divindades em um único ser”. Santana, Ana Lúcia. **Catolicismo**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/cristianismo/catolicismo/>>. Acessado em 20 out. 2015.

³⁹ História do Espiritismo - no século XIX, Rivail, pedagogo francês, e “adepto de rigoroso método de investigação científica”. Autor do Livro dos Espíritos. O professor Rivail “imortalizou-se adotando o pseudônimo de Allan Kardec”. A “Doutrina codificada por ele tem caráter científico, religioso e filosófico. (...)”: Site da Federação Espírita Brasileira: **História do Espiritismo**. Disponível em: <<http://www.febnet.org.br/blog/geral/o-espiritismo/historia-do-espiritismo/>>. Acessado em 20 out. 2015.

⁴⁰ O Candomblé é uma religião originária da África, “trazida ao Brasil pelos negros escravizados na época da colonização brasileira”. A presença das religiões africanas determinou a “afluência de cativos Gegês e Nagôs (Daomeanos e Yorubás), trazidos da Costa dita dos Escravos e desembarcados, principalmente, na Bahia e em Pernambuco”. O Candomblé baseia-se no “culto aos Orixás, deuses oriundas das quatro forças da natureza: Terra, Fogo, Água e Ar”. **INTRODUÇÃO AO CANDOMBLÉ, ILÊ AXÉ OXOSSI E OXALÁ, JULHO DE 1994**. Disponível em: <http://olorum.lendas.orixas.nom.br/classificados/ebooks/013_cursodeintroducaoaoacandomble.pdf>. Acessado em 20 out. 2015.

⁴¹ Panteísmo deriva do grego ‘pan’, que tem o sentido de ‘tudo’; e de ‘theos’, que significa ‘Deus’, ou seja, ‘tudo é Deus’. Segundo esta doutrina, “Deus está presente em todo o Universo, em cada elemento; ela defende igualmente a existência de várias divindades ligadas aos mais variados componentes da Natureza”. Esta doutrina “conjuga a esfera

o todo e o universo, Umbandista⁴², Agnóstica⁴³ - os agnósticos são os chamados pessoas neutra, que não acredita e nem desacredita da existência do ser superior, Bahá'í⁴⁴ - as/os adeptas/os da fé bahá'í acreditam que a crença na unidade da humanidade e a determinação de contribuir para a construção de uma sociedade em constante evolução. Outras/os não tem uma religião, além daquelas e daqueles que não tem uma religião definida e freqüentam outras. O quadro 5 a seguir traz o pertencimento religioso, do meu universo de pesquisa.

QUADRO 5 – Pertencimento religioso.

Pertencimento religioso	MULHERES de 40 anos (%)	HOMENS de 40 anos (%)	MULHERES de 30-39 anos (%)
Católica	20%	40%	12,5%
Candomblé	20%	0%	12,5%
Espírita Kardecista	0%	20%	12,5%
Agnóstica	6,66%	0%	0%
Bahá'í	6,66%	0%	0%
Umbandista	0%	0%	12,5%
Não tem	20%	20%	12,5%
Não definiu	26,66%	20%	37,5%

Fonte: roteiro de entrevista/formulários.

O catolicismo formou em um primeiro momento muitas e muitos de nos como afirma Alagoin Dias (16/09/14) “sou católica por formação familiar, embora não praticante”. Algumas pessoas dizem não pertencer a nenhum dogma religioso, mesmo tendo orientação católica, porém

mental à dimensão material, e percebe nesta identidade a natureza divina”. Ana Lúcia. **Panteísmo**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/religiao/panteismo/>>. Acessado em 20 out. 2015.

⁴² Umbanda – cultos religiosos sincréticos surgidos no Brasil “entre os séculos XVI e XX, fruto do contato dos diferentes povos que contribuíram para a formação cultural e religiosa da população”. A expressão umbanda “deriva de m'banda, que em língua quimbundo (língua nacional de Angola) significa "sacerdote" ou "curandeiro". O culto irá combinar elementos da filosofia espírita kardecista, dos vários cultos afro-brasileiros, tradições indígenas, do cristianismo católico e modernamente, conhecimento vindo de cultos esotéricos”. Emerson Santiago. **Umbanda**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/religiao/umbanda/>>. Acessado em 20 out. 2015.

⁴³ Agnóstico - palavra “grega “gnostos”, que significa conhecimento, precedida o prefixo “a”, que em grego tem a notação de negação ou privação. O termo “gnostos” teve origem na antiga linguagem indo-europeia, vindo da raiz “gno”, que designava o saber”. O agnóstico são seguidores de uma doutrina “conhecida como agnosticismo, um ramo da filosofia”. Segundo “o agnosticismo, a razão humana não tem os conhecimentos necessários para justificar ou não a existência de Deus”. Informações extraídas no site Significados BR. Disponível em: <<https://www.significadosbr.com.br/agnostico>>. Acessado em 20 out. 2015.

⁴⁴ A “Fé Bahá'í é uma religião mundial independente, com suas próprias leis e escrituras sagradas, surgida na antiga Pérsia (atual Irã) em 1844. Foi fundada por **Bahá'u'lláh**, título de Mirzá Husayn Ali (1817-1892), e não possui dogmas, rituais, clero ou sacerdócio”. Elas/es juntas/os “consultam sobre as questões que envolvem suas comunidades, realizam atos de adoração a Deus e de serviço à humanidade”. Site Fé Bahá'í. Disponível em: <<http://www.bahai.org.br/a-fe-bahai>>. Acessado em 20 out. 2015.

não praticante, tendo simpatia por outras religiões, como nos afirma Ana Luzia Santos (21/10/14) “tenho simpatia pela religião Espírita, já frequentei alguns centros espíritas, hoje vou eventualmente porque me identifico”. Eu (Joselita Santana) não tenho uma religião definida, mais acrescento em Deus e nos Orixás, mesmo porque, essas religiões foram minhas referências na infância.

O Candomblé tem várias/os adeptas/os e admiradoras/es, e este é o caso de Iraildes Andrade (20/05/14) que afirma: “- sou de Candomblé, Sou de Oxalá e Ekede confirmada para Orixá Oxossi, sou da Casa de Oxumarê”. O mesmo nos conta Eloide Leite (25/09/14) “sou admiradora do candomblé, adoto como religião-afro”. Marcos Antonio (29/08/14) disse-me que atualmente segue todas as religiões, tendo propensão maior ao candomblé, no entanto, ele conta que: “sempre tive em mente uma concepção de que ‘religião’ é coisa ruim, por ser organizações formada por homens, mas, enquanto local para alcançarem o autoconhecimento e o respeito ao próximo, sou adepto de todas, hoje alço vou no panteísmo do pluralismo religioso”.

O tema da religiosidade não é fácil de ser abordada, por ser complexo, e nesse caso não aprofundarei o tema. Somos um país laico, e a Constituição Federal brasileira “consagra como direito fundamental a liberdade de religião”. E em nossa sociedade existe uma diversidade religiosa que deve ser respeitada, mesmo porque a religião é escolha individual de cada ser humano e fazendo parte da nossa identidade como pessoa que quer se ligar ou religar a um ser maior, que nosso íntimo, nosso sentimento, nosso desejo, nosso destino, ou mesmo escolha da alma. Isso pode ser vista nas escolhas de nossas/os entrevistadas/os.

Temos a liberdade de escolha, pensamento e expressão, e justamente por isso, é indispensável que todas as pessoas possuam a liberdade para o exercício da sua religião, sua fé ou crença sem haver constrangimento por nada nem por ninguém. Entretanto, sabemos que existe intolerância religiosa sobre algumas religiões, e nesse sentido, trago a fala de Ângela Janaina Marques:

Faço parte de uma religião que também, sofre certo preconceito, é a intolerância religiosa, que apesar dos tempos, nós ainda sofremos muito, é muito difícil você sair com uma roupa que te identifique pertencente ao candomblé e não ser olhada com se fosse, assim tipo, é, o que é isso, vai pra onde. Sabe é, é muito complicado ainda - Ângela Janaina Marques (21/10/14).

Temos que ter a liberdade ou a possibilidade de agir, de vestir, de ir ou escolher sem ser impedido por ninguém, assim como, de não agir, de não vestir, de não ir e nem escolher sem ser obrigado por outra pessoa. Temos que ter a liberdade de rezar, orar, de praticar ritos e atos próprios das manifestações de nossas religiões, quer sejam em área pública ou área privada. E nesse sentido, é dever do Estado (conforme CF/88) “prestar proteção e garantia do livre exercício de todas as religiões”.

A liberdade religiosa deve ser exercida, assim como, o direito de não ter uma religião também. Como somos seres inacabados e em construção, existem aquelas que ainda procuram seu caminho, é o meu caso (Joselita Santana), e o de Tatiane Cerqueira Santos (25/05/14) que nos conta que foi criada na religião católica, mas atualmente frequenta “diversas religiões procuro me identificar com algumas delas, ainda não encontrei uma para seguir”. Contudo, existem as pessoas que no momento não pronunciaram nenhuma fé, como nos conta Carmen Suarez quando se refere a religião:

Minha religião, se eu te dissesse que eu sou, só, um pouco a toa seria o ideal, mais, por força da criação agente sempre tá falando em Deus, pedindo a Deus, mais sinceramente eu acredito em mim, e nas pessoas, em coisas das pessoas o que as pessoas têm de melhor pra passar pra outras, mais, em uma coisa assim superior, maior, um homem que esteja lá encima, olhando e guiando o futuro não acredito - Carmen Suarez (21/10/14).

Somos assim diferentes, iguais, semelhantes, mulheres e homens que tem certezas e incertezas, sendo guerreiras e guerreiros que lutam por seu lugar ao sol. Temos sonhos, desejos, esperanças, de nosso modo nossa crença, nossa educação e nossa profissão, atuamos em diversas áreas e caminhamos em diferentes direções. Estamos vivendo em várias formas de interação interpessoais no mais diversos campos, e estas, tem influências no que somos neste momento.

É neste sentido, que entendendo a afirmação de Alda Motta (2010, p.180), quando diz que, “no interior de cada grupo geracional ou idade constroem-se representações, identidades” inclusive situações sociais que comparam um grupo com o outro, principalmente quando se refere aos eixos dimensionais como gênero, geração, raça e classe, situadas em um determinado tempo e espaço.

Os contextos econômicos, sociais, políticos, culturais de todas as épocas instituíram, reproduziram, relações sociais de poder que, em medidas diferenciadas influenciaram a constituição das identidades e pertencimentos individuais e coletivos das pessoas que as

vivenciaram. E dentre estas pessoas encontram-se as atrizes e atores deste estudo. Ou seja, as relações sociais ou construções sociais, segundo Sardenberg e Macedo (2011), são quem determina nossas atividades, comportamento ou traços de feminilidade e masculinidade direcionando e moldando os papéis do que é ser mulher e do que é ser homem. Nesse termo a formação de nossa identidade é dinâmico e fluido, e é um processo a percepção de “um sentido de ‘nós’ (igualdade) e de ‘outro’ (alteridade)”, mesmo porque “diz respeito a forma como aprendemos a interpretar a realidade e , ao mesmo tempo, compreendemos a nossa posição no mundo” (SARDENBERG, MACEDO, 2011, p.35).

É justamente por esses processos culturais, históricos e principalmente sociais, que temos dificuldades de nós definirmos. Somos mulheres de quarenta, mais já tivemos vinte e trinta anos. Estamos na fase do conflito de geração, começando a ser invisibilizadas, sendo postas as margens da dinâmica social.

Outras de nós já passamos dos cinquenta anos, entrando na fase onde se “ignora as características fundante da vida social” e histórica, como bem coloca Alda Motta (2010) “a idade, (...) é, historicamente, um elemento estruturador na organização das relações da vida social”. E de acordo com as representações acerca das idades e gerações, estamos ou vamos entrar em uma fase em que (segundo essa dinâmica social), não realizamos, não retribuímos tampouco reproduzimos seja no domínio público ou no privado. Vivemos em uma sociedade que valoriza a juventude, e põe a margem da invisibilidade quem eles concluem que já não produzem para o mecanismo de crescimento social, seja estes mulheres ou homens. Inclusive no que diz respeito ao curso superior.

È que a sociedade, a par de ter-se desenvolvido tendo a idade (sexo/gênero) como critério fundamental de organização e integração social principalmente de participação na divisão do trabalho, foi construindo, ao mesmo tempo, formas outras de organização que redundaram em discriminação, marginalização ou exclusão igualmente baseada na idade (assim como em critérios relativos ao gênero) (MOTTA, 2010, p.176).

As mulheres são as mais desvalorizadas e invisibilizadas nesse processo, seja no mundo público ou no mundo privado. É evidente que “as mulheres não são necessariamente desprovidas de poder em relação ao homem” como coloca Cecília Sardenberg (2010, p.46), afirmando que “no entanto esse ‘poder feminino’ raramente é legitimado”, mesmo porque a subordinação das

mulheres aos homens foi historicamente construída, sobrepondo a hierarquia masculina sobre a feminina, e assim eles adquiriram “prestígio, privilégios e poder”.

Isso ocorre principalmente nas sociedades em que “dominam as relações de gênero patriarcais”, claro que também o capitalismo. Segundo Cecília Sardenberg (2010, p.47) o poder de gênero, acrescentando nessa fala também os outros eixos dimensionais (raça/etnia, classe, sexualidade, idade/geração, etc.) “atravessa as unidades domésticas, as redes de parentesco e toda a gama de instituições que constituem a sociedade civil”, além das esferas culturais e ideológicas, “incluindo a cultura de massa, alta cultura, cultura acadêmica, culturas de oposições e contracultura”.

Em nossa vida cotidiana principalmente no exercício de “sexualidade, reprodução desejos, gostos e habitus” os embates de gênero, de raça, e de etnia se manifestam. Essa forma, esse construto de gênero, em intersecção com raça, etnia, classe e orientação afetivo-sexual, organiza tanto “o mundo exterior (o ‘social’, econômico, político), quanto interior” (construções das subjetividades, identidades), além de organizar e legitimar a “divisão sexual do trabalho e a construção de papéis sociais” (SARDENBERG, 2010, p.47). E estas questões vão se manifestar nas experiências profissionais das/os discentes do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade.

3.2 Experiências na Vida Profissional

Somos estudantes, bolsistas, profissionais da área do comércio, da saúde, do administrativo, bancária, geóloga, estudantes, diarista, serviço social, educadora social, autônoma, operadora de transbordo e triagem, secretária, técnica química, funcionária pública, Bacharelas nos Estudos de Gênero e Diversidade, aposentado, acessor parlamentar, gerente de segurança, servidor público, desempregada ou simplesmente sem profissão. No que se refere ao campo financeiros/econômico, nossas rendas também são diversas, algumas de nós sobrevivemos com menos de um salário mínimo, outros e outras na faixa salarial, poucas e poucos acima de dez salários mínimos.

A vida profissional das/os nossas/os entrevistadas/os tem passagens interessantes, por esse motivo descreverei o que me foi contado. Cada um de nós tem experiências na área profissional que vale a pena ser conhecido, pois a maioria delas são fatos invisibilizados e que necessitam visibilidade para serem combatidos. Não esquecendo que cada um/a de nós enfrenta esses fatos de acordo com nossa subjetividade, pois são levadas de discriminações e de atos que afetam a dignidade humana. Todas/os temos nossas experiências, nossos quotidianos, nossas lutas, nossas vivências e nossas histórias, temos nossas percepções, e a sentimos de maneira diferente justamente por sermos diferentes.

Sabemos que na história, as mulheres sempre foram invisibilizadas, como acontece com as histórias das/os negras/os desse País. Como nos mostra Noé e Balassiano (sem data, p. 6), no campo do conhecimento escolar/acadêmico não se mergulham nas histórias das mulheres, mesmo porque em nossas instituições “não se conta com registros escritos nem com documentos”, as mulheres são ausentes tanto nos textos escolares de histórias, quanto nas “descrições e façanhas bélicas”. É justamente nesse aspecto, necessito falar sobre as percepções e experiências da vida profissional das mulheres entrevistadas.

Sou Joselita Santana necessito contar sobre o preconceito e a discriminação pelo qual passei, mesmo porque sou mulher, negra e minha história têm que ser contada e não cortada. Por esse motivo, conto dois episódios de minha vida profissional. Infelizmente são experiências vivenciadas de preconceito e discriminação ocorridos na minha vida que fizeram (e ainda fazem) parte da minha história.

Trabalhei em uma empresa que era prestadora de serviço da Caixa Econômica Federal, entrando como estagiária e sendo efetivada na área administrativa (primeiro emprego de carteira assinada), ficando nesta quase por doze anos. Passando para segunda empresa que prestava o mesmo serviço para o mesmo banco ficando por mais de cinco anos. Quando entrei na terceira empresa que também prestava serviço a Caixa, ocorreu o primeiro episódio.

O primeiro refere-se a uma empresa prestadora de serviço da Caixa Econômica Federal, sendo indicada a essa empresa por um gerente da Caixa, contudo, ao chegar lá não falei da indicação, referi-me a vaga existente em tal agência, outra menina que estava lá, também falou a mesma coisa que eu, só que ela também foi indicada por outra agência. A atendente mandou que preenchêssemos a ficha de cadastro e logo depois entrou em uma sala. Quando retornou pegou

nossa ficha e disse à menina que ela entregasse os documentos originais e cópia e mais foto para o crachá, dirigindo-se a mim, falando que não havia vaga para tal agência.

Voltei à agência e falei ao gerente o que aconteceu, ele mandou um e-mail para empresa. Retornei a empresa e a atendente só mim fez uma pergunta: “_ por que você não falou que foi indicada pelo gerente?” solicitando os documentos com a cópia e mais a foto. Entregou-me o crachá mandando que fosse a tal agência, dando-me as costas e entrando em outra sala. As características dessa candidata: branca, magra, alta, e de “boa aparência” conforme comentário da atendente. Minhas características: negra, gorda, estatura mediana, “sem boa aparência”. Nesse momento percebi o preconceito por ser uma mulher negra.

Esse contexto discriminatório condiz com o que Kimberlé Crenshaw ([200-?], p. 11) fala sobre melhor identificar “o que acontece quando diversas formas de discriminação se combinam”, hoje consigo entender como esta combinação me afetou: ser mulher, negra e não estar nos padrões sociais tidos como modelo de beleza.

O segundo exemplo, se passou no Banco do Brasil, após passar no concurso público do Banco, estando no período de estágio probatório. No meu primeiro dia de trabalho, ouvi o seguinte comentário “_ é mulher, ele queria que viesse um homem”, fiquei esperando uma hora para falar com o gerente geral. Nessa “conversa” ele perguntou/“disparou”, “_você tem nível superior?” respondendo que não, ele continuou “_ e porque você não fez? Esta esperando o que?” Olhei para ele, respirei fundo e respondi que estava trabalhando para isso. Essa era a nossa primeira conversa e contato. Nesse episódio, percebi o escárnio do gerente ao perguntar isso, pois logo depois perguntou minha idade.

Alguns meses depois tivemos outra reunião, para falar sobre minha avaliação. O gerente que fez essa avaliação tinha três dias que tinha retornado das férias. Nunca tinha falado comigo, não perguntou nada aos colegas que estavam no atendimento geral onde eu ficava. Fez uma avaliação baixíssima. Não concordei com a avaliação, o gerente geral disse-me que isso era assim mesmo, que o gerente tinha competência para avaliar e pronto. Em nossa última reunião (final do estágio probatório), estando na sala os três gerentes, sendo um deles o gerente geral, e a segunda gerente era nova na agência (acho que era o terceiro dia dela), o outro gerente fez a seguinte pergunta: “_você, se vê trabalhando no Banco do Brasil?” Respondi que sim, e perguntei por que não me veria trabalhando no Banco. Ele não respondeu, só comentou o seguinte: “_ você não tem perfil bancário”.

Não fiquei no Banco porque não tinha “perfil” bancário, estava na sala do gerente geral no dia de assinar o desligamento (sendo exonerada) ele perguntou “_ por que você não volta para seu trabalho anterior?” Respirei fundo e respondi que não podia, pois tinha pedido demissão por causa do concurso do Banco, ele olhou para mim e disse-me “_ é, eu vou ver se consigo arrumar um emprego para você”, entre outras coisas ditas, fiquei chocada e paralisada, senti o preconceito cortar minha carne e minha garganta, sentia dor na alma e no corpo.

Sai do Banco e algum tempo depois coloquei na justiça, e alegação que eles deram na justiça foi que eu não tinha interesse. O meu interesse era visível na agência, os colegas que ficavam no atendimento geral comigo, diziam-me que se pudesse seriam minhas testemunhas. Mas não poderiam, pois poderiam sofrer retaliações. Nos quatro meses que fiquei, aprendi a maioria das coisas olhando os outros atenderem, pois segundo eles, estavam ocupados e não poderiam parar para ensinar. No segundo dia de trabalho, já estava fazendo atendimento. Os próprios colegas incentivaram-me a colocar na justiça.

Pensando nesse fato todos os dias, perguntei-me o porquê não respondi a altura, como não escancarei o que aconteceu! Quem era ele? Ele não sabia da minha vida, não me conhecia, porque calei? O que sei, foi que me senti burra, idiota, de certa forma culpada, mais ao mesmo tempo, sabia que não tinha culpa, não era burra, pois se fosse não teria passado no concurso, esse fato só serviu para abaixar a “estima”, coisa que estava no mediano.

Analiso essa fase e parte desse acontecimento de minha vida profissional e pessoal, a partir do que Bobbio (BOBBIO, 1909 *apud* NOGUEIRA, 2012, p. 110) coloca como ser subjulgada e obedecer a um juízo de uma raça “superior”. No caso de um gerente branco, em uma relação hierarquizada. Ele se achando superior nessa relação querendo “ajudar” o inferior, quando fala. Eu vou ver se consigo arrumar um emprego para você.

Perdi esse processo contra o Banco e nesse momento percebi o preconceito por ser mulher e negra, e esse perfil sublinhava a “boa aparência”. Após esse episódio fiquei muitos anos sem fazer um concurso público. Exceto o concurso do vestibular da UFBA, no qual fui aprovada.

A experiência profissional de Dagmario Jesus (25/09/14) que trabalha na área de segurança de uma Empresa, sendo uma pessoa observadora percebeu que em seu local de trabalho, algumas coisas tinham melhorado para ele após ingressar na Universidade Federal da Bahia. Sua observação e percepção em relação a sua própria etnia “falando nessa parte de etnia, o lugar que eu trabalho a única pessoa negra que tem ali de segurança sou eu, o resto todo mundo

são de cor vermelho e branco”. Por ser segurança, negro e está em uma universidade, sentiu o preconceito de alguns colegas, quando os mesmos perguntaram se ele estava na UFBA, completando que para entrar lá tem que estudar muito.

Nosso entrevistado Dagmario Jesus (25/09/14) pensou logo o quanto ralou para está na universidade. Contando-nos de um episódio de discriminação que ocorreu com ele na Empresa onde trabalha, sendo gerente da área de segurança resolvia alguns problemas que ocorresse na mesma por ser o superior da área, em um dia se portou a um cliente tentando resolver o problema do mesmo, a pessoa mandou que ele procurasse o seu superior, “a pessoa mandava procurar meu superior pra resolver o problema, porque na verdade ele achava que eu não era o superior, mais eu era o supervisor no momento”.

O estágio na área do magistério foi à primeira experiência profissional de Tatiane Cerqueira Santos (25/05/14) como professora em uma Escola Municipal, época em que sonhava em ser psicóloga. Completando o segundo grau trabalhou “como assistente de consultório odontológico em Retiro - Coração de Maria/Ba”, cidade do interior onde nascera. Vindo “tentar a sorte em Salvador”, começando ano de 2003 a trabalhar em uma grande rede de supermercado ficando quatro anos na mesma, depois começou a trabalhar na loja de uma empresa de móveis e decoração por dois anos e meio. Nesta ultima sofreu racismo de “uma cliente que cuspiu em seu rosto”, falando-a a seguinte frase “_Você vai abrir o caixa sua pretinha ousada, eu que pago o seu salário e agora eu só quero você sua preta ousada”, não tendo apoio nem do gerente nem da fiscal da loja, quando estava sendo humilhada. Foi outro cliente que a apoiou dizendo que essa cliente era racista.

Tatiane C. Santos (25/05/14) ressalta que, nessa época “não entendia ainda o que era racismo”, passando a entender o racismo após conhecimento e conscientização no curso de gênero, “pois já estava naturalizado”, entendendo essa violência sofrida não apenas nos locais onde trabalhara mais também na escola. Atualmente vem se “dedicando aos estudos” como bolsista de iniciação científica do permanecer da Universidade Federal da Bahia, trabalhou no “projeto chamado Antropologia Feminista e suas Linhagens da professora Alinne Bonetti”, no qual ganhou o prêmio Lévi-Strauss na modalidade A: Melhor pôster de Iniciação Científica em Antropologia (nº 123), no trabalho intitulado “Produção de conhecimento e militância: antropologia feminista no Brasil” nos grupos de pesquisa do CNPq, na 29ª Reunião Brasileira de

Antropologia – RBA: Diálogos Antropológicos Expandindo Fronteiras em agosto de 2014 - Natal-RN.

Mais quando Tatiane Cerqueira entrou no curso de Gênero e Diversidade, como a mesma diz “é que tive consciência desses preconceitos e discriminações, conhecendo mecanismos e ferramenta para combatê-las, o curso permitiu que entendesse melhor a sociedade em que vivemos”. Entendendo que nossas vidas profissionais são cheias de altos e baixos, e cada área com suas peculiaridades e cada experiência é única em suas subjetividades. E principalmente, forneceu-me substratos teóricos para entender que as experiências relatadas eram exemplos do racismo⁴⁵ e sexismo⁴⁶ presentes no mercado de trabalho.

A presença do racismo e sexismo contribuem para a manutenção da desigualdade na esfera do trabalho. No âmbito trabalhista segundo Zelinda Barros (2006, p. 252) os efeitos do “racismo e do sexismo podem ser observados principalmente através das posições que as mulheres”, sobretudo as mulheres negras normalmente ocupam. As atividades de pouco prestígio exige pouca escolaridade, são exercida normalmente por mulheres negras, e as que têm qualificação e escolaridade mesmo em cargo de chefia seu salário é inferior ao do homem que exerce a mesma função. Zelinda Barros afirma ainda que:

Além disso, no caso daquelas que já possuem nível de escolaridade compatível com cargos de chefia, percebe-se a resistência dos superiores em admitir a possibilidade dessas pessoas ocupando postos de comando, principalmente quando a equipe sob sua coordenação é formada majoritariamente por homens. (BARROS, 2006, p. 152)

Os efeitos nocivos do racismo e do sexismo é a contribuição das reproduções dos que são diretamente afetados por eles, Zelinda Barros (2006, p. 153) afirma ainda que as mulheres contribuem para manutenção dessa subordinação, sejam em relações aos homens, e nos caso das negras, como em relação aos brancos. Infelizmente ainda precisamos chamar atenção para essa problemática, e isso implica a discussão das relações de poder entre mulheres e homens, mais principalmente discutir o processo de empoderamento das mulheres, e como coloca Zelinda

⁴⁵ Racismo – “Ideologia baseada na crença de que existem grupos raciais distintos e que estes podem ser hierarquizados em superiores e inferiores, o que legitima a dominação de uns sobre outros” (BARROS, 2006, p. 149).

⁴⁶ Sexismo – “Conjuntos de manifestações de comportamento discriminatório que favorece um sexo em detrimento do outro. Abrange todos os âmbitos da vida e das relações humanas. Desequilíbrio sexual do poder” (BARROS, 2006, p. 152).

Barros, “apesar das conquistas, não conseguiram abalar significativamente a estrutura desigual de gênero”.

Sabemos que precisamos lutar por uma sociedade igualitária, mesmo com alguns avanços e conquistas nessa direção como, por exemplo, do direito ao voto, do direito ao ensino superior, ao próprio trabalho, ainda são insuficientes, pois temos que lutar por salários igualitários, por uma vida sem discriminação, sem perseguição, sem assédio de todos os tipos, e principalmente de viver uma vida sem medo e com liberdade. Contudo, as práticas racistas e sexistas ainda permanecem e contribuem para reforçar as desigualdades sociais e principalmente laborais.

A vida profissional de Marta Bernardo (20/05/14) começa na cidade de São Paulo, onde trabalhou durante quinze anos “em médias, empresas privadas, na área de administração e finanças”. Quando já estava na Bahia na cidade de Salvador abriu uma microempresa que segundo ela “só gerou dívidas e desentendimentos”. Atualmente trabalha em um Banco, no setor de tesouraria, afirmando que “não foi uma escolha de vontade e sim de necessidade”. Ela afirma que sua rotina laboral é “extremamente metódica e exige um nível de atenção elevado”, mesmo porque eventuais erros ou desatenção podem gerar perdas financeiras. Ela chama atenção no trabalho de atendimento ao público, mesmo com muitos contatos com clientes “a interatividade é mínima”.

Marta Santos (20/05/14) começou a trabalhar aos onze anos como babá em casa de família, sendo posta para fora de casa, foi forçada a casar-se aos treze anos. Trabalhando de caixa em uma grande rede de supermercado na época, deixou de trabalhar para cuidar do pai durante quase cinco anos até o mesmo vir a óbito. Se sentindo velha para o mercado de trabalho aos trinta e nove anos, mesmo com vitalidade muscular segundo ela, “o que restou foi trabalhar como diarista”. No entanto não reclama já que segundo a mesma “é este labor que me mantém na faculdade, cumpro com os meus compromissos financeiros, sou totalmente independente”. Ela por enquanto continua trabalhando nessa área.

A argumentação utilizada por Marta Santos de sentir-se “velha para o mercado de trabalho aos trinta e nove anos” condiz com o que Ana Maria Goldani (2010, p. 413-414) coloca ao falar das indústrias que são voltadas para os jovens “como o entretenimento e a tecnologia computacional”, onde os funcionários “que já passaram dos 30 anos são vistos como acabados”. Segundo afirma Goldani (2010), além de empresas onde funcionários mais velhos, na maioria dos

casos, “não são contratados ou promovidos”, porque patrões entendem que estes não mais competentes ou flexíveis como os mais novos.

Algumas de nossas entrevistadas encontram-se desempregadas, excluídas do mundo dos empregos registrados e legalmente protegidos. Muitas de nossas entrevistadas possuem fonte de renda no mercado de trabalho informal, que conta com as mais variadas formas de trabalho autônomo, como nos casos Maria das Graças Lima e Eloide Leite que são revendedoras e consultoras. Segundo Márcia Costa para a grande maioria das/os trabalhadoras/es desempregadas/os a “informalidade é um horizonte que se abre” na expansão “em modalidades diversas de atividades informais” (COSTA, 2010, p. 172).

A experiência profissional de Maria das Graças Lima (03/09/14) que só começou a trabalhar quando se divorciou, é um exemplo. Ela trabalhou em uma empresa corretora de seguros como “atendente, recepcionista e telefonista”. Hoje é autônoma trabalhando como revendedora e consultora na área de vendas de cosméticos, sentindo-se gratificada por estar trabalhando e devido ao “contato que tenho com as pessoas”, conhecendo o outro e “criamos um laço afetivo”, aumentando assim seus contatos.

Trabalhando a quase trinta e quatro anos na Petrobras e tendo uma estabilidade no emprego e financeiramente, Anita Silva (20/05/14) nos conta que existe uma monotonia em sua vida profissional, pois não existe um crescimento na profissão não se sentindo realizada.

Fabiana Amorim (23/10/14) sempre trabalhou em contato com o público “amo trabalhar com pessoas” e por esse motivo diz que “sempre procurei aprender um pouco de cada coisa”, mesmo porque segundo ela apesar de toda dedicação e esforço “aprendi que ninguém valoriza sua força de trabalho se você mesma não se valorizar, buscar o melhor”. Ela trabalhou em um Studio como recepcionista/telefonista aprendendo um pouco sobre contabilidade, almoxarifado e observando aprendeu a retocar e restaurar fotografias. Atualmente Fabiana está desempregada, e fala da insegurança que sente: “a idade e o sexo influenciam muito no processo seletivo”, mesmo com experiência profissional:

Por mais que as pessoas digam que não, nós sabemos que os preconceitos existem, e as empresas tem resistência em contratar mulheres com filhos. Entre um jovem sem experiência e uma mulher experiente com dois filhos quem você acha que leva vantagem no processo seletivo? Entre uma mulher negra e um homem branco? Isso sem contar com os privilégios de classe – Fabiana Amorim (23/10/14).

Isso reflete um julgamento social, baseado na idade que insistimos em negar, “mesmo que se o negamos conscientemente” como explica Ana Maria Goldani (2010, p. 412). Isso também é refletido em “regulamentos e programas governamentais” que estabelece um grupo etário, e dessa forma discriminando outro grupo, como no exemplo que (GOLDANI, 2010, p. 413) faz sobre os programas de permanência no emprego, que “costumam ser dirigidos a pessoas com idades ‘empregáveis’ ou com um status específico em termos de gênero, raça ou deficiência”.

Algumas de nossas interlocutoras estão desempregadas no momento em que foram entrevistadas. Outros estão aposentados. Este é o caso de Benedito Cirilo Filho (19/09/14) um dos nossos aposentados que trabalhou na área de sistema de informação por mais de vinte anos, “ascendendo sempre na profissão” sendo programador, analista de sistema e suporte, chegando ao cargo de chefia na área.

Falando em sistema de informação, é na Área I da universidade que os cursos de Tecnologia encontram-se, são cursos em que as mulheres são minoritárias, conforme os dados da tabela abaixo, que foram retiradas das listas dos vestibulares entre 2009-2013, somente dos cursos noturnos. Esses cursos tem com predominância masculina por ser considerados cursos (da área 1) com maior valoração social, segundo expressa Delcele Queiroz (QUEIROZ, 2001, p. 180-183), na explicação sobre a valoração dos cursos por área, identificando-as por gênero e cor.

Tabela 3 - Área I – Cursos de Tecnologia

Ano	2009		2010		2011		2012		2013	
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
Engenharia da Computação	03	42	03	42	02	43	03	33	09	27
Computação	xxx	xxx	00	09	02	15	02	06	04	18
Sistema de Informação	xxx	xxx	03	42	11	34	10	26	06	30
Total	03	42	06	93	15	92	15	65	19	75

Fonte: Lista vestibular UFBA

A experiência que Jaci Nogueira (10-18/09/14) relata é que desde seu primeiro emprego “na área da saúde, principalmente no âmbito hospitalar”, trabalhou na rede particular. Hoje continua trabalhando na área da saúde atuando apenas na rede pública. Evandro Mattos (20/10/14) atua na área administrativa, sendo servidor público “há quase vinte e três anos da Secretaria de saúde do Estado da Bahia”.

A técnica química Sônia Maria Soares (01/10/14) trabalhou por dez anos em laboratório, mudando de área na mesma empresa, a Petrobras, fazendo “trinta anos na mesma empresa”, passando para a “área de inspeção de equipamento”, segundo ela é uma área “atípica para mulheres” mesmo porque a área “era tipicamente de homens” sendo a primeira mulher nessa área e só “depois apareceu outra colega”. Contudo a predominância ainda é masculina. Hoje trabalha na torre de perfuração, “uma área mais atípica ainda, na atividade da gente temos duas mulheres eu sou a primeira aqui na Bahia”.

Iraildes Andrade (20/05/14) faz parte do CEN - Coletivo de Entidades Negras, coordena oficinas, além de ser educadora social a mais de dezoito anos. Ela participou da organização de dois livros, o primeiro é direcionado na formação de jovens no mundo do trabalho e o “segundo um livro catalogo Mulheres de Axé”.

Alagoin Dias (16/09/14) hoje trabalha no Banco do Brasil na “carreira administrativa e gerencial”, tendo em sua rotina o atendimento aos clientes seja presencialmente e por telefone, além de assessorar na área financeira/ bancaria/ credito etc. Sua função “requer muita capacidade de argumentação, habilidade para administrar / atender demandas diversas” buscando sempre a “harmonia no convívio entre clientes, colegas e prestadores de serviços”.

Quando começou a falar sobre sua vida profissional Carmen Suarez (21/10/14) nos informou o seguinte “a minha vida profissional é terrível”, ela trabalha nos Correios (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – *ECT*), segundo a mesma é uma empresa “que usa de muito mais valia, ela vive e sobrevive por causa do pouco a mais que nos trabalhadores damos sem nenhum retorno”. Segundo ela a empresa estimula os funcionários a fazerem cursos preparatórios para o ENEM, contudo, a empresa não dá flexibilidade para que haja uma conciliação entre os estudos e o trabalho.

A vida profissional de Maria Carvalho (25/09/14) “foi muito intensa” se dedicando “de corpo e alma”, afastando-se da empresa devido a uma doença ocupacional, o que a deixou depressiva por ter perdido a “capacidade laborativa”. Ao regressar depois de doze anos ao trabalho estranhou o ambiente “porque a geração já era outra”.

A área de vendas sempre foi a experiência profissional de Ana Luzia Santos (21/10/14) atuando nessa área durante vinte e cinco anos na mesma empresa, entrando como vendedora chegando ao cargo de gerência. Também teve a experiência como estagiaria “no Juizado de Menores durante um ano” como Assistente Social.

Ana Lúcia Santos (24/09/14) diz não ter profissão “porque no começo fui lavadeira, tomei conta de criança, trabalhei na área do comercio, fiz muita faxina” segundo a mesma precisava trabalhar já que tinha de sustentar sua filha, já prestou serviço como mesaria nas instituições sindicais, fez “trabalhos que não era fixo” para sobreviver. Nas eleições de 2012 concorreu para vereadora, nessa época sofreu preconceito “na campanha de um cidadão” que ofereceu um emprego para apoiá-lo, como não aceitou, disse que seria mais inteligente de sua parte aceitar, mesmo porque ela não iria a lugar algum, pois “não seria capaz de disputar uma eleição”. Contudo não desistiu de concorrer nas eleições, a mesma não se elegeu, mais continua sua luta política mesmo porque nesse cenário a mulher ainda é minoria. Hoje sua profissão é ser estudante.

A política faz parte da experiência profissional de Vilobaldo Filho (29/09/14) tendo vinte e cinco anos de militância, e envolvimento nos movimentos estudantil e sindical, sendo “atrelado ao partido dos trabalhadores”, passou pela “central única dos trabalhadores” pelo DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Atualmente trabalha como acessor parlamentar de um deputado buscando conteúdo e conhecimento no Bacharelado para exercer seu papel “com mais possibilidade de crescimento na esfera política”.

Na época de sua adolescência Eloide Leite (25/09/14) começou sua experiência profissional no “negocio de vendas, de vender roupas, cosméticos, revistas”. Mais foi aos dezoito anos que teve seu primeiro emprego num balcão de uma loja como vendedora, “sempre pensando em coisas posições melhores”. Obteve experiência na área da educação, trabalhando na secretária de um Colégio e depois “na área de telemarketing”. Atualmente aprimora seus conhecimentos na participação de alguns projetos na universidade e continua “ainda meio que envolvida nessa área de vendas”.

A vida profissional de Ângela Janaina Marques (21/10/14) começou antes dos dezoito anos. Seu primeiro trabalho foi em uma oficina mecânica como recepcionista segundo a mesma em um ambiente “completamente hostil” e sem receptividade nenhuma “eu tive que me munir de várias formas para poder sobreviver naquele lugar”, recusando um fardamento que servia de “propaganda chamativa” onde teria que usar “uma calça legue e camiseta bem curta”, fazendo exatamente o contrario, trançando um cabelo cumprido, “usando camisa pólo e calça bem folgada e tênis”, usando essa estratégia de sobrevivência conseguiu “impor o respeito profissional” em uma área estritamente masculina.

Sendo seu segundo trabalho, em uma loja de vendas de automóvel ficando por quase vinte anos. Ângela Janaina Marques trabalhou como recepcionista em uma loja de revenda de veículos, onde sofrera assédio coisa que segundo ela era corriqueiro e normal, “todos os dias sofria muito assédio, sofri mais assédio na loja de automóvel, por incrível que pareça do que na oficina mecânica onde trabalhei”. Trabalhou em um escritório de representação comercial começando como auxiliar administrativo, terminando na gerencia, nesse escritório não conseguiu conciliar a faculdade de fisioterapia com o trabalho tendo que trancar. Hoje juntamente com seu companheiro tem uma fábrica de representação direta, ou seja, prestação de serviço, mesmo sendo autônoma e sem estabilidade financeira (comissão), consegue “conciliar o estudo e o trabalho”.

Atualmente a vida profissional de uma das primeiras Bacharelas do curso de Gênero e Diversidade Cristiane M. Reis (20/10/14) é na região do extremo sul da Bahia, “convidada para escrever numa redação de revista de circulação regional”, tendo uma “coluna chamada Política e Cidadania”. Contudo, continua procurando outros espaços de trabalho para alçar vãos maiores, “buscando construir um caminho para o exercício da profissão de Bacharela” em Estudos de Gênero e Diversidades.

Débora Campelo (21/10/14) desde seus treze anos de idade “dava banca” para manter suas necessidades pessoais, já que seus “pais não podiam comprar” além de trabalhar “em um ateliê de bolsas artesanais”. Aos dezenove anos trabalhou em uma “pizzaria como tele-atendente”, depois como secretária em um escritório, trabalhando desde então só área administrativa, tendo que sair do emprego “para dar uma atenção maior à faculdade”. As preocupações para o sustento são muitas, porque seu rendimento não é o suficiente, já que atualmente é estagiária e bolsista de pesquisa na Universidade.

Uma das experiências profissionais de Alice H. Silva (27/10/14) fora em uma ONG como assistente social durante dois anos. Hoje trabalha na “secretaria de proteção social com população em situação de rua”. A vida profissional de Tatiana Nascimento (23/10/14) foi na área de crédito durante doze anos em “diversas lojas diferente” de shopping como líder de crédito, “alias minha história profissional é toda no shopping”, sendo que na última loja ficou por três anos como “gerente de credito”. Hoje se encontra no Gedem – Grupo em defesa da mulher que é um órgão do Ministério Público como estagiária.

A experiência profissional de Carla Reis (24/10/14) começou como doméstica, sentindo que “poderia ser mais do que isso”. Hoje sua vida profissional é como bolsista do Marsol – Maricultura Familiar Solidária (atividades de extensão desenvolvidas em comunidades costeiras tradicionais), trabalhando numa equipe que é interdisciplinar “com comunidades tradicionais e quilombola”, segundo a mesma desempenha seu papel como analista de gênero “conscientizando as comunidades nessa perspectiva de gênero”.

Essa experiência amplia e enfatiza a troca de saberes com a comunidade, “conhecimento popular e conhecimento científico se articulam” agindo na formação de “cidadãos conscientes de sua ideologia, de seu histórico e seu território” (REIS, 24/10/2014). Com esse trabalho Carla Reis entende que quer mudar a sociedade, e sabe que o importante é ‘saber mudar’, e mais, como coloca Paulo Freire em “Como Trabalhar com o Povo”, “saber mudar numa direção de igualdade e liberdade” (FREIRE, [19_], p. 1-2). E nesse sentido, é fundamental se lançar na prática do aprender e reaprender e do criar e recriar.

A vida profissional das mulheres entrevistadas é bastante diferenciada, porém existe algumas semelhanças no que se refere a discriminação e o preconceito sofrido na área profissional. O preconceito de não ter o “perfil” tampouco o estereótipo hierarquizado de um modelo idealizado de mulher (longilínea, magra, branca, etc.) para trabalhar em um Banco, a discriminação por não ser de uma classe social que possua uma estabilidade econômica, nem o direito de se vê trabalhando em uma grande empresa, ou mesmo não ter o direito de estudar em uma faculdade particular.

Esse contexto remete ao texto que li do relatório de reflexões preliminares do programa de pesquisa a Cor da Bahia/UFBA sobre raça e educação superior na universidade, onde comenta sobre o benefício dos brancos na desigualdade racial, direta ou indiretamente, nas formas: capitalistas “através da maior exploração da força de trabalho dos negros”; e no racismo, mesmo porque a opressão racial “conferem uma vantagem competitiva aos brancos no preenchimento dos lugares sociais que representam as recompensas materiais e simbólicas mais almejadas” (A Cor da Bahia/UFBA - reflexões preliminares, [20_], p. 2).

Trabalhar em área tipicamente masculina e ter de se adaptar como, por exemplo, no banheiro, fardamento e botas masculinas, ou mesmo usar estratégias de sobrevivência no modo de vestir para impor respeito no local de trabalho. As/os nossas/os entrevistadas/os são profissionais em diversas áreas, temos bancárias, diarista, autônomas, geóloga, funcionária pública da área da

saúde, técnica química, recepcionista/telefonista, caixa, gerente de crédito, educadora social, trabalhadoras das áreas do comércio e de vendas, da área da política, mulheres desempregadas, estagiárias, bolsistas. Temos também analista de sistema, aposentado, funcionário público da área administrativa, na área de segurança, ou simplesmente estudantes além das novas Bacharelas do curso de Gênero e Diversidade.

Na divisão sexual do trabalho, as “mulheres acabam por serem excluídas das posições que pagam melhor” como comenta Vera Soares (2011, p. 289), sendo recrutadas em serviços tidos como tradicionalmente feminino, tendo como exemplo as “profissões relacionadas, de modo geral, ao papel de cuidadoras”. Isso pode ser constatado também com as profissões antigas e atuais de nossas entrevistadas: doméstica, diarista, recepcionista/telefonista, babá, educadora social, entre outros.

3.3 Acessos à Vida Acadêmica

Passei no vestibular e adentrei à academia, depois de mais de dezesseis anos de espera como muitas de nós. Dia da matrícula como já mencionei na introdução, palavras soltas ao vento foram ditas, frases inesquecíveis que removeram e fizeram emergir velhos preconceitos e discriminações.

“_ Porra! Esse ano entrou um monte de velho, não sei pra que, quando terminar de se formar, já é hora de morrer!”.

“_ Meu Deus a UFBA agora só da velho!”.

“_ Você viu as velharadas que estão na Universidade!”

Até aquele momento, tinha o entendimento que aquele espaço era para todos, não conseguia entender o motivo do preconceito das pessoas em relação às pessoas mais velhas que estavam entrando na instituição. Tatiana Nascimento (conhecida como Mel) disse-me o seguinte, “quando fui fazer minha matrícula, uma jovem perguntou-me”, “_ veio fazer a matrícula de sua filha”, “respondi que não, e que a matrícula era a minha”, ela ficou surpresa. No primeiro dia de aula, para sua surpresa essa jovem era sua colega de curso e sala.

Em nosso espaço pessoal também encontramos preconceito, como nos fala Carmen Suarez (21/10/14): “meus colegas disse também, a porque no tempo que a UFBA era UFBA, não hoje que “gato e cachorro” entra, por isso que ela entrou, ainda mais nesse curso, só pra mim desistir, me botar pra baixo, me diminuir, enfim os homens”. Eu também já ouvir essa perola, é que “gato e cachorro” que dizer qualquer pessoa, uma maneira discriminatório de dizer que algumas pessoas não deveriam ou não mereciam entrar nesse espaço.

Contudo, o ingresso na Universidade foi maravilhoso, expectativas, nervosismos, ainda com emoções a flor da pele, sentimento que não tinha como explicar, realização de um sonho, era o novo e o desconhecido, de certa forma um enigma de como era está na Universidade, mais do que isso, está na Federal da Bahia, afinal era uma realização pessoal, para nós.

O curso do Bacharelado nos Estudos de Gênero e Diversidade é a minha primeira graduação, sendo também a primeira graduação de dezesseis das e dos entrevistadas/os, dos quais 8 mulheres e 3 homens encontram-se na faixa dos quarenta anos ou mais, já o total que estão na faixa etária dos trinta anos e está em sua primeira graduação é de 5 mulheres. Podemos entender essa emoção da primeira graduação com Eloide Leite:

Sim, é minha primeira graduação, meu primeiro vestibular, e foi a minha, a emoção que não sei descrever, acho que, talvez um dia, mais, eu não sei descrever, assim a emoção, já passei por muitas emoções. A de pari é uma emoção forte, mais e uma emoção, conjunta, e a emoção do vestibular pra mim foi uma coisa diferente, porque foi única, sabe, foi muito sozinha assim, entre aspas né, mais, foi um desafio, um desafio que mim deixou muito feliz – Eloide Leite (25/09/14).

A maioria das mulheres do curso de Gênero e Diversidade fazia sua primeira graduação, e em sua grande maioria eram mulheres negras. Para 6 das mulheres, e 2 dos homens acima dos quarenta anos, e 3 das mulheres que estão entre trinta e trinta e nove anos, não era a primeira graduação, totalizando 11 das/os entrevistadas/os.

Isso significa que 9 das mulheres com mais de quarenta anos, ou seja a maioria dessas mulheres não possuíam uma graduação. E dos homens a maioria também não possuíam graduação, o mesmo acontecendo com as mulheres que estavam entre trinta e trinta e nove anos. Mostrando que a maioria de nossas/os entrevistadas/os não possuía uma graduação.

Apesar de algumas de nossas e nossos interlocutoras/es não finalizarem essas graduações, por vários motivos: Entre eles, o que correu com Iraildes Andrade (20/05/14) quando fazia o

curso de história na Faculdade Jorge Amado na Paralela: “_ não conclui, por inadimplência, eu consegui o FIES 50% e não tive condições de bancar com todas as despesas que tinha de aluguel, transporte, alimentação e a faculdade”.

Das pessoas que já possuíam de alguma forma a experiência de uma graduação, das mulheres e homens de mais de quarenta anos que terminaram o ensino médio, 4 fizeram a graduação logo em seguida, sendo 3 mulheres e 1 homem, das que levaram quatro anos para ingressar na primeira graduação estão 1 mulher e 1 homem,

Na maioria das falas das/os entrevistadas/os percebe-se um lapso de tempo entre a conclusão do ensino médio e o ingresso no superior. E a quebra no percurso imediato de um nível para outro pode ser atribuída a questões econômicas e familiares, como nos fala Edna Pinho:

Depois de 04 anos fiz o vestibular para o curso de letras na UCSAL, passei e cursei só um semestre, estava nesse período grávida de minha única filha. A Faculdade é/era particular e eu estava desempregada, assim meu pai e meu marido (na época), dividiam o pagamento das mensalidades. Achei que estava sacrificando demais os dois e sob protesto de ambos, abandonei o curso, não conseguiu concluir – Edna Pinho (04/07/14).

Duas pessoas levaram 8 anos para ingressar, uma mulher e um homem. Eu (Joselita) levei 18 anos para ingressar na universidade. Uma das mulheres levou 22 anos para adentrar na faculdade. Muitas das dificuldades de ingresso na faculdade foram em virtude de casamento e dificuldades financeiras. Das mulheres que estão na faixa etária entre 30 e 39 e nove anos, uma levou dois anos para ingressar na primeira graduação, e duas delas levaram 7 anos para ingressar na faculdade, após a conclusão do ensino médio.

Um estudo sobre o ingresso de estudantes na UFBA em 1997 mostrou que 20% dos alunos brancos “conseguem ultrapassar a barreira do curso superior”, logo após a conclusão do ensino superior, já a proporção negra apenas 4% conseguem ingressar. Como é colocado no relatório de reflexões preliminares do programa de pesquisa a Cor da Bahia/UFBA sobre raça e educação superior na universidade:

Esses dados sugerem que é preciso olhar mais atentamente para dentro do sistema superior de ensino no intuito de saber quem usufrui dos seus benefícios, como brancos e negros estão aí representados, e de que forma eles participam naquelas áreas consideradas de maior prestígio, quando se sabe que a educação superior é um critério relevante para a alocação dos indivíduos nos espaços sociais mais valorizados (A Cor da Bahia/UFBA - reflexões preliminares, [20_], p. 2).

Das mulheres com mais de quarenta anos, 6 finalizaram o ensino médio entre os 16-19 anos, destas 4 iniciaram uma outra graduação, entre os 20-22 anos 2 delas finalizaram o ensino médio destas apenas 1 iniciou uma outra graduação, e 3 mulheres finalizaram o ensino médio dos 26-30 anos. Dos homens, 3 concluíram o ensino médio entre os 16-19 anos, destes apenas 1 iniciou uma outra graduação, apenas 1 homem finalizou o ensino médio entre os 26-30 e este iniciou outra graduação, entre os 31-35 anos apenas 1 homem finalizou o ensino médio.

Das mulheres da faixa etária dos trinta anos, 6 delas concluíram o ensino médio entre os 16-19 anos, destas apenas 3 iniciaram uma outra graduação, entre os 23-25 anos apenas 1 finalizou o ensino médio, e 1 mulher finalizou o ensino médio entre os 26-30 anos.

Os motivos que impediram o ingresso na universidade logo após a conclusão do ensino médio foram vários inclusive tendo mais de dois motivos por mulheres, dentre eles, o de não haver nas instituições superior pública “curso noturno” e tampouco “as cotas” que facilitariam o ingresso na universidade na época. Além da “falta de incentivo da família”, por não haver “nenhum familiar na universidade”, a insegurança, “se achar incapaz”, não se sentir “preparado devido o fato de ser oriunda da escola pública”, “dificuldade econômica” dos pais, “não ter condições de pagar uma faculdade particular”. Isso também foi colocado por Eloide Leite:

A muita coisa né, e assim, as pessoas que são da periferia, (...), que tem um poder aquisitivo menor, tudo é mais difícil, (...) tem que contribuir com a família né, então assim, é uma faca de dois gumes, ou você estuda ou você trabalha, e pô, você tem sonhos é claro, mais tem um momento que você tem que decidir, você tem de ser racional, então sonhar não paga a conta né, (...), porque eu tive que trabalhar, e as coisas já ficavam mais difíceis, estudava a noite, porque o ensino também não tinha aquela qualidade, né, e porque as pessoas não lhe incentivam pra isso, (...), porque a visão de mundo é menor, porque não tem oportunidade mesmo, de está enxergando além disso, então (...), o trabalho é um dos pontos que agente coloca como o principal, porque é o meio de sobrevivência, mais se agente for observar o contexto mesmo geral, tem muitas outras coisas, porque vem, da base escolar mesmo, porque o filho de pobre não é preparado, hoje talvez até seja, mais, antigamente não era preparado, até mesmo porque culturalmente aquelas pessoas que tavam orientando aqueles filhos não tinha acesso a nada disso, então via aquilo como um sonho impossível NE - Eloide Leite (25/09/14).

Doze de nossas interlocutoras e cinco dos interlocutores disseram que um dos motivos foi ter que priorizar e ou a necessidade do trabalho, devido às condições financeiras (sustento), esse foi o meu (Joselita) caso, mais também o de Dagmario, Evandro, Anita, etc. Sete de nossas entrevistadas não ingressaram na faculdade devido ao casamento e ou filhos, como Jaci Nogueira, Maria Carvalho, entre outras, como afirma Carla Reis (24/10/14): “_ Eu tive uma gravidez na

adolescência, então, tipo assim, antes de concluir meu ensino médio, e aí eu tive que concluir e trabalhar para manter a mim e meu filho”. Mais para Marta Santos que não tem filhos o motivo, foi o “_ agressivo companheiro me achava burra e incapaz de ingressar na faculdade, (...), não permitiu que eu fizesse uma faculdade”.

O fator trabalho, ou melhor, a necessidade econômica/financeiro foi motivo de impedimento da maioria das mulheres entrevistadas independente das idades, assim como para os homens também. Esse fator infelizmente ainda é motivo de muitas mulheres não ingressarem na faculdade, mesmo porque, os cursos noturnos tem pouco tempo de implementado e nem todas as áreas são oferecidas ainda. Além do que, em muitas empresas não há incentivo que permita o trabalhador de investir em seus estudos, e em muitas empresas que existe esse incentivo, “ele fica na teoria como bem colocou Carmen Suarez”.

Um dos motivos que impediram nossas entrevistadas adentrarem na Universidade foram os filhos, e nesse caso observei uma reprodução nesses casos, todas que tiveram filhos durante o estudo no segundo grau, finalizaram o segundo grau mais demorou, para retomar seus estudos, tendo claro, suas diferenças, a exemplo das mulheres com mais de quarenta anos, todas elas esperou seus filhos crescerem, sendo independentes de fatos, ou melhor, sendo maiores de idade, aguardando-os sua formação, até mesmo sua formação superior, para depois, adentrar em uma universidade.

As mulheres que estão entre os trinta e trinta e nove anos, também aguardaram a independência dos filhos, nesse caso vemos aqui uma reprodução desse evento, contudo, elas não aguardaram os filhos ficarem maiores de idade, apenas terem certa independência, como por exemplo, a passagem da amamentação, para depois ingressarem na universidade.

Observei uma reprodução regressiva, é que quanto mais as mulheres tem a idade aproximada dos trinta anos, esse espaço da independência dos filhos para seu retorno ou ingresso a Universidade diminui, e quanto mais às idades se aproximam dos quarenta ou mais essa forma de vê essa independência dos filhos demandam um tempo maior, ou seja, os filhos tem que serem maiores de idade e/ou estarem encaminhado na vida pessoal e academicamente, e em muitos casos, profissional e economicamente.

Desta sorte, temos dois grupos de mulheres: os da primeira graduação e os que ingressaram no BEGD após a conclusão ou experiência de uma primeira graduação. Das mulheres que concluíram a graduação e estavam em sua segunda graduação eram as mulheres de

cor branca, a maioria que não concluíram era de cor parda/preta/negra. E os trajetos que levaram estes dois grupos aos bancos universitários são diversos, como observados acima. Mais a essência do sonho de obter uma graduação são as mesmas para todas as mulheres, e para os homens também, o desejo e o sonho.

3.3.1 “O sonho de acesso a um curso superior”

A motivação principal na busca da primeira graduação para maioria foi a realização pessoal, o sonho de estudar na UFBA, a oportunidade do curso noturno através do REUNI (cotas), adquirir novos conhecimentos, o resgate da aprendizagem, a questão da qualificação para o trabalho, e na exigência do mercado de trabalho por qualificação e escolarização, ou simplesmente a vontade de estudar, e acima de tudo acreditar em dias melhores. Como sonhara Tatiane Cerqueira Santos (25/05/14) “Um sonho e a vontade de melhorar minha vida, sempre acreditei que a educação seria a forma de melhora a vida e diminuir a pobreza e melhorar a vida de meus pais”.

Sabemos que a implementação da política de cotas nas Universidades provoca debates e discussões em vários segmentos de nossa sociedade, tendo posicionamentos contras e a favor dessa ação. Ela permitiu a inclusão de pessoas discriminadas, marginalizadas e excluídas por razões de raça, credo, gênero, entre outros, que almejavam (COUTINHO, RILBIAN, CORRÊA, 2011, p. 15) “a participação e o usufruto de oportunidades, (...), de direitos à educação”.

As cotas reservadas para negros em universidades públicas, bem como a reserva de vagas para as pessoas com deficiência física no serviço público e em empresas privadas, são experiências recentes de políticas que buscam diminuir a desigualdade social, bem como "compensar" as perdas e as desvantagens desses grupos historicamente vulneráveis de modo a oferecer alternativas para que participem do processo de inclusão e de mobilidade social (COUTINHO, RILBIAN CORRÊA, 2011, p. 16).

Essa política de ações afirmativas⁴⁷ permitiu que a maioria de nossas/os entrevistadas/os ingressasse na instituição, inclusive eu. Os cotistas tiveram um número significativo no curso de Gênero e Diversidade nos anos de 2009 a 2013, sendo maioria no ano de 2009 com 58,6% de cotistas e em 2011 com no 52,6% como pode ser observado na tabela abaixo. Todavia, entre os anos referenciados (2009-2013) os cotistas acima dos quarenta anos de idade do curso de Gênero não chegam a 40%, e os não cotistas acima dos quarenta anos de idade não chegam a 30%.

Tabela 4 – Ações Afirmativas no curso de Gênero e Diversidade 2009-2013.

ANO	2009	2010	2011	2012	2013
COTISTA	58,6 %	42 %	52,6 %	42,5 %	43,8 %
NÃO COTISTA	41,4 %	58 %	47,4 %	57,5 %	56,3 %

Fonte: Questionário Socioeconômico UFBA – Prograd/SSOA.

Está ação afirmativa é válida, mais sabemos que é insuficiente, e como explica Iole Vanin é preciso ir além dessa ampliação de acesso aos grupos sociais excluídos, visto que, essas ações afirmativas de cotas são um “dos meios de combate à exclusão social, econômica, cultural e política baseada no racismo, sexismo e homofobia / lesbofobia; elas não são fim do processo de construção de uma democracia” (VANIN, 2010, p. 82).

Esses meios de ações inclusivas possibilitará uma maior inclusão dos grupos sociais excluídos alcançarem as áreas que sempre foram impedidos, principalmente no ensino superior, como bem coloca Edna Pinho:

Acredito que a esperança em dias melhores. uma necessidade de conhecimento, de poder resgatar um período de aprendizagem que nos é negada (ao preta/pobre). Em quanto os socialmente afortunados, optam por cursos e por especializar-se antes de ingressar ao mercado de trabalho. Nós negras/os vivemos de varrer os chãos das fabricas dos pais deles, contribuindo com a manutenção e acumulação de suas riquezas. Agora mais recentemente, e como resultado de lutas incessantes, temos visto a inserção de um número maior de negra/os a faculdade, mesmo ainda com protesto dos que sempre foram os “donos” dos conhecimentos acadêmicos – Edna Pinho (04/07/14).

⁴⁷ “As políticas de ações afirmativas, segundo Brandão (2005), não se limitam apenas à proibição da discriminação, mas se propõem a combatê-la e a promover a reparação de injustiças perpetradas contra grupos minoritários, lidando proativamente com o problema da discriminação e a subrepresentação dessas nas organizações (HING; BOBOCEL; ZANNA, 2002). Em outras palavras, a ação afirmativa visa à redução da desigualdade, ao dar condições às minorias no acesso à educação, emprego e promoções, levando em consideração que esta igualdade não ocorreria sem a existência de tais medidas devido à discriminação.” (SILVA, and SILVA, 2012, p.526-527).

No ensino médio sempre pensava em fazer um curso superior, mesmo porque o sonho de acesso à vida acadêmica sempre existiu em minha vida, assim como, na vida de nossas entrevistadas. E no ensino médio tentei fazer Magistério tinha vontade era ser professora, mais não consegui vaga na época, em relação ao curso superior pensava em fazer Pedagogia, pois poderia lecionar também, mais terminei não fazendo, porque sempre achei que o ensino na rede pública era deficitário, e não mim sentia preparada para ser uma professora (SANTANA).

E muitos das/os nossas/os interlocutoras/es também tinham essa vontade de ter um curso superior. E nessa pesquisa muitos cursos surgiram: Para Carla Reis a enfermagem era o curso, porque “sempre trabalhei com idosos e crianças” e assim ter a “possibilidade de ajudar à sociedade diretamente”.

O curso de Direito cativou quatro de nossas/os entrevistadas/os, Tatiana Nascimento “pensava em fazer o curso de Direito” por se identificar com a área, quem também se identificou com essa área foi Dagmário Jesus, já para Carmen Suarez o “curso de direito é tudo, é top, mais até que medicina”, já Maria Carvalho Soares pensava em fazer direito, para “depois ser uma promotora de justiça”. Sobre essa vontade Fabiana Amorim conta o seguinte:

maior sonho mesmo era fazer canto, porque eu gosto de cantar. Cursei até o terceiro semestre da Faculdade de Música, acabei deixando o curso de canto para dar mais atenção para as crianças. Não abandonei meu sonho, apenas adiei-o, um dia ainda pretendo retornar cantar – Fabiana Amorim (23/10/14).

Muitas de nossas interlocutoras pensavam em fazer muitos cursos como história, geografia, química, física, Ciências Sociais. Outras na área de humanas, em fazer letras, pedagogia, sociologia, além de Comunicação Social ou Psicologia. Um curso que possibilita “compreender melhor o comportamento humano” através do curso de Psicologia era o que Cristiane Reis pensava ao desejar fazer Psicologia. Jaci Nogueira (18/09/14) sempre trabalhou na área de saúde e por esse motivo sempre pensava em fazer Medicina, “mas, me considerava sem capacidade para adentrar em uma Universidade pública, pelo simples fato de ter sido aluna oriunda de escola pública.”.

Esse curso também “era um desejo de infância” para Marcos Antonio (29/08/14) “eu tinha um ideal de que seria um medico para ajudar”. Outros interlocutores queriam fazer na área de economia, sociologia e também administração. Mais tinha aqueles que visavam a questão

profissional, como Evandro Mattos (20/10/14) que “só focava, a vida profissional, porque nesse período, o ingresso nas Universidades Públicas, era quase impossível”.

Contudo muitos não foram motivados a fazer uma graduação quando fazia o nível médio e muitos casos a desmotivação vinha através das condições econômico-financeira, como comenta Ana Lucia Santos (24/09/14) que “no início não pensava, porque na minha época ninguém falava, não chegava pra gente isso, ninguém nem falava sobre isso, era só concluir o ginásio, fazer faculdade não era coisa pra, meu tempo, nem pra minha classe, era só pra quem tinha dinheiro.

A motivação do retorno a universidade em uma nova graduação foram semelhantes e distintas e por vezes discriminatórias, por esse motivo em alguns casos incluí as falas das e dos entrevistadas/os de forma extensiva, por entender que elas são importantes. A busca do conhecimento ou ampliação do mesmo coincidiram na maioria das respostas, assim como a necessidade de uma nova graduação, seja na busca de oportunidade profissional ou mesmo novas perspectiva de trabalho, ampliação dos horizontes, o preenchimento do tempo em algo novo e útil, o gosto pelo estudo, o desejo de aprender coisas novas, conhecer pessoas, como fala Benedito C. Filho (19/09/14): “_ diferentes com as quais eu pudesse estar absorvendo mais cultura mais conhecimento”.

Até mesmo a realização de se ter uma graduação, mesmo porque, nesse sentido Marcos Antonio Santos (29/08/14) “_ vendo que muitos dos meus amigos estavam se formando ou formados e eu precisava ter também esta conquista”. Os fatores distintos destes colocados vêm justamente do depoimento de Alagoin Dias (16/09/14) com o interesse em participar de grupos de pesquisa da UFBA “para dar continuidade a minha formação acadêmica (mestrado/doutorado); identificação com a vida acadêmica; necessidade de socialização (contato com colegas, professores, conteúdos, valores de vida e experiências diversas às do meu universo profissional)”. Falado também dessa nova graduação por Fabiana Amorim:

Fui motivada primeiramente pelo meu companheiro que me incentivou a retornar aos estudos. Segundo (...) ao saber que na UFBA tinha aberto cursos noturnos (...) oportunidade de estudar e trabalhar ao mesmo tempo. Quando soube que passei, para mim foi uma alegria imensa! Para mim foi uma fuga, uma forma de retomar a minha vida e fazer algo por mim mesma. Pois estava numa fase da minha vida muito deprimida. Tinha um ano de divorciada e acabara de passar por um processo judicial de guarda compartilhada dos meus filhos. Precisava fazer algo para ocupar minha mente e voltar a acreditar no meu potencial, tinha vivido anos em função de filhos e tinha deixado de realizar meus sonhos por conta de um relacionamento que não deu certo. – Fabiana Amorim (23/10/14).

Ou mesmo nas questões que Ana Luzia S. Santos e Edna Pinho colocam respectivamente:

Após ter formado eu não trabalhei na área e também não me especializei, me distanciei dos estudos. Eu só trabalhava e eu estava com uma visão muito mecânica e fragmentada da sociedade, estava perdendo toda a teoria vivenciada durante o curso de Serviço Social que me permitia olhar a sociedade de forma mais ampla. Então eu senti necessidade voltar a estudar e o curso noturno seria ideal por permitir continuar trabalhando – Ana Luzia Santos (21/10/14).

Acredito que o fator mais decisivo foi o Movimento Social, pois embora minha irmã já participasse do movimento há algum tempo, eu relutava e achava que era uma perda de tempo e energia. Tinha uma visão bem individualizada, que fora da família, cada um só pensa em si. Fui atraída pelo movimento de mulheres e então ouvia falar muito de gênero, o que para mim até então era o definido pelo artigo masculino e feminino – Edna Pinho (04/07/14).

Contudo, para algumas delas esse processo teve alguns percalços, e em alguns casos a discriminação estava presente, até o ingresso na universidade, e a própria necessidade de ter uma graduação, como coloca Iraildes Andrade:

Uma meta minha desde jovem e eu tinha que consegui, embora o racismo tentasse me dizer que não deveria continuar eu persisti. Recordo que mesmo inadimplente eu ia assistir as aulas só faltava um semestre para terminar, orientada por minha colega (...) branca que passava por algumas dificuldades (...) e era inadimplente como eu, e ela me contou que já estava 3 semestre e que ainda tinha mandado ela sair, ela negociava cada semestre e jogava a prestação pro alto. Resolvi fazer o mesmo e assisti metade de todo semestre, nas provas lembro que uma professora loira, branca quando entrei na sala, vinda do meu trabalho, a mesma informou que eu só faria a prova dela se estivesse em dias com o curso e que quem mais estivesse sem pagar nem tentasse fazer a prova. Ninguém levantou e ela solicitou que me retirasse, a vergonha era tanta que até hoje não retornei aquele lugar e nunca mais vi aquela professora, minha colega é professora e há pouco tempo falou que não me defendeu porque ela teve medo de fazerem o mesmo com ela e conseguiu concluir a graduação, hoje fazendo o mestrado em alguma faculdade dessas. E eu graças aos Orixás e as políticas de ação afirmativa foi possível entrar na UFBA e é a segunda vez que falo desse acontecimento, pois toda vez que toco no assunto choro e não fico bem, mas sou muito feliz por ter esse curso e posso dar um depoimento - Iraildes Andrade (20/05/14).

Outro motivo que também incluem uma minoria das mulheres e a maioria dos homens já estarem estabilizadas/os financeiramente, é que os filhos já estavam criados e muitos deles independentes, poderiam pensar em si mesma/o, na melhoria da autoestima, na realização de ter um nível superior, e na melhoria das condições de vida. Nesse sentido Carla Reis (24/10/14) “_ É essa questão do meu filho, já tá bem criado, independente, (...) a questão de procurar melhorias

pra gente, eu trabalhava como doméstica e sentir que isso não, que eu poderia ser mais do que isso, então eu decidir fazer vestibular”.

A procura das mulheres pela educação superior, conforme relata Barros (2000, p. 288) é a “expressão do desejo individual de escolarização”, de uma inclusão no mercado de trabalho, além da “busca de transformação de suas próprias vidas” e realização pessoal. Conforme vistos nos relatos de nossas/os interlocutoras/es do porque ingressar na universidade. Assim, estas várias trajetórias, não tão distintas, se encontraram no cotidiano das salas de aula da Universidade Federal da Bahia, especialmente na graduação em Estudos de Gênero e Diversidade. E o que motivou a escolha da referida Graduação?

3.3.2 A escolha do Bacharelado de Estudos de Gênero e Diversidade

Ao falarem da escolha pelo curso de Estudos de gênero e Diversidade nesse retorno à graduação, as respostas foram bastante interessantes. E aqui também tivemos respostas semelhantes outras distintas. As semelhanças são: “por ser na área de humanas”, “pouca concorrência”, a “leitura da ementa”, a “grade curricular”, o curso “se encaixava ao meu perfil”, “satisfação pessoal”, “realização de ter uma graduação”, “ser no noturno” e “ser uma universidade pública”. As respostas distintas são: “foi meu companheiro quem escolheu”, “minha filha que mim escreveu”, “soube através de alguns professores do Bacharelado que falaram sobre o curso”, “gostei da sonoridade do nome”.

O desconhecido também atrai como traz Marta Bernardo (20/05/14) “não conhecia o curso, fui fisgada pela proposta de um curso inovador, prestei vestibular meio no escuro, na verdade a palavra Diversidade foi o maior incentivador da minha escolha”. Ou mesmo, a curiosidade de Marcos Antonio Santos, e de não ser uma decisão muito elaborada, como coloca Alagoin Dias, respectivamente:

O motivo principal foi a curiosidade pelo tema, o qual era para mim um pouco desconhecido e imaginava mil e uma coisas sobre as disciplinas (...), em se tratar de assunto ainda muito pouco explorado dentro da academia. A escolha deste curso se deve em virtude da novidade para mim e a descoberta da existência do mesmo, desde o

lançamento que me proponho a uma vaga, mas sempre algo acontecia, (...), ate o momento que consegui entrar, para um mundo novo, com idéias de trabalhar a sexualidade, a diversidade, a questão da raça, muito me motivou - Marcos Antonio Santos (2014).

Decidi que faria nova Graduação; (...) minha preferência era Economia, mas não havia oferta para aquele turno (noturno), Então, direcionei a atenção para Direito, entretanto não levei adiante, pois me achei incapaz de passar no vestibular Então, busquei outras opções e me deparei com o BEGD. (...) fui 'fisgada', pois desde pequena me considero uma feminista; foi uma espécie de identificação com a proposta do Curso à primeira vista; depois, li a Ementa do Curso, as disciplinas oferecidas, o currículo de algumas professoras, etc. Estava decido, seria Gênero e Diversidade! – Alagoins Dias (16/09/14).

As motivações como se percebe nas falas foram diversas em referencia da escolha do curso de Estudos de Gênero e Diversidade, da falta de opções, passando pelo desconhecimento do que era o curso. Mais muitas pessoas entraram no escuro, por não conhecer o curso, já que o mesmo se tratava de um curso novo. Uma maioria escolheu por ser da área de humanas, assim como, ser um curso do noturno, ou simplesmente como eu, de gostar da sonoridade do nome do curso, não sabia nem do que se tratava, por não consegui vê a ementa do curso. Outras/os foi devido à concorrência.

Outras pessoas se identificaram com a proposta do curso na leitura da ementa ou mesmo da grade curricular, e outras se identificaram ou se identifica “como a própria diversidade” é o que sempre fala Marta Santos. Muitas delas disseram que não escolheu o curso, foi o curso que as escolheram. Para uma minoria das/os entrevistadas/os as motivações foram diversificada, como a inscrição ser feita por outras pessoas, como no caso de Edna Pinho onde a filha que a inscreveu; outras que de certa forma ter uma identificação com as ciências sociais, e também, devido às questões das mulheres e do feminismo, Até mesmo, o incentivo de colegas, como comentou Carla Reis; se permitir novas experiências como coloca Marcos Antônio Santos “_descobrir algo novo fazer parte do diferente”. Até a ideologia pessoal e política também foi motivadora como coloca Ana Lúcia Santos (24/09/14) “_e achei que poderia casar o curso com a candidatura para vereadora e tá discutindo a questão da mulher na política”, e também de Vilobaldo Filho:

Então, (...), a minha origem política minha formação ela vem tanto do partido dos trabalhadores como do sindicato, (...) e o nosso sindicato (...), já era vanguarda na discussão racial, na discussão de gênero, na discussão de sexualidade, então tudo isso nosso sindicato era vanguarda em defender, (...), nós tínhamos muito dessa prática política no dia a dia do cotidiano, mais não tinha uma teoria que embasasse para que nós pudessemos, é, aumentar o nosso conteúdo do ponto de vista das defesas e dos debates, acho que quando eu vi a grade do curso, ele se identificava perfeitamente com a minha atuação política na sua própria prática, praticidade – Vilobaldo Folho (29/09/14).

A motivação de ingresso e ou retorno a vida acadêmica das nossas entrevistadas e entrevistados se assemelham quando diz respeito a ampliação do conhecimento e a necessidade de possuir uma graduação e até mesmo no que se refere a oportunidade profissional. Mais a discriminação e o racismo também foram motivos para o ingresso e ou retorno a universidade, como no caso de inadimplência em uma faculdade particular que não permitiu que uma de nossas entrevistadas concluísse sua graduação, tendo que tentar o acesso na universidade pública, ou mesmo, ser perguntada por que não tem uma formação superior quando esta sendo entrevistada para um emprego.

A escolha do curso de Estudos de Gênero e Diversidade no acesso acadêmico das/os nossas/os interlocutores são motivadas por diversas questões, uma das mais citadas é sobre o fato do curso ser da área de humanas, ser no noturno, e pela grade curricular incluindo a leitura da ementa proposta pelo curso, além da satisfação pessoal e a realização de uma graduação. As respostas interessantes sobre a escolha desse curso diz respeito a terceiros escolherem por nossas entrevistados por entender que o curso era o perfil dessas mulheres. O desconhecido, a novidade e a curiosidade também atraíram nossas/os entrevistadas/os a escolherem o bacharelado. Contudo, antes deste acesso, quando nossas/os entrevistadas/os estavam no ensino médio sonhavam e pensavam em fazer um curso superior, os cursos mais idealizados por elas e eles foram os de Pedagogia, Direito, História, Geografia, Química, Física, Ciências Sociais Sociologia, Comunicação Social, Psicologia, Medicina, Administração, entre outros.

Entretanto, antes de alcançar esse acesso existiram motivos que impediram o ingresso a universidade logo após a conclusão do ensino médio. A grande maioria comentou que a falta de cursos noturnos na universidade pública, até mesmo as cotas que facilitou o ingresso de muitos a universidade, além da dificuldade econômica que não permitia o pagamento de uma faculdade particular e também a falta de incentivo familiar. Outro impedimento desse acesso para a grande maioria fora a necessidade de priorizar o trabalho, a própria gravidez na adolescência, o casamento e os filhos, e no caso das casadas o impedimento veio através dos maridos e ou companheiros.

A comparação dos impedimentos das mulheres de quarenta anos com as que estão entre trinta e trinta e nove anos e os próprios homens foram que, as mulheres de quarenta anos ou casaram ou tiveram filhos muito cedo, sendo que elas esperaram os filhos crescerem e até mesmo

entrarem na universidade para retornar ou ingressar na universidade. Enquanto que as mulheres entre trinta e trinta e nove anos também tiveram filhos cedo, porém retornaram ou ingressaram na universidade logo depois da maternidade, sendo que as mulheres que estão mais próximas dos quarenta anos esperaram os filhos terem um pouco mais de independência. Isso mostra que conforme as gerações esses fatos ao mesmo tempo em que são reproduzidas, vão tendo mudanças gradativas. Já os homens falam desses impedimentos mais na área econômico-financeiro, não citando filhos nem casamento, apenas o trabalho.

Esses impedimentos, entretanto não excluiu o desejo tampouco a vontade de buscar uma graduação. O sonho e a realização pessoal de ter uma graduação foram as motivações principais de nossas mulheres, pois nesse momento de suas vidas era o momento de pensar em si mesmas, principalmente o sonho de estar na Universidade Federal da Bahia. Claro que para muitas e muitos a questão da qualificação para o mercado do trabalho também pesou e motivou a buscar a graduação.

Nessa volta ou acesso a graduação, tivemos que escolher um curso, e escolhemos o Bacharelado nos Estudos de Gênero e Diversidade como primeira graduação, mesmo porque para a maioria das mulheres entrevistadas o curso é a primeira graduação, e das mulheres que tiveram experiência no ensino superior, a maioria não concluíram essa graduação. A motivação de escolha desse bacharelado foram diversas, passando pela motivação ideológica, política, do desconhecimento total sobre o curso ou mesmo pela falta de opção e por ser da área de humanas e noturno, além da concorrência, mais muitas pessoas se identificaram com o curso, por terem conhecimento das áreas que o curso atuaria através da ementa.

4 EXPERIÊNCIAS DA VIDA ACADEMICA E NO CURSO DE GÊNERO

A experiência de adentrar a vida acadêmica teve muitos percalços, tendo nesta caminhada universitária lados positivos e negativos, além das construções e desconstruções dos conhecimentos adquiridos a partir do Bacharelado nos Estudos de Gênero e Diversidade.

A análise de gênero em conjunto com a interseccionalidades dos eixos dimensionais, permitiu uma lente ampla sobre essa caminhada assim como o entendimento da vida escolar, profissional, político, pessoal e do próprio cotidiano de nós mulheres. E a partir desses conhecimentos se fomentou nossa formação política para a cidadania, uma consciência de gênero feminista e empoderamento, o que demonstrou todas as dificuldades e contrassensos na vida pessoal e acadêmica.

4.1 Formação Política para a Cidadania

O Bacharelado nos Estudos de Gênero e Diversidade com suas disciplinas interdisciplinares propõem a integração com as diversidades existentes em nossa sociedade, e o que nos permitiu o conhecimento e o reconhecimento dos direitos civis, políticos, sociais, culturais, etc., de nós mulheres, para gozarmos de nossa plena cidadania, ou seja, o reconhecimento e conhecimento dos nossos direitos humanos e que nos levam “refletir sobre experiências participativas em ações de fomento à cidadania feminina” (PRÁ; EPPING, 2012, P 34). Não podemos esquecer que esse reconhecimento foi fruto das lutas feministas e de movimento de mulheres:

Como sujeito e objeto desse processo, o feminismo somou-se aos movimentos de mulheres, articulou-se em redes e capitalizou, nacional e internacionalmente, a defesa dos direitos humanos das mulheres e a sua materialização em uma agenda pública referida a gênero. Do ponto de vista do capital social, essa articulação pode ser vista como resultado da mobilização de ativos (recursos) sociais, políticos, culturais e legais

acumulados por grupos e organizações de mulheres e feministas, que resultaram em acordos, tratados ou convenções para promover e defender os direitos humanos das mulheres (PRÁ; EPPING, 2012, P 44).

Assim, a formação interdisciplinar construída a partir de uma lente de gênero permitiu uma melhor análise sobre o estar no mundo e com ele interagir. O amor pelo curso é expresso na fala Anita Silva (20/05/14) “Amo meu curso e espero que ele só faça crescer com o tempo”. A importância ao fazer o curso para Tatiana Nascimento (23/10/14) é sim “inovador, diferente, profundo, grande, importante e necessário”, pois possibilita a transformação através do conhecimento e a possibilidade de analisar o mundo com uma visão mais ampla e diversa.

Para Evandro Mattos (20/10/14) “esse curso causa muita polêmica no sentido de exigir do cidadão e da cidadã mudanças no comportamento da vida social dentro de um processo histórico já construído”. Para a maioria das/os entrevistadas/os é um desafio e ao mesmo tempo uma novidade, por ser um curso novo como exemplifica Fabiana Amorim (23/10/14) “tudo é incerto e justamente por isso, sinto um pouco de medo e o peso da responsabilidade”.

O curso também traz inspirações em varias frentes como sinaliza Marcos Antonio Santos (29/08/14), seja no pessoal, na política, na própria sexualidade, geração e idade, “claro que não é abordado a fundo como desejaríamos, mas e abordado e nos da quando temos a mente aberta uma visão de um geral completo”. Vilobaldo Filho (29/09/14) acredita nas inovações que o curso nos apresenta e possibilita, agregando “conteúdos e valores que fortalece o debate no dia a dia”, principalmente nas transformações e nas conquistas dos espaços na academia e na sociedade. Um eixo orientador através de novas formas de conhecimento, abrindo novas possibilidades nas áreas do social e do político, e que segundo Maria das Graças Lima (03/09/14), “nos coloca mais conscientes da realidade do nosso mundo social”.

Mundo que é repleto de consequências resultantes de uma construção social, perpassado de valores e símbolos transversalizados, que assimilam, interioriza, direcionam e modelam o que pensamos, devemos e podemos fazer, assim como, (SARDENBERG; MACEDO, 2011, p.40) deve ser o ser feminino e o masculino em “todas as fases de nossa vida”. O impacto que o curso para Vilobaldo Filho (29/09/14) são os debates que o mesmo traz: “é inovador por discutir as questões que sempre existiram em nossa sociedade e agora estão sendo discutidas na academia”,

mesmo porque segundo ele, “tivemos uma educação muito equivocada, conservadora patriarcal e machista”.

Para Ana Luzia S Santos o impacto que provoca os estudos do curso de Gênero e Diversidade é profundo, pois, “permitir fazer uma leitura da sociedade de forma diferenciada indo além dos aspectos subjetivos”, Principalmente, segundo ela:

Se pensarmos na sociedade como processo de construção, (...) nos levando a pensar que não há uma verdade absoluta, (...), “pra dar resposta aos aspectos sociais”. (...) compreender e fazer uma leitura social de forma mais ampla onde existe a diversidade e o olhar também não pode ter uma via única, ele também é diverso – Ana Luzia S Santos (21/10/14).

Essas reflexões principalmente quando são incluídas as relações de gênero, requer uma releitura de tudo que nos cerca, isso quer dizer que temos que repensar a cultura, linguagem, comunicação social, “as instituições como a família, o sistema educacional ou mesmo a religião, e os processos políticos, como os movimentos sociais ou os partidos” (SARDENBERG. MACEDO, 2011, p. 39).

A visão religiosa também foi impactada pelo curso, é o que diz Benedito Cirilo Filho (19/09/14): “o único impacto que o curso tem é no sentido de eu ter que conciliar com minha visão religiosa com aquilo que o curso se propõe a transmitir, porque são conhecimentos antagônicos”. Para Dagmario Jesus (25/09/14) esse impacto foi a “desconstrução total na minha vida”. Já Maria Carvalho Soares (25/09/14), diz que “serviu para perceber e trabalhar os preconceitos que tinha”. Evandro Mattos (20/10/14) diz que o impacto veio “na forma emotiva e psicológica”.

O impacto foi radical para Tatiane Cerqueira Santos (25/05/14), colocando que: “conviver com pessoas com idades diferentes, entendendo e respeitando os pontos de vista diferentes de cada uma”. Realmente existe no curso de Gênero e Diversidade vivência de gerações diversas, e essa vivencia geracional faz parte da dinâmica e continuidade social. Entre os anos de 2009 a 2014 temos 77,66% das/os estudantes de 17 a 39 anos de idade, e 22,34% os das/os que estão acima dos 40 anos de idade, mostrando nossa diversidade quando falamos de idade e geração. Entretanto, por outro lado, mostra-se que o curso é constituído em sua maioria de jovens, como posto anteriormente o curso é de maioria de mulheres.

Ao revisitar o par relutante da idade e geração com Alda Motta (2010, p. 169-179), as relações de gênero “possibilitam explicações e vivências das relações sociais”, mais põe a margem dessa dinâmica analiticamente (inclusive nos estudos feministas) o par conceitual “idade e geração”, ou seja, ignoram “sua característica fundante da vida social, sua realização histórica, sua dinâmica atual, a própria realidade da condição etária das mulheres”.

Já Cristiane M. Reis (20/10/14) destaca que o curso, “mudou totalmente a minha concepção de vida. Como mulher e todos os seus desdobramentos, como cidadã que questiona e exige seus direitos, como alguém que aprendeu a reconhecer suas capacidades”. Transformações profundas, impactos de varias formas para maioria de nós, Fabiana Amorim se enxerga a partir da lente de gênero como mulher, mãe, filha, irmã, esposa e profissional, tendo a oportunidade de perceber “que algumas inquietações tinham razões de ser”, acreditando mais em si mesma, nas potencialidades e ideologias:

Fazendo-me compreender os conflitos geracionais existentes em minha casa, os preconceitos em mim internalizados e naturalizados pela sociedade. Mais, não sei ainda responder se os impactos foram mais positivos ou negativos, porque de tão crítica que me tornei, às vezes entro em crise existencial. Fabiana Amorim (23/10/14).

O conhecimento, a luta e o sonho são experiências que aconteceu para Eloide Leide (25/09/14) ao fazer o curso de Gênero e Diversidade “sonhar com o mundo melhor, com uma vida melhor, com as pessoas, melhores, os estudos de gênero é isso, é até com sua melhoria, porque agente acaba se, corrigindo, ninguém tem a perfeição, nem a verdade”. Entendi na fala de Eloide que o curso de gênero se realizou no que Pedro Demo (1998, p. 93) chama de essência e qualidade da educação que é a formação adequada na emancipação humana para a cidadania.

A transformação segundo Ana Luzia S. Santos (21/10/14), é um novo olhar para nossa própria experiência e para com o outro, uma visão social diferenciada, impactada por novas teorias que “nos faz refletir sobre nossa identidade, sobre valores, sobre verdades, ao mesmo tempo não é fácil porque mexe com nossas crenças e expectativas e nos faz ir além do horizonte, esse desafio foi provocado ao fazer o curso”. Essa fala se refere à qualidade formal e política que o ser humana tanto persegue segundo Pedro Demo (1998, p. 100), o saber pensar, inovar e intervir, são as reflexões que provocou Ana Luzia.

Fazer o curso para Alice H. Silva “é ter instrumentos para se aceitar e lhe tornar política”, em qualquer espaço e ou situação. É ser reflexiva sobre os contextos onde estamos inseridas. È

nossa consciência crítica cidadã tomando forma, e isso, (DEMO, 1998, p. 100) é a materialização da meta central do processo educativo, “de gestar sujeitos históricos devidamente instrumentados no conhecimento, para intervir melhor na história”.

Há tudo haver quando pensamos nessa relação do curso com a vida profissional para maioria, certa relação para outras/os, ou essa correlação é inexistente para nossas/os entrevistadas/os, entre as discussões no curso e a vida profissional. Segundo Iraildes Andrade (20/05/14) as “discussões realizadas no BEGD são pertinentes e está totalmente ligada” à trajetória profissional. Essas discussões e análises são percebidas no ambiente de trabalho como afirma Marta Bernardo (20/05/14) no “trabalho percebo a reprodução de preconceitos”, seja em relação ao sexismo, racismo, homofobia (desprezo/ódio às pessoas com orientação sexual diferente da heterossexual), lesbofobia (fobia que pessoas e/ou grupos têm em relação às lésbicas) e etarismo (preconceito/discriminação com a idade), “não só por parte dos profissionais, como pelos usuários, é um microcosmo da sociedade branca heteronormativa dominante”.

Marta Bernardo (20/05/14) ainda aponta que a empresa onde trabalha compromete sua própria diretriz no que diz respeito a igualdade e o respeito às diferenças, “é refletida em números que apontam para a discriminação, principalmente de gênero e raça, quanto mais elevado o cargo na hierarquia, mais diminuta é a presença de mulheres”, E nós propomos fazermos o seguinte: “- entre em uma agência bancária de Salvador, com população majoritariamente negra e conte quantas negras/os trabalham lá”.

O gênero, ou melhor, as relações de gênero associado aos outros eixos dimensionais de poder como raça, idade/geração, classe, etc. “organizam e legitimam a divisão sexual do trabalho” e o acesso sexualmente diferenciado de oportunidades entre mulheres e homens, concluem Cecília Sardenberg e Marcia Macedo (2011, p. 33). O papel sexual “expressa a obediência as normas, expectativas e deveres socialmente estabelecidos, a depender do pertencimento do indivíduo a um determinado sexo” (SARDENBERG; MACEDO, 2011, p. 35).

A relação do trabalho com as discussões do curso para Jaci Nogueira “se daria mais nas relações interpessoais”, entre ela e os colegas “bem como a relação desses com a clientela ali atendida”, no combate as “críticas, pré-julgamentos e preconceitos”. Existe a relação do respeito ao outro, como explana Maria das Graças Lima (03/09/14), do “respeito às individualidades”. Essa relação segundo Alagoin Dias (16/09/14) “é muito estreita”, considerando um olhar sobre:

As Instituições financeiras historicamente que agregam mais homens que mulheres, principalmente quando se refere aos cargos de comando (direção) são mais destinados aos homens, e quando se refere aos idosos e homossexuais que são muitas vezes preteridos (embora já existam muitas Ações e Programas corporativos que visam minimizar, reparar ou mesmo erradicar tais injustiças/desigualdades) – Alagoin Dias (16/09/14).

A relação é vista principalmente no trabalho como conta-nos Sônia Maria Soares (01/10/14): “agente consegue perceber alguns coisas lá e cá, trazer o curso para o nosso dia a dia, nossa atividade de trabalho” no “respeito necessário por ser mulher na empresa” que é majoritariamente e hierarquicamente masculina, pois “é um emprego tipicamente masculino”, referindo-se “as coisas específicas que as mulheres precisam como, por exemplo, um trailer só para mulher, banheiro, fardamento, bota porque tudo é feito para homem, agente não tem material específico para mulher”.

A participação da mulher na esfera produtiva, ou melhor, no mundo do trabalho, em alguns espaços ainda é “vista como algo secundário em sua vida”, e seu ingresso como “força de trabalho e tido como complementar – e não fundamental – parte-se do pressuposto de que este trabalho possa ser provisório”. E como continua Vera Soares (2011), mesmo que tenham escolaridade maior que os homens, as melhores ficam em cargos tidos como secundários ou inferiores, “porque na verdade trabalha fora de casa para ‘ajudar’ a família e não para provê-la de fato” (SOARES, 2011, p. 286).

Esta é uma visão patriarcal que entende o espaço da mulher como o espaço privado, na domesticidade e na reprodução. A separação de homens e mulheres em “diferentes ocupações, ofícios e empregos são, geralmente, resultado de atividades fortemente impregnadas na sociedade” ao longo de nossa história. Evidentemente que na atualidade essa visão patriarcal está mudando no cenário do mercado de trabalho, existe um reconhecimento na contribuição econômica das mulheres, “aumentando a renda familiar e influenciando na melhoria das condições de vida da família” (SOARES, 2011, p. 299).

A relação vista por Ana Luzia S. Santos (21/10/14) é levar para a “vida profissional o aprendizado do curso”, e essa conciliação a fez enxergar “as mulheres revendedoras não apenas como comerciantes, mas como mulheres, mães e vendedoras” com subjetividades e demandas próprias. Deste novo olhar sobre o seu espaço de trabalho, resultou a feitura da sua monografia. A relação de gênero com o trabalho é muito forte afirma Carmen Suarez (21/10/14) “eles segregam,

as mulheres são tidas como parte mais frágil”, sempre rejeitada principalmente nos cargos de chefias “os subordinados não respeitaram as mulheres como superiores ou gerentes”.

As discussões do curso são entendidas por Vilobaldo Filho (29/09/14) na “dialogicidade da questão racial, das religiões, da sexualidade, de geração”. Trazendo um debate importante na relação “da política social da política econômica do desenvolvimento” que ganha “dimensões para além do Brasil, para além da América Latina”. Como coloca Carla Reis essa relação tem tudo haver com a vida.

Agente acaba falando de coisas, que não eram tocadas em nossa família, no nosso ciclo de amigo como sexualidade, religiosidade, ideologia auto-afirmação. Ao debatermos quebramos e desconstruímos com essa estrutura heteronormativa o bom disso é você desconstruir e reconstruir – Carla Reis (24/10/2014).

O novo olhar existente a partir dessa discussão do curso e o universo laboral são importantes, também para Tatiana Nascimento (23/10/14), porque “você começa a enxergar muitas coisas que antes não enxergava as diferenças de tratamento homem/ mulher dentro de uma empresa privada”. Atualmente essa relação proporcionou a Cristiane M. Reis (20/10/14) a “condição de opinar na revista sobre os problemas sociais” existente na cidade onde trabalha.

A relação do curso com a vida profissional é total segundo Ângela Janaina Marques (21/10/14), trabalhando no mundo da moda, “onde há uma padronização da beleza que formata um mundo do que deve ser belo”, sendo ditada no mundo real e virtual:

As propagandas são sempre mulheres brancas, altíssimas, magérrimas, seguindo aquele mesmo padrão europeu, (...). Ate no universo dos calçados esse modelo alcança, impondo um numero que não e real não são calçados que todo mundo consegue calçar, a padronização é europeia mesmo o calçado sendo feito no Brasil – Ângela Janaina Marques (21/10/14).

A relação é diretamente ligada com nossa vida, o curso tem discussão muito ampla nos diz Alice H. Silva (27/10/14) “o curso discute todas as formas de opressão que estão ligados a minha vida”. Para Debora Campelo (21/10/14) as discussões do curso “perpassam a vida pessoal e profissional, já que não há uma linha que as separe, pois, nossa subjetividade, ideologias, crenças, estarão conosco em qualquer lugar que estejamos, dessa forma, as discussões influenciam na totalidade de minha vida”.

Adaptação e mudança é a palavra para Carla Reis (24/10/14), “se eu fizer uma viagem ao tempo e retornar, assim, minha vida melhorou 100% em tudo, trabalho, como mulher, como mãe,

como amiga, eu acho que hoje gênero tá em tudo na minha vida”. As novas percepções e reflexões que nos permite enxergar discriminações ao nosso redor, segundo acrescenta Carmen Suarez (21/10/14), que hoje consegue perceber as discriminações e o preconceito no trabalho e na própria sala de aula.

O curso é rico e positivo principalmente nas possibilidades intelectuais e sociais, incitando a reflexão, principalmente no que diz respeito ao antagonismo, para Benedito Cirilo Filho (19/09/14) “é um curso polemico, e, eu gosto da polemica na medida em que ela trás sempre novas ideias, novos conhecimentos, através da troca de falas de diversas pessoas”. Contudo, nem tudo são flores na vida, temos problemas estruturais, incerteza na área profissional, como reflete Edna Pinho (04/07/14), é que muitas vezes, está neste curso é um contrassenso, e completa dizendo que “estudamos as diversidades e aprendemos que não devemos tratar os diferentes como desiguais, porém, o que mais vemos é os diferentes serem tratados como desiguais”.

Ao serem perguntadas/os se esses impactos têm relação com a faixa etária e geração, em sua maioria as respostas foram positivas. Para as mulheres com mais de quarenta anos, dividir o tempo entre o trabalho e os estudos traz o impacto na questão física, sentindo cansaço e estafa, mesmo porque como comenta Anita Silva (25/09/14) “apesar de me sentir com 20 anos e achar que tenho bastante disposição e ótima saúde, os anos pesam”. Marta Bernardo (20/05/14), entende que esses impactos alteraram sua rotina, já que “teve de abrir mão de momentos de lazer, durante esses anos de curso”, falando também das limitações corporais, mesmo porque não se faz as mesmas coisas que se fazia na juventude:

Perder noite de sono, seja por motivo que for, estudando, farreando, (...) é vital saber sobre seus limites, e, como já disse, equacionar o cotidiano, (...). Outro ponto importante é o objetivo de uma graduação com 60 anos, por já ter uma atividade laboral, e uma renda, a ansiedade da profissionalização não é determinante, consigo pensar meu futuro com uma tranquilidade que não tinha na minha primeira graduação – Marta Bernardo (20/05/14).

Um impacto mencionado diz respeito a percepção “do que é ser mulher e mulher negra principalmente nessa faixa etária”, é o que comenta Marta Santos (20/05/14). O mencionado por Maria das Graças Lima (03/09/14) diz respeito à autonomia, o conhecimento e os questionamentos sobre os direitos individuais e principalmente a vivencia com outras gerações e completa “nós sentimos esse impacto do distanciamento de nossa idade”, porque o jovem

“acompanha a realidade, o espaço, tem o raciocínio mais rápido”. Segundo Eloide Leite (25/09/14) tem impacto sim, e é mais custoso porque “enquanto uma pessoa de 20 anos tá contando pra cima, agente tá contando pra baixo (risos)”.

Jaci Nogueira (18/09/14) afirma que o impacto “veio por meio das transformações com a mente mais jovem”, tornando-se uma pessoa mais compreensiva, “tolerante, menos radical, mais permeável as mudanças e menos preconceituosa”. Maria Carvalho Soares (25/09/14) acha que esses impactos ajudaram-a como pessoa e a se libertar de seus próprios preconceitos, além de sofrer também com preconceitos e discriminações:

Com essa idade, fazendo esse curso, vivendo com gerações diferentes, vivendo momentos diferentes e sofrendo discriminação, eu tenho 53, to vivendo com pessoas que está estudando com 20 anos, 17, 18. Quando eu exponho as minhas ideias, sou discriminada, é isso, e isso as vezes me frustra - Maria Carvalho Soares (25/09/14).

Os impactos são muitos segundo Ana Lucia Santos (24/09/14) porque devido a idade “existe uma carga de construções sociais, de preconceito e tudo”, na parte da educação as discussões de muitos assuntos que se fazem hoje, a algum tempo atrás seria inimaginável, em todos os locais a exemplo da faculdade, do trabalho e até mesmo na relação pessoal, “hoje eu consigo enxergar, através desse curso, os preconceitos que sofri são vários, etário, raciais, e de gênero”. Ana Lucia Santos também mencionou um preconceito sofrido:

Os preconceitos que sofri, inclusive na campanha, um cidadão disse que, mim ofereceu um emprego para apoiar-lo, como eu não aceitei, ele falou que eu seria mais inteligente se eu apoiasse, e que eu não iria a lugar algum, então eu entendi que pelo fato de ser mulher negra e pobre, ele achou que eu não seria capaz de disputar uma eleição, então isso ai pra mim foi terrível, a eleição era para vereadora, isso ai foi terrível, (...), então pude dar uma reviravolta, e seguir em frente, mais as outras mulheres que não tinham essa oportunidade, e aí elas acabam desistindo, porque os espaços de disputa de poder, ele é muito assim, ele é muito cruel, muito cruel mesmo principalmente com as mulheres, de classe popular e negras, e ainda com uma idade assim, né, a partir dos 40 anos, (...). Ana Lucia Santos (24/09/14)

A experiência em relação a vida para muitas pode ter duas percepções, segundo Ana Luzia S. Santos (21/10/14) a “experiência pode trazer um entendimento diferenciado em relação a compreensão do curso, pode facilitar essa compreensão ao aspecto do constructo”, do entendimento de que tudo é um processo de construção e justamente por isso que pode ser desconstruído. Contudo existe o outro lado, “a minha geração pode criar resistência a esse processo de desconstrução pelo fato de ter engessado e acreditar em determinados valores que

estão enraizados”. Segundo Evandro Mattos (20/10/14) é justamente essa “desconstrução sugerida no trajeto do curso que chega a causar desconforto em alguns discentes, principalmente, os heterossexuais”.

O curso nos Estudos de Gênero e Diversidade trata de assuntos que em muitos casos não são discutidos com frequência na sociedade, assim como os que são polemicamente debatidos, refletindo, questionando e impactando em nossa consciência política, ética e religiosa, nos dando uma visão e uma reflexão crítica em vários outros assuntos. Como argumenta Benedito C. Filho:

Com 58 anos, aquilo que o curso se propõe hoje a defender como, por exemplo, a questão do aborto, pra quem ainda mais como eu é religioso, tem impacto que faz dá certa balança, entre você assimilar a visão acadêmica e você, e ao mesmo tempo tem que trabalhar a visão religiosa - Benedito Benedito Cirilo Filho (19/09/14).

O argumento sobre os impactos apresentados não diz respeito só a faixa etária, esses argumentos são compartilhados também com as meninas de estão entre a faixa etária dos trinta anos, pois Debora Campelo (21/10/14) sente “mais a questão de classe”. O mesmo é sentido por Fabiana Amorim (23/10/14) “não só a faixa etária, mas o sexo e a classe social também”, além do mercado de trabalho em nosso país, que é voltado para os jovens, excluindo a faixa etária dos acima dos quarenta anos, segundo ela “não existem políticas públicas eficazes para um público mais velho”. Nesse sentido, comentou sobre a história de seu pai desempregado aos cinquenta e três anos que ficou depressivo por não conseguir emprego. Contudo segundo ela:

Para as mulheres ainda é bem pior, mesmo porque vivemos numa sociedade machista que ainda cobra muito das mulheres e concede alguns privilégios aos homens, tenho 37 anos acabei de me formar e estou desempregada a um ano, nunca fiquei tanto tempo assim sem trabalhar - Fabiana Amorim (23/10/14).

Nesse contexto, remeto-me ao que Alda Motta (2010, p. 176) traz a respeito do nosso desenvolvimento social, quando afirma que a nossa sociedade se desenvolveu no critério fundamental de organização e integração social a partir da idade, do sexo e do gênero, principalmente na divisão sexual do trabalho, “que redundaram em discriminação, marginalização ou exclusão igualmente baseada na idade”, sexo e gênero. Acarretando atualmente na vida social a impregnação de etarismo, ou seja, “apenas o preconceito/discriminação contra a idade” e este se apresenta de “forma menos perceptível, mais sutil que o sexismo” mesmo porque, são mais “naturalizado pela evidência dos registros da

passagem do tempo nos corpos” e estes são de “varias idades em suas diferentes transformações” (BRITTO DA MOTTA, 2010, p. 176).

No mundo em que vivemos, somos animais racionais tidos como seres humanos, e por isso, identificadas como pessoas, “pessoas de um determinado sexo/gênero, raça/etnia e classe social”, e é justamente pelo processo biosocial que mudamos de idade a cada ano, e nesse processo “o nosso grupo etário vai assumindo posições geracionais diversas”. É preciso analisar, a “gestação de uma nova geração a cada nova pulsação da vida social” como a própria Alda Motta (2010, p. 175) traz, e perceber que esta estruturação é “contraditoriamente tecida com afetividade e relações de poder”. Entendendo que essa estrutura é transversalizada em sistemas dimensionais e relacionais de gênero, idade/geração, classe, raça/etnia, entre outros.

Entendendo essas relações sociais interseccionalizadas nos sistemas dimensionais relacionais citados, permite compreender os mecanismos de dominação e subordinação a qual nós mulheres fomos submetidas e ainda o somos. Essas lentes dos eixos dimensionais, obtidos no curso, permitiram a nós forjarmos ferramentas de luta para nossa libertação. Esses conhecimentos nos trouxeram consciência de gênero feminista, assim como, nosso processo de empoderamento⁴⁸.

4.2 Consciência de Gênero Feminista e Empoderamento

A vida social é estruturada em conjuntos de relações articuladas em sistemas das relações como classes sociais, gêneros, idades/gerações e raças/etnias, entre outros, constituindo uma dimensão básica da vida social, que se reveste parcialmente em um dado momento uma à outra, segundo Alda Motta (1996, p. 2). Os sistemas e ou categorias relacionais (gêneros, classe, idades/gerações, sexo, raças/etnias, etc.) realizam-se em nosso cotidiano, na cultura e na história,

⁴⁸ O sentido sobre empoderamento que utilizo é o que traz Ana Alice Costa Empoderamento “é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir e criar e gerir” (COSTA, 2012, p. 7). Gênero e poder e do empoderamento das mulheres e seus reflexos. 1 Texto elaborado por Ana Alice Costa. Disponível em: <<https://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2012/02/5-empoderamento-ana-alice.pdf>> Acessado em 01 jun. 2015.

expressando subordinação, dominação, “diferenças, oposições, conflitos e/ou alianças e hierarquias provisórias”.

A múltipla pertinência dessas categorias relacionais no interior de cada indivíduo ou grupo contribuiu “com a formação de subjetividades ou de identidades correspondentes”. Assim, como completa Alda Motta (1996, p.4) a “construção de uma identidade social, implica no processo simultâneo de construção da identidade de gênero”. Esses processos de conhecimentos das relações de gênero interseccionadas com outros eixos dimensionais possibilitaram explicações e vivências das relações sociais, que vem também das lutas feministas e de mulheres como movimento para emancipação das mulheres, na construção de uma consciência de gênero e o próprio empoderamento das mulheres.

Penso que, ao tomarmos consciência de nossas habilidades, controlamos nossas vidas e criamos e gerimos nossos destinos, e conseqüentemente nos desenvolveremos como sujeitos humanos, nos apropriando dos instrumentos do conhecimento para nós apoderarmos e nos tornarmos seres pensantes e críticos de tudo e todos que estão em nossa volta, nos munindo de ferramentas para lutarmos e alcançarmos nossos desejos de uma sociedade mais igualitária e justa.

É nesse processo de conhecimento que nós estudantes, principalmente as mulheres do bacharelado em Gênero e Diversidade começamos nossa experiência de uma consciência de gênero feminista e nosso processo de empoderamento. Para Sônia Wright (2005, p. 138) o processo de empoderamento “é a busca de aprendizado que uma pessoa deve fazer para crescer como ser humano, proporcionando uma visão mais abrangente da vida”. Parafraseando Sonia Wright, somos mulheres, que procuram desenvolvimento, almejando o renascimento com autodeterminação, e nessa caminhada utilizamos “expressões de perspectivas de construção de poder, autoconfiança, força potencial, sentimento com relação à humanidade” (WRIGHT, 2005, p. 145;143).

A nossa consciência de gênero feminista e o processo de empoderamento podem ser identificadas nas respostas sobre os pontos positivos dessa trajetória do fazer e viver à Universidade Federal da Bahia, assim como, o Bacharelado nos Estudos de Gênero e Diversidade. Para mim o ponto positivo foi descobrir, ou melhor, a re-descoberta e o re-conhecimento do que é ser mulher, e mulher negra em nossa sociedade, ou seja, o descortinamento do preconceito e das discriminação, vividas durante a trajetória da vida. Uma

desconstrução e construção que o Bacharelado nos estudos de Curso de gênero e Diversidade proporcionou na minha vida. A realidade dessas des-re-construções que eu não enxergava ou não queria enxergar nessa história de quarenta anos vividos, numa sociedade racista, machista, sexistas, hierárquica, generificada e classista.

Muitas das entrevistas falaram que essa conscientização de ser mulher, principalmente da consciência de ser mulher negra, as impactaram, e esses impactos tem relação com o curso e as experiências que o curso proporcionou. Maria das Graças Lima (03/09/14) explicitou isso em uma de suas falas: “tornei-me mais consciente, como mulher negra”, isso também impactou Sônia Maria Soares, Joselita Santana, e Tatiane Cerqueira que também falou dessa consciência do ser mulher negra:

A consciência Crítica, se reconhecer como negra foi uma maravilha, a minha estima é outra não sou mais a moreninha. Eu sou negra sim é daí! tem que me respeitar por direito por ser humana, sou diferente em minha especificidade porque todos os seres humanos são diferentes, mais não desiguais – Tatiane C. Santos (25/05/14).

Consciência que nos permite a construção de nossa identidade racial, e assim, a construção como “sujeito que assume uma posição social” afirma Stuart Hall ([19-], p. 108), além de dizer que “as identidades estão sujeitas a um historização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação”. Não podemos perder de vista que raça assim como gênero são relações de poder, e afirmando a teorização de Sandra Azeredo (1994, p. 204) sobre gênero e relações raciais, onde temos que compreender que tanto gênero como raça “se constitui em relações de poder e, portanto, determina tanto a vida das mulheres e homens brancos como a de homens e mulheres pretas”.

Desta sorte, pode afirmar que as situações didáticas que constituem o curso tornaram espaços que possibilitaram reflexões que ocasionaram a estes e estas discentes se empoderarem. Este último entendido como processos através dos quais as mulheres se fortalecem, quando obtém segundo Sardenberg (2010, p. 50) maior “autonomia e controle sobre suas próprias vidas”, com maior conscientização, autoconfiança, acesso e controle sobre os recursos.

O empoderamento das mulheres “refere-se ao desenvolvimento de potencialidades, ao aumento de informação e ao aprimoramento de percepções, pela troca de ideias”, objetivando que as mulheres tenham um fortalecimento das capacidades, das habilidades, e principalmente disposição para o exercício legítimo do poder (PRÁ, 2011, p. 182). Esse percurso teve impacto

também na vida de todas e todos nós, pois nos possibilitou desconstruir a baixa auto-estima em que muitas de nós nos encontrávamos. Isso pode ser entendido na fala de Marta Santos:

Na época que eu entrei na faculdade não me enxergava como ser humano com direito e capacidade de mudar a realidade da minha vida em que me encontrava. Passei 17 anos sendo chamada de burra, incapaz e hoje (...) me reconheço como sujeita de direitos, sou um ser humano inteligente e capaz, tanto é que estou dentro de uma faculdade num curso de nível superior como sempre quis e não tive oportunidade até então – Marta Santos (20/05/14).

Podemos perceber o percurso de empoderamento na fala de Marta Santos (20/05/14), um processo de fortalecimento para mudar os rumos de sua vida pessoal, de como coloca Sônia Wright (2003, p. 51), “mudanças das relações de poder instituídas”, na medida em que Marta vai acessando fontes que lhe permitiu obter recursos intelectuais e ideológicos, que a fazem ter uma visão crítica da realidade e se autoafirma como sujeito de direito.

Mais conhecimento é tudo, permitem novos horizontes e novas perspectivas, oportunidade melhor para futuro emprego segundo argumenta Fabiana Amorim (23/10/14). E como coloca Tatiana Nascimento (23/10/14) “o conhecimento nunca é demais, ele fica para sempre”. Um ponto positivo para Alice Silva (27/10/14) é a “experiência de ter acesso ao ensino, à pesquisa⁴⁹ e de extensão”.

Na minha caminhada na Universidade obtive a experiência em um grupo de pesquisa do qual fui bolsista e tinha como orientador-pesquisadora a Cientista Política Sonia Wright que fazia parte do Consórcio Bertha Lutz⁵⁰ juntamente com a professora Eulália Lima Azevedo. Essa pesquisa foi sobre a participação das mulheres no processo eleitoral de 2010, numa perspectiva

⁴⁹ A pesquisa UFBA é a ação de seus pesquisadores “que obtêm recursos para desenvolver as suas pesquisas através da submissão de projetos junto aos órgãos de fomento (FINEP, CNPq, FAPESB, etc.)”. A atividade de pesquisa na UFBA é de grupos de pesquisa registrados e estratificados no Diretório do CNPq, distribuídos entre os cursos de mestrado e doutorado. Alguns destes pesquisadores são bolsistas de Produtividade em Pesquisa no CNPq. “Vinculados aos projetos de pesquisa, estão os Planos de Trabalho dos alunos de graduação que estão realizando a iniciação científica dentro do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC”. Maiores informações no site da UFBA. Disponível em: <<https://www.ufba.br/grupos-de-pesquisa>>. Acessado em 20 out. 2014.

⁵⁰ O Consórcio Bertha Lutz, criado em março e abril de 2010, tem um núcleo composto por “pesquisadoras/es de comprovada atuação na área de análise de gênero e política, com representatividade nos maiores Estados brasileiros e nas principais regiões do país”. O trabalho desenvolvido pelo Consórcio “transformou-se em uma experiência pioneira, em que, pela primeira vez, acadêmicos e profissionais da área de gênero reuniram-se para analisar a participação das mulheres no processo eleitoral. E isto não poderia ter acontecido em melhor momento, pois as eleições gerais de 2010 foram as mais femininas da história do Brasil” (ALVES, PINTO, JORDÃO, 2012, p. 8).

de gênero, “buscando identificar e compreender: o perfil do conjunto dos candidatos de ambos os sexos – deputadas/os estaduais e federais, senadoras/es, governadoras/es e presidente –, segundo dados fornecidos pelo TSE” (ALVES, PINTO, JORDÃO, 2012, p. 8). E nessa pesquisa consideramos os seguintes fatores:

“recursos; trajetórias; programas de campanha/discurso/conteúdos, ou o lugar e os conteúdos da proposta com a qual homens e mulheres tentam se legitimar; principais elementos envolvidos na engenharia partidária eleitoral; e fatores contextuais, isto é, identificação da presença de candidaturas fortes/vencedoras aos governos estaduais/nacionais, bem como possibilidade de mais mulheres eleitas nessas coligações” (ALVES, PINTO, JORDÃO, 2012, p. 11).

A parte que pesquisamos dizia respeito às candidatas ao Senado, representadas por 36 candidatas configurando 13% das mulheres que se candidataram ao Senado. Essa pesquisa do Consórcio Bertha Lutz virou um livro que fora lançado em 2012, intitulado “Mulheres nas eleições 2010”. Esse livro é dividido em três eixos, e o nosso é o EIXO 2 - As mulheres na disputa para o Senado no processo eleitoral de 2010: Sonia Wright, Eulália Lima Azevedo e Joselita Santana, essa foi uma experiência que jamais irei esquecer, obtive crescimento e conhecimento acadêmico e profissional.

A experiência de extensão nas ACCS⁵¹ – Ação Curricular em Comunidade e Sociedade também para muitas de nós foram positiva. É conhecimento e experiências acadêmicas que permite posicionarmos como sujeitos de direitos. Se posicionar em vários setores, com participação na vida e na sociedade é o que pensa Carla Reis (24/10/14): “tendo vez e voz e expressando meu ponto de vista, isso acaba afetando não só a minha vida, como a vida da minha família, e das pessoas que estão no meu ciclo e outras também”.

A realização de sonho, contato com novas pessoas, se sentir capaz, “lendo e escrevendo mais, vendo o mundo com outros olhos”, é o que pensa Anita Silva(25/09/14). A dimensão positiva dessa experiência é para Cristiane Reis (20/10/14): “durante o período que estive na universidade foi muito bom e desmistificou a ideia de que estudante de escola pública,

⁵¹ ACCS – é um componente curricular, “modalidade disciplina, de cursos de Graduação e de Pós-Graduação”, em que estudantes e professores da UFBA, “em uma relação com grupos da sociedade, desenvolvem ações de extensão no âmbito da criação, tecnologia e inovação, promovendo o intercâmbio, a reelaboração e a produção de conhecimento sobre a realidade com perspectiva de transformação”. Essa ação deve ser “desenvolvida numa perspectiva dialética e dialógica, participativa e compartilhada por intermédio de intervenções em comunidades e sociedades, na busca de alternativas para o enfrentamento de problemáticas que emergem na realidade contemporânea”. Site UFBA, Disponível em: <<http://www.proext.ufba.br/accs>>. Acessado em 19 dez. 2014.

principalmente vindo de ensino supletivo não conseguiria acompanhar os/as demais”. A subjetividade dessa positividade, para Marta Santos (20/05/14) refletiu na importância da “mudança de visão da vida e do mundo”, Já para Carmen Suarez (21/10/14) o lado positivo “é o do empoderamento”. Segundo Iraildes Andrade (20/05/14): “foi a melhor experiência que já vivi, aqui me encontro e tive respostas para muitas perguntas que tinha em mim”, contando sobre esse impacto ela fala que:

O impacto que o curso trouxe foi responder as minhas questões, entendia que existia algo que eu precisava responder a mim mesma e quando cheguei ao curso algo me atravessou tão profundamente que muitas vezes tenho receio de sair, pois me descubro me reelaboro e me torno ainda melhor a partir de minhas vivências em BEGD. Além de entender e discutir as relações entre raça, gênero e geração é que me faz a pessoa que sou hoje mais consciente do meu papel, levo o que aprendo no curso para minha sala de aula e para atividades do meu terreiro – Iraildes Andrade (20/05/14).

O Bacharelado nos Estudos de Gênero e Diversidade tem impacto em nossas vidas de varias formas, impactos nas demandas do trabalho, da casa, dos filhos e do destino como estudante. Vários aspectos profissional, pessoal e sexual também foram impactados, para muitas de nós é um divisor de águas. Carla Reis (24/10/14) comenta que se divide entre duas Carlas, Carla antes e depois do Curso de Gênero, mudanças na forma física, auto-afirmação da sexualidade, da ideologia, na questão racial “no assumir meu cabelo crespo e várias outras coisas, com certeza mudou muito minha vida”.

Para muitas mulheres assumir os cabelos é uma liberdade é um ato político. O ato político de assumir sua raça, sua negritude, libertar da opressão de uma ditadura branca, burguesa e capitalista. E como bem coloca bell hooks (2005, p. 4) “apesar das diversas mudanças na política racial, as mulheres negras continuam obcecadas com seus cabelos”. E justamente por isso o mercado consumidor “insistem em se aproveitar da insegurança que nós mulheres negras sentimos a respeito de nosso valor na sociedade de supremacia branca”. Nesse contexto, esse assumir o cabelo crespo é libertador, é você assumir ser sujeito de direito e ter respeitado seu direito.

Para Sônia Soares (01/10/14) o impacto dessa libertação diz respeito a não se preocupar mais com o que as pessoas dizem: “eu comecei a pensar, a ter essa liberdade de fazer o que eu quiser, cortar o meu cabelo, então teve um impacto muito forte de transformação mesmo”. Segundo bell hooks (2005, p. 2), dentro do patriarcado capitalista, o contexto social e político a

postura e costume dos alisamentos dos cabelos dos negros “representava uma imitação da aparência do grupo branco dominante”, e isso indicava a baixa autoestima, ódio a si mesmo, até mesmo um racismo interiorizado do próprio negro.

Na década de 1960, os negros lutavam ativamente para criticar, desafiar, alterar o racismo que sinalizavam opressão do negro, expresso também no alisamento do cabelo, reflexo de uma mentalidade colonizadora. É nesse momento que o movimento Black e os penteados afros entram como simbolismo de “resistência cultural à opressão racista e fora considerado uma celebração da condição de negros(as)” afirma bell hooks (2005, p. 3), sendo associados a militância política. E o impacto que Sônia Soares sentiu ao cortar seu cabelo é o que bell hooks (2005, p. 3) chama de “criticar, desafiar e alterar o racismo branco”, ou seja, uma resistência simbólica a uma opressão racista. Sônia Soares sentiu a forte transformação de ter sua própria liberdade de cortar seu cabelo, libertando-se da opressão racista.

O curso de Gênero e Diversidade para muitas e muitos de nossas e nossos entrevistados traz um impacto em sua base teórica que permite analisar as questões de gênero e suas diversidades, além de possibilitar a reflexão de um “posicionamento político em relação a opressão” é o que pensa Alice Silva (27/10/14). O impacto para Marta Santos (20/05/14) é no próprio conhecimento contínuo, “o descobrimento do verdadeiro eu” que nos permite nos conhecermos “como pessoas e como sujeitos de direitos”. Já Alagoín Dias diz o seguinte:

O Curso ampliou minha visão sobre determinados aspectos da cultura e das relações sociais, profissionais, afetivas e familiares, quanto as relações de gênero, idade, etnia e classe. Tenho aprendido muito sobre como o poder é passível de análise sob diferentes ângulos, e da condição feminina de opressão, violência e desigualdade, em comparação com a condição dos homens – Alagoín Dias (16/09/14).

Na perspectiva de mudanças das relações desiguais entre mulheres e homens, o processo de empoderamento para Alagoín está justamente em sua aprendizagem sobre o poder, Sônia Wright (2003, p. 54) ao analisar os diferentes ângulos das desigualdades entre mulheres e homens, destaca que empoderamento é também o “processo de desafiar as relações de poder existentes”, pois, as relações de poder são locais onde diferenças e desigualdades são instituídas e nomeadas.

Segundo Marcos Antonio Santos (29/08/14) “o curso tem me impactado nas percepções do meu dia a dia”. Segundo ele, além da expansão de conhecimento, o autoconhecimento, “e neste conhecimento, alcançar um conhecimento de mim mesmo que antes não tinha”.

Carmen Suarez (21/10/14) fala do impacto em sua vida, pois ficou mais claro “que o mundo é dos jovens e dos homens, o mundo é machista, que existe uma discriminação, que existe uma força muito poderosa, que nos oprime, que há o opressor e o oprimido, e essa opressão é percebida no trabalho e ate na família”. O preconceito etário em nosso país, para Ana Maria Goldani (2010, p. 413) ocorre nas “famílias, nos órgãos governamentais, no sistema de saúde, nos mercados de trabalho assalariado e em toda a mídia”.

O curso proporcionou a Marta Bernardo (20/05/14) “possibilidade de relacionamento com pessoas, com história de vida diferente da minha, o que é muito enriquecedora para um crescimento pessoal”, além da produção acadêmica, conhecimento de novos autores assim como novas teorias segundo a mesma. O lado positivo que Jaci Nogueira coloca é que:

Sendo o BEGD é um curso transformador, essa transformação dar-se, primeiramente, em nós mesmos, estudantes de Gênero e Diversidade, que passamos a ver o mundo com outro olhar; que passamos a perceber, acima de tudo, o que não é dito. E a transformação dar-se, tanto subjetivamente quanto de forma explicita, na nossa forma de ser, de viver, de agir – Jaci Nogueira (18/09/14).

Segundo Sônia Soares (01/10/14) “agente está tendo oportunidade de está num espaço onde durante muito tempo foi negado, o curso da noite principalmente, agente não tinha como, porque trabalhava e não podia estudar de dia”. Para Vilobaldo Filho (29/09/14) do ponto de vista positivo, “eu diria que essa política, né, de cota racial, de abertura para o curso noturno, isso possibilitou muito que nós trabalhadoras, trabalhadores pudéssemos ter oportunidade de ir para a graduação, eu vejo essa política, ela de forma positiva”. Nesse contexto:

As políticas de ação afirmativa voltadas para as mulheres, para a população indígena, para a população afrodescendente ou para outros grupos excluídos ou objeto de discriminação na sociedade brasileira, são uma estratégia utilizada para a afirmação de políticas de identidade e para favorecer uma verdadeira igualdade de oportunidades e sociedades acentuadamente desiguais como o Brasil (NOÉ; BALASSIANO, [19_], p. 5)

Como aponta Eloide Leite (25/09/14) apresenta outro ponto em questão, é que está na Universidade “realmente abre portas, abre portas mesmo, assim, de acesso, de olhar, de tudo”. Conforme acrescenta Ângela Janaina (21/10/14) a experiência na Universidade “é

superinteressante de todas as formas, além da convivência com outras pessoas, outras realidades, nossa turma geralmente, nossa turma de gênero são bem diversas, são pessoas de todos os lugares, de todas as vivências falam de lugares diferentes”.

Sonhos alcançados, acesso conquistado, passado o protocolo da matrícula, chega então o momento de lutar pela permanência na academia. Trajetórias de estar na universidade, passando por experiências positivas e negativas a partir de um pertencimento geracional, convivendo com pessoas de diferentes lugares e diferentes identidades. Experiências de mulheres que ingressaram na Universidade Federal da Bahia após os quarenta anos de idade. As subjetividades dessa experiência são diversas, tendo pontos positivos e negativos.

O lado positivo dessa caminhada, descritas por nossas entrevistadas foram sobre o conhecimento adquirido, principalmente do conhecimento do ser mulher com quarenta anos ou mais na Universidade, com os entrelaçamentos nas interseccionalidades da raça, da classe, do gênero, da idade/geração, entre outros eixos dimensionais. A conquista de um espaço “que durante muito tempo nos foi negado” como foi bem colocada por Sônia Maria Soares (01/10/14). A desconstrução e reconstrução que o Bacharelado nos Estudos de Gênero e Diversidade proporciona durante o caminhar do curso nas áreas interdisciplinares do conhecimento, além das experiências nas pesquisas de extensões e na Ação Curricular em Comunidade e Sociedade que a universidade oferece aos seus discentes.

A minha experiência nas ACCS que participei foram de grande importância na minha vida pessoal e acadêmica, primeiro fui aluna da ACCS de Mapeamento Biorregional Participativo em Comunidades Costeiras Tradicionais como ferramenta para educação ambiental e empoderamento territorial, do professor e coordenador Miguel Accioly, tendo como atividade a teoria e prática de atividades de campo nas Comunidades, contemplando os conteúdos de diagnósticos, os planejamentos das atividades de campo, avaliação e planejamento de oficinas. As comunidades envolvidas foram a Ilha de Matarandiba (aluna) e a Baixinha na cidade de Taperoá/Ba (nessa atuei como monitora).

Após o término, ele convidou-me para ser monitora da ACCS - Matas Urbanas e agroecologia, usos e convivências nas áreas verdes da UFBA, da professora e coordenadora Maria Aparecida Oliveira (cidinha) que estava iniciando, e tinha como áreas de atuação a Comunidades de São Lázaro, Terreiro: Àse Opo Àfonjà e o Assentamento Terra Vista-Arataca\ Bahia. Na ACCS de Matas Urbanas fiz história sendo a primeira monitora, depois, o professor

Miguel convidou-me para fazer a monitoria da ACCS de Mapeamento Biorregional. Nessas ACCS, viajei e conheci pessoas e lugares que só acrescentou em minha vida pessoal, acadêmica e principalmente profissional, por essa razão tenho a certeza que todas/os discentes deveriam ter essa experiência nas ACCS da Universidade.

O empoderamento com o crescimento pessoal e acadêmico, na descoberta de ser sujeitos e sujeitas de direitos e a auto-afirmação do ser cidadã e cidadão numa sociedade hierarquizada que dificulta mudanças nas relações de poder, não permitindo dessa forma mudança nos *status quo*. É uma mudança total, isso é colocado por Jaci Nogueira (18/09/14) “a transformação dar-se, tanto subjetivamente quanto de forma explícita, na nossa forma de ser, de viver, de agir”.

Os impactos que o curso de Gênero e Diversidade teve na vida de nossas entrevistadas foram em todas as áreas, impactando no mundo do trabalho, na vida familiar, na ideologia, no pessoal, no sexual, nas relações sociopolítica e histórico-cultural, e no próprio futuro. Esses impactos se dividem antes e depois do curso, sendo como explana Carla Reis (24/10/14) “um divisor de águas”, que impulsionou na autoafirmação de assumir sua sexualidade, seu cabelo crespo, em ser mulher negra, entre outras.

Impactos sobre os conhecimentos adquiridos que possibilitou a crítica, a reflexão e análise de posicionamento político, relação de opressão e das questões de gênero e diversidade, impactos que trouxe respostas sobre questões pessoais e sociais, permitindo o entendimento nas discussões com as lentes de gênero dos eixos dimensionais como raça, classe, geração entre outros, numa sociedade hierárquica, patriarcal, machista, sexista, homofóbica, capitalista, etc. como é a nossa sociedade.

Fazer o curso de Estudos de Gênero e Diversidade é diferente, inovador, desafiador e incerto, por ser um curso novo, é profundo por abordar e debater temas que mexe e incomoda a sociedade, portanto é um curso importante e necessário. Permite novas percepções e reflexões do mundo a nossa volta, com um novo olhar para nossa própria experiência e para com o outro.

É importante ressaltar que esses impactos para a maioria de nós tem relação com a nossa faixa etária e geração, começando com as limitações corporais que são traduzidas na estafa entre estudos e trabalhos, afinal de contas não temos a disposição tampouco a juventude dos vinte anos. Outras se refere a relação dos questionamento dos direitos adquiridos e não respeitados das mulheres e homens que já estão na fase da aposentadoria. Os preconceitos e discriminações que

vem atrelados e carregados das construções sociais, em todos os espaços de nossa sociedade. As/os entrevistadas/os entende esse impacto na relação de classe, e de sexo também.

A relação do curso com a vida profissional para a maioria das/os entrevistados tem tudo haver, principalmente a relação das discussões do curso com a nossa trajetória profissional, as análises e discussões dos temas abordados no curso com as análises feita no ambiente de trabalho, ou mesmo nas relações interpessoais, até mesmo a percepção das reproduções dos preconceitos seja em relação ao racismo, sexismo, sexualidade até mesmo de gênero, tanto no ambiente profissional quanto no social.

A percepção e conscientização das dificuldades nessa área trabalhista: da segregação das mulheres e da dificuldade das mesmas em ocupar um cargo de chefia, das/os negras/os no mercado de trabalho; já na área política a dificuldade das mulheres, e mulheres negras de adentrar no cenário do parlamento; para aquelas que trabalham com o mundo da moda é a confirmação da idealização da procura da mulher ideal, de um modelo europeu hierarquizante (ex: branca e magra), em uma sociedade mestiça de uma população majoritariamente negra, que não se enxerga com tal.

O que esperar do futuro com uma graduação que debate e trazem reflexões de tantos temas diversificados com disciplina entrelaçados de gênero com: violência contra a mulher, relações raciais, políticas, teorias feministas, políticas públicas, Estado, regionalidade, sexualidade, geração, relações de poder, entre muitos outros, tudo interseccionalizadas aos eixos dimensionais de gênero, raça/etnia, classe, sexo, etc.

4.3 Dificuldades e Contrassensos

Existe nessa experiência acadêmica um ponto crucial, a experiência negativa, e ou o lado negativo de está na faculdade, ou seja, as dificuldades e os contrassensos do viver universitário das/os nossas/os entrevistas/os. E nesse contexto, começarei falando das minhas dificuldades e contrassensos.

Início com as dificuldades durante o curso de por minhas ideias no papel, muitas pessoas mim disseram que seria meu medo de escrever e expor minhas ideias e ou opinião, tenho consciência de que isso seja possível, pois realmente tenho esse medo, e para completar, ainda não encontrei uma maneira de desfazê-lo, descobrir minha insegurança no decorrer do curso.

Um dos motivos dessa insegurança é ser advinda de escola pública deficitária, como coloca Pedro Demo (1998, p. 93) de uma educação sem qualidade, infelizmente, e não me achar preparada mesmo estando na academia, mas isso pode ser apenas o medo que acomete muitos estudantes ao tomar consciência crítica de si mesmo e do seu entorno, a partir do conhecimento adquirido. Isso condiz com o que afirma Pedro Demo (1998, p. 97-98) “tudo que o conhecimento constrói, em seguida desconstrói, por questionamento permanente e por impulso de inovar sempre”. Sei que muitos falam a respeito dos oriundos da rede pública, não pelo ensino deficitário, mais sim dos preconceitos embutidos nesses comentários, como por exemplo, de sermos incapazes por sermos em sua maioria de negras/os, ou mesmo de sermos de classe desfavorecida e em muitos casos sermos dos grupos tidos como excluídos.

É obvio que temos condições de estarmos na universidade, caso contrario não estaríamos ainda inclusas/os na mesma. Essa insegurança minha também pode ser devido a minha baixa autoestima, que no momento está baixa mesmo. Isso se agravou quando tive dificuldades de desenvolver essa monografia. Esse agravamento decorreu dos escassos momentos de minha orientação monográfica me sentido quase sempre sozinha, e muitas vezes com a sensação de não está sendo orientada devidamente.

Mesmo sabendo que ao falar desse fato, posso desagradar (ou mesmo ofender) não posso deixar de incluir essa dificuldade que me prejudicou, pois, retardou a feitura dessa monografia. Tenho consciência que existe o “poder da caderneta” como dizia a professora Ana Alice Costa, mas, se esse percurso dificultou minha vida na academia, teria que ser colocado. Aqui de certo modo, também é posto meu processo de empoderamento e consciência crítica feminista que adquirir através do curso de Gênero e Diversidade.

Nesse sentido, lembrei-me do texto de Donna Haraway (1995, p. 35-36) sobre “Saberes Localizados” que relata principalmente que temos e devemos falar sim, do que vemos e sentimos, pois como objeto de conhecimento dessa monografia, sou atriz e agente dessa pesquisa e do mundo acadêmico em que vivo, e desta forma, autoridade desse conhecimento, mesmo porque, não sou inerte tampouco passiva nesse processo, apesar de o ter sido até quase o final dessa

monografia, mesmo algumas pessoas perguntava-me porque não mudei de orientação, respondia sempre que, apesar desses desencontros, tinha uma admiração grande por minha orientadora, e a achava muito sabia, e que essa inteligência era posta e vista nos poucos momentos em que ela orientava-me.

Pedro demo (1998, p. 91) coloca que o “aluno somente aprende se pesquisa e reconstrói conhecimento com mão própria, tendo no professor o exemplo de quem aprende bem”, e era esse exemplo que eu queria ter com minha orientadora, o de aprender bem. Por isso a minha insistência (que às vezes eu mesmo questionava) em continuar com minha orientadora. Só no final (último mês) dessa monografia que passamos a ter uma regularidade em nossos encontros e assim finalizamos esse trabalho.

Outras entrevistadas também passaram por problemas no processo monográfico, mais não quiseram falar sobre o assunto, exceto Tatiane C. Santos (25/05/14), exemplificando com uma das dificuldades que a primeira turma teve na época em que a primeira turma necessitava da disciplina de monografia I, “a turma teve que trancar a disciplina devido a falta de professor de orientação monográfica, o que prejudicou bastante toda a turma. Éramos obrigadas a (...) entender que o curso era novo”. Ela apontou também variadas dificuldades na organização da grade curricular, na “defasagem da disciplina de estágio”. Outra questão abordada pela mesma, diz respeito a:

Não compreensão de alguns professores em entender que para muitas de nós era a primeira graduação, e que viemos de escolas públicas de qualidade questionável, pois havia uma crítica por não possuirmos um conhecimento crítico acadêmico e muitas/os professoras/es criticavam de forma desconstrutiva – Tatiane C. Santos (25/05/14).

A maioria das respostas sobre as dificuldades foram a necessidade da articulação entre o trabalho e estudos. Débora Campelo (21/10/14) coloca que “a experiência é maravilhosa, mais é cheia de dificuldade, hoje existe uma Débora de antes e depois da academia”. Para ela esse lado negativo é:

Justamente quando se estuda a noite, se supõe que se trabalha durante o dia, chega uma fase do curso que você necessita estagiar e entre outras coisas que pedem que você saia do emprego, (...) quando consegue uma bolsa de pesquisa ou estágio a remuneração é pouca, menos de um salário mínimo, o que não dá para uma pessoa se manter, caso ela more sozinha, ou seja, casada, é, pior ainda para quem tem filhos, além de ter que participar de eventos seminários e etc. – Débora Campelo (21/10/14).

A parte financeira também foi apontada, pois apesar da Universidade ser pública têm gastos, gastamos na compra de livros, xerox, alimentação, transporte, em alguns casos a compra de remédios. As mulheres do curso que se encontram desempregadas, existe a dificuldade de se manter na universidade. Alagoin Dias (16/09/14), a “dificuldade que a própria instituição impõe” aos discentes com seus protocolos acadêmicos. Para outras a pouca importância dada aos cursos noturnos, como a falta de estrutura, como por exemplo, no que se refere ao funcionamento da biblioteca, xerox, entre outros. A Universidade é pública, porém temos gastos como livros, Xerox, alimentação, etc., comprometendo assim nossa parte financeira, apesar de existir na UFBA a ajuda de custo aos discentes “carentes”, nem todas e todos conseguem essa ajuda devido aos protocolos existentes.

A falta de segurança também foi posta como lado negativo, essa insegurança é devido aos altos índices de assaltos ocorridos nos pontos de ônibus da Universidade, a insegurança amedrontam as e os universitários, esses índices referido foram descritos nas conversas e observações diretas e indiretas com as/os entrevistadas/os, assim como nas conversas com pessoas no ponto de ônibus do PAF de Ondina.

Outra dificuldade assinalada foi a falta de segurança, nesse sentido foi apontado por Fabiana Amorim um episódio ocorrido no ponto de ônibus do campus de Ondina, o caso do “homem que não se intimidou por ter uma maioria de mulheres no local e começou a se masturbar no ponto de ônibus” um episódio de atentado violento ao pudor. Surgindo desse episódio, o “movimento do APITAÇO” reivindicando a segurança dentro da UFBA.

A dificuldade de se manter na universidade foi um ponto bastante comentado entre as/os entrevistadas/os. Alagoin Dias (16/09/14), traz a dificuldade que a própria instituição impõe, falando que em sua experiência “_ houve momentos em que pensei em desistir, pela falta de paciência com o protocolo acadêmico, que é formal e às vezes repetitivo demais”, outra dificuldade foi nos primeiros semestres, “cursei todas as disciplinas oferecidas, o que me levou a esgotamento físico e mental”. Neste momento Alagoin diz que faz “no máximo duas disciplinas por semestre, sei e que vai levar um tempão para concluir o Curso, mas essa é a condição possível para mim atualmente”. A própria instituição contribui na negatividade dessa experiência. Segundo Carla Reis:

O curso é novo, e existe muito preconceito dentro da academia mesmo, o preconceito institucional, que é uma violência institucional, por ainda não ter uma Sede, um lugar do nosso curso, agente fica em outras áreas que são de outros cursos, na realidade é preconceito entre os alunos, eles acham que não tem área, e não tem uma definição profissional, além do preconceito principalmente dos professores de outros cursos em abrir oportunidade pra gente cursar outras disciplinas, que tenha a ver com a nossa ideologia, fica muito difícil – Carla Reis (24/10/2014).

A universidade, segundo Jaci Nogueira (18/09/14) não dá a devida importância aos cursos noturnos: “- vejo como negativo a pouca importância dada a alguns cursos e a supervalorização de outros, além da falta de cursos noturnos”. A vivência acadêmica é de suma importância, contudo, muitas/os alunas/os que trabalham durante o dia, não conseguem exercer seu papel pleno de estudante universitário. Mesmo porque, as/os que estudam no turno da noite, não tem todos os acessos que a eles e elas são disponibilizados. Isso porque muitas coisas não funcionam a noite, como comenta Vilobaldo Filho:

Nós do curso noturno, não vivemos a cidade universitária, porque chega, tem aula, e tem que ir embora, além da necessidade do funcionamento da biblioteca no noturno e da própria copiadora, tem uma certa dificuldade porque a Xerox, como nós temos que reproduzir esses textos, tem horário para fechar, então essas coisas precisam adequar para o curso noturno – Vilobaldo Filho (29/09/14).

Segundo Marta Bernardo (20/05/14), o outro lado negativo diz respeito ao próprio curso de Gênero e Diversidade, “por ser um curso novo, o encadeamento de disciplinas nem sempre era o mais satisfatório”. Maria das Graças Lima (03/09/14) aponta o “preconceito pela área de gênero, discriminação feita por colegas de outros cursos, gênero acham muito estranho”. A discriminação foi sentida por Maria Carvalho Soares (25/09/14) ao se “tentar falar e ser discriminada por algumas pessoas no próprio curso”. Outro lado negativo é a discriminação dos universitários e dos/as professores/as e dos próprios colegas de curso.

Nesse contexto, Ângela Janaina Marques (21/10/14) fala que: “é um curso de Gênero e Diversidade, então primeiro lugar você tem de respeitar o gênero e a diversidade”. Foi nesse sentido de respeitar as diversidades existentes no curso, que surgiram falas de desabafo e de certa forma, de denuncia de muitas e muitos das/os entrevistadas/os. Mais de três entrevistadas/os comentaram sobre a falta de respeito dos/as docentes ao confirmarem que “o ideal era uma pessoa esta graduada com vinte sete anos, com trinta e poucos era pra tá num mestrado, numa pós-graduação”. Entre muitas das que ouviram esse comentário, Ângela Janaina se perguntou:

Mais quem, quem é essa pessoa que vai tá formada aos vinte e sete anos e pós-graduando antes dos trinta ou até os trinta e depois, só depois disso ir pra o mercado de trabalho, de onde fala essa pessoa, é a realidade de todo mundo? não é, mais a dele é diferente, então fazer o que. – Ângela Janaina Marques (21/10/14).

Já Evandro Mattos (20/10/14) chamou a atenção dessa discriminação e preconceito dos docentes para com os discentes, apontando que: “o desrespeito aos discentes heterossexuais e o assédio moral por alguns docentes”. Nota-se que a comunidade docente parece não ter ainda absorvido o fato de que o perfil do alunado da UFBA se alterou, de forma positiva, nos últimos anos.

É preocupante ouvir e vê esses comentários de alguns profissionais da docência do curso de “gênero e Diversidade”, mesmo porque, se supõe que estes entenda todo o processo de desigualdades que perpassam a maioria das/os alunas/os adultas/os do próprio curso. Desta forma muitas de nós se perguntam, esse conhecimento é só teórico? Que tipos de profissionais estão se configurando nesse curso? Como conviver com pessoas que passam isso na teoria e não praticam o próprio ensinamento em sua vida? Será que o curso será apenas uma utopia teórica?

É evidente que não são a maioria da docência que agem dessa forma, mas, temos que ter atenção principalmente em nossas falas, e consciência do que é dito, até mesmo pensar e repensar seu aprendizado, ética e comportamento sobre a sua própria consciência de gênero transversalizadas nas dimensões de raça/etnia, classe, idade/geração, etc. Nesse contexto, alguns de nossos entrevistadas/os procuram encontrar nesses profissionais as reflexões de sua formação em gênero.

Ao mesmo tempo, nós alunas/os temos que reivindicar e exigir mais respeito, e que o conhecimento teórico que está sendo passado sejam praticado pelos próprios professores, mesmo porque quando teoria e pratica não andam em harmonia o discurso se torna vazio. Quando aprendemos sobre desigualdades e diferenças, entendemos que existem pessoas que tem essa diversidade em nosso curso, a pratica tem que entrar em ação primeiramente no próprio curso, isso serve tanto para as/os professoras/es quanto para os/as alunos/as do curso, de respeitar o entendimento, as palavras e principalmente a subjetividade do/a outro/a.

Não podemos esquecer que a instituição educacional sempre produziu diferenças, distinções, desigualdades, mesmo porque, “como instituição se incumbiu de separar os que nela

tinham acesso e os que a ela não pertenciam” (NOÉ, BALASSIANO, [19_], p. 5). Lembrando também que a bem pouco tempo a UFBA (como outras instituições educacionais) era para poucos, hoje novos grupos se introduziram nas instituições educacionais trazendo transformações, trazendo diversidades e diferenças entre sujeitos. A escola delimita espaços, institui, e separa sujeitos, a luta de mulheres e feministas fora justamente para inclusão dos sujeitos sem distinção, e que os excluídos se incluíssem nessas instituições, e não queremos que o curso de Gênero e Diversidade exclua, afaste e ou separe sujeitos.

Os impactos observados no desenvolvimento do curso devido ao fato de ter ficado muito tempo sem estudar tiveram pontos negativos, para nossas mulheres entrevistadas. Das quinze (15) mulheres com mais de quarenta anos, nove (09) delas faziam sua primeira graduação. Um dos impactos segundo elas fora a criação de novas rotinas entre trabalho, estudos e a rotina familiar, além da retomada da escrita formal. Essa alias foi a fala da maioria por terem vindo de uma educação deficiente devido a uma escola pública deficitária, esse motivo segundo Edna Pinho (04/07/14) dificulta a concorrência “em pé de igualdade com os da classe e cor hegemônica”.

Sabemos que o mundo é dinâmico e por esse motivo não podemos ficar de fora da academia, do que é produzido e do que possamos produzir, assim, temos que “familiaridade com a leitura o que facilita a interpretação”, ressaltando o que Ana Luzia Santos (21/10/14) nos descreveu sobre esse retorno aos estudos “ainda que difícil, não impede que você consiga recuperar o ‘tempo perdido’”. Mesmo porque tudo muda muito rápido e não podemos esquecer que muitas de nós levaram mais de quinze anos até ter acesso a universidade, e os impactos são fortíssimos principalmente no dinamismo das informações globalizadas em especial as informações na era digital. Entretanto, tiveram aquelas que já tinham uma experiência universitária e que não sentiram esses impactos, devido ao fato de já terem experiência da graduação, ficando pouco tempo sem estudar.

Uma minoria das/os nossas/os entrevistadas/os já tiveram a experiência da graduação, ficando pouco tempo sem estudar, mais outras e outros mesmo com essa experiência ficaram muito tempo para fazer outra graduação, mesmo porque a maioria não concluiu a graduação. Contudo a maioria de nossas/os interlocutoras/es não possuíam outra graduação, e ficaram muito tempo sem estudar, o que impactou no desenvolvimento do curso. Isso também pode ser identificado em muitas dessas falas sobre a caminhada negativa na universidade, mesmo porque a diversidade seja no nível de instrução escolar quanto na idade e geração é um ponto visível em

todas as turmas do curso de gênero e diversidade, cada pessoa tendo sua subjetividade nessa experiência com impactos diversos.

Essa diversidade é apontada por Fabiana Amorim (23/10/14) ao falar sobre sua turma de 2009, onde para sua maioria era a primeira graduação e “com certeza que a maioria das pessoas tinha muito tempo sem estudar, algumas estavam na segunda ou terceira graduação”. Ela abandonou a graduação de filosofia aos vinte e cinco anos, ficando oito anos sem estudar até retornar a graduação no curso de Gênero: “e o impacto a gente sentiu não somente na dificuldade de aprendizagem, como também no estranhamento da própria proposta do curso, no pioneirismo, na forma de como algumas professoras comparavam as turmas”.

Já segundo Marta Bernardo (20/05/14) a dificuldade era “criar novamente uma rotina, encaixar horários de estudos, driblar o cansaço e, principalmente, retomar a prática da escrita formal”. Para Alagoin Dias (16/09/14) “ao interromper o ritmo de estudos, parece que a gente fica meio lenta, com dificuldades para memorizar, para analisar sistematicamente os conteúdos, etc.”. Nós mulheres entendemos e confirmamos esse impacto com o que Edna Pinho colocou:

Penso que mesmo que não tivéssemos muito tempo sem estudar, teríamos dificuldades de acompanhar alguns assuntos, já que viemos de uma educação deficiente, e que não nos prepara para concorrer em pé de igualdade com os da classe e cor da hegemônica. Porém acredito que se logo que terminássemos o nível médio tivéssemos tido oportunidade de continuar nossos estudos teríamos mais chance de galgar melhores postos no mercado de trabalho. A idade, as preocupações que se acumulam com o tempo de vida, os cuidados dos nossos familiares que ainda hoje estão sobre a nossa responsabilidade. Nós mulheres (negras ainda mais), trabalhamos e ainda estudamos – Edna Pinho (04/07/14).

Esses impactos também têm haver com o nosso conhecimento no cotidiano. Marcos Antônio diz que (29/08/14) “se você esta se mantendo com boas leituras isto não prejudica muito, sempre ta em exercício do pensar”. Mesmo porque e sobre esse conhecimento do cotidiano que Ana Luzia S. Santos, fala sobre o dinamismo do mundo:

Se ficarmos afastada da academia cria-se certa distancia das teorias, muita coisa é produzida e se você não acompanha você perde o contato diário, e a sensação é que deixou muita informação para trás. Quando você está estudando você vai criando familiaridade com a leitura o que facilita a interpretação, contudo, vale ressaltar que com o retorno aos estudos, ainda que difícil, não impede que você consiga recuperar podemos chamar assim ‘o tempo perdido – Ana Luzia S. Santos (21/10/14).

As e os entrevistadas/os que estavam em sua primeira graduação levaram bastante tempo (muitas com mais de quinze anos) para ingressar no vestibular, tendo um impacto muito maior no desenvolvimento do curso. As dificuldades são diversas, temos que criar novos hábitos e rotina, desde a fixação, memorização e a crítica “acadêmica” do estudo de um texto à apresentação de um trabalho. Como coloca Carmen Suarez (21/10/14): “não foi apenas o tempo que ficou fora da sala de aula e sim a deficiência mesmo da formação de escola pública”. Assim como afirma Maria das Graças Lima (03/09/14) sobre o tempo fora dos estudos, atrapalhou o seu desenvolvimento no curso, “porque fiquei muito tempo fora do ensino, do desenvolvimento cultural, e quando entrei na universidade, tudo é bem diferente do que eu aprendi a vinte anos atrás, as coisas mudaram, e muitos conceitos surgiram”.

O lado negativo vivido por nossas interlocutoras na Universidade que foram mais comentados estava na necessidade de articulação entre o trabalho e os estudos (além da fadiga, lado psicológico e físico), principalmente quando chega a hora de estagiar, a dificuldade de por as ideias no papel. A divisão entre o trabalho e a academia também traz um impacto no desenvolvimento do curso para maioria de nossas/os colegas, já que é um curso segundo Maria Carvalho Soares (25/09/14) “que exige uma carga de leitura muito alta”.

Um dos aspectos comentados por nossas interlocutoras como negativos é a articulação entre estágio e trabalho, pois existe a dificuldade de quem está trabalhando em fazer o estágio. A primeira turma da qual faço parte, também teve em um primeiro momento, dificuldade de estágio, isso por que ainda não tínhamos áreas de estágios, com as articulações feitas pelo corpo docente e discente, foi possível entrarmos no processo de estágio.

A minha experiência no estágio foi maravilhosa, aprendi muito, estaguei no Grupo de Atuação Especial em Defesa da Mulher - Gedem⁵², setor do Ministério Público do Estado da Bahia. Pesquisei, observei e conheci casos processuais, como conheci pessoalmente mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Nesse espaço obtive conhecimento, crescimento e

⁵² O Gedem foi criado em 21 de dezembro de 2006, com o objetivo de atuar quando da ocorrência de crimes, na prevenção e na disseminação do conhecimento sobre a violência de gênero e a Lei Maria da Penha. Segundo o Relatório das Atividades Gedem 2007-2011 elaborado pela coordenadora e Promotora de Justiça Márcia Regina R. Teixeira, o Gedem busca visibilizar e fortalecer as ações do Ministério Público da Bahia para promover mais cidadania para as mulheres, sobretudo às mulheres em situação de violência. Objetivando atuar na promoção da igualdade de gênero, no enfrentamento as formas de discriminação e de violência praticada contra a mulher, atuando na prevenção, na promoção e na repressão da violência doméstica e familiar perpetrada contra as mulheres, além da divulgação dos direitos das mulheres.

desenvolvimento profissional, acadêmico e pessoal, experiências importantes e necessárias para minha área profissional. Esse foi um impacto importante e necessário no meu processo acadêmico.

Jaci Nogueira (18/09/14) entende que “o impacto maior se dá pela necessidade de se dividir bem o tempo para freqüentar as aulas, ler e realizar os estudos, trabalhar fora, realizar os afazeres domésticos e assumir o papel de mãe”. Mais, para Dagmário Jesus (25/09/14) “a grande questão ou impacto é você conciliar trabalho com estudo”. Lembrando que para poucas e poucos das/os interlocutores, não houve impacto no desenvolvimento do curso, Eloide Leite (25/09/14) é uma das entrevistadas que fala sobre isso: “fiquei sem estudar mais nunca fiquei afastada da leitura, do aprendizado e da busca também”.

A grande maioria sabe que fazer o curso requer dedicação, muita leitura, saber dividir o tempo entre o trabalho e o estudo. A subjetividade de sentir e viver a universidade é bem ampla e de varias formas para muitas de nossas/os interlocutoras/es, essa experiência tem o lado negativo que interfere na vida pessoal, a dificuldade de se dedicar aos estudos e o cansaço foram apontados pelas entrevistadas. Anita Silva (25/09/14) comenta da dificuldade em conciliar a vida de estudante e mãe, “deixar minha filha caçula (...) sem minha presença em casa – algo que ela reclama muito”. Já Maria das Graças Lima (03/09/14) falou que “inicialmente mim senti uma estranha num espaço totalmente diferente, e, é dentro do espaço universitário”. Outro ponto se refere ao cansaço por trabalhar e estudar. Não é uma coisa só de se manter, não é só a coisa estrutural, financeira e física, mais existe o lado psicológico. Segundo Eloide Leite:

O corpo docente não está acostumado com a realidade diferente, (...), tem que haver um ajuste das duas partes, (...), sofrendo muito por não haver esse ajuste, (...), porque teve um momento que até eu quase pirei, ô meu Deus meu lugar é esse espaço, será que eu tenho capacidade, será que é verdade mesmo, será que estou mim enganando, eu to aqui meramente porque to aqui. Os sentimentos se misturam e a autoestima muitas vezes fica baixa, você se sente espremido, você não tem tempo pra tudo, você não tem apoio sempre, você tem que pesar em muitas vezes, muita coisa – Eloide Leite (25/05/14).

O sentimento da própria discriminação comentada por Maria Carvalho Soares (25/09/14) ao se “sentir velha para está na Universidade”. Discriminação que ouvi por muito tempo, de falarem que a faculdade tinha que ser feita logo após o termino do ensino médio, pois esse espaço era dos jovens, ouvindo também de pessoas mais velhas que tinham o sonho de fazer a universidade, mais que o tempo já tinha passado que já era tarde demais. Por essas razões que

temos de lutar por nossos sonhos, não é fácil, mas não é impossível. E como afirma Eloide Leite (25/09/14): “temos que ter consciência que a luta é contínua, é matar um leão por dia, (...), tem que ter na realmente atitude, atitude, porque isso aí vai além do que querer, do sonhar, é você resistir”.

O percurso até alcançar o espaço acadêmico não foi fácil para a maioria de nós. E ao chegarmos nessa academia enfrentamos as discriminações e o preconceitos, um deles é apontado por Ana Lúcia Santos (24/09/14), “tem uma grande discriminação com relação as pessoas dessa faixa etária (40 anos), principalmente as mulheres”, já que sofreu discriminação ao ter interesse em adentrar em uma das chapas de movimento estudantil, ouviu “que o movimento era coisa de jovem”. Segundo Ana Mara Goldani (2010, p. 413) a idade “é uma base potencial de divisão e conflito entre gerações”.

Nessa percepção do espaço acadêmico tem a afirmação de Sônia Soares (01/10/14), quando diz que “infelizmente, agente ainda está invisível aqui dentro, isso é muito triste mais eu sinto isso, mais estamos aqui”. Isso evidencia o que Kimberlé Crenshaw afirma que também na educação as mulheres de “determinada identidade étnico-racial podem ser excluídas das oportunidades educacionais ou de ter menos anos de estudo em relação aos homens do seu grupo ou às mulheres da elite” (CRENSHAW, 2002, p. 179). E isso condiz com as palavras de Edna Pinho (04/07/14) que “temos que reforçar as bases, resignificar papéis e lutar por nada menos que efetivação de nossos Direitos sociais, civis e políticos. Temos direitos aos espaços Acadêmicos e a qualquer outro que queiramos participar”.

4.4 Possibilidades Futuras

O curso contribuiu e promoveu o nosso processo de empoderamento, devido a uma construção pedagógica feminista, nesse sentido o bacharelado “busca agregar a formação técnica, humana e político-social em sua proposta curricular” (LIMA, 2012, p. 99). Então, ao sairmos do espaço acadêmico, ou seja, formadas/os como Bacharelas e Bacharéis em Estudos de Gênero e

Diversidade, chegamos ao mercado de trabalho como profissionais qualificadas/os na área de gênero e diversidade.

E nesse aspecto, devido às transformações estruturais de nossa sociedade, pelo surgimento de diversas políticas públicas em gênero, estamos prontos para atender a demanda dessas áreas dos setores crescentes como afirma Tatiane Lima pela “multiplicidade de secretárias, organizações do terceiro setor e outros organismos públicos específicos para as questões das mulheres e outras, em nível estadual e municipal” (LIMA, 2012, p. 91). A partir desse contexto, apresento algumas descrições de nossas/os entrevistadas/os. Acho importante demonstrar o que elas e eles esperam do futuro com essa graduação.

E é justamente nessa ceara das políticas públicas a realização profissional de Maria Carvalho Soares (25/09/14) que diz: “eu penso em ser uma analista de políticas públicas para criar políticas que venham melhorar a condição de vida das minorias”. Dagmário Jesus (25/09/14) também quer “trabalhar na área de políticas públicas é multiplicar esse conhecimento”. Eu (Joselita) também gostaria de trabalhar com políticas públicas focadas no gênero e nas diversidades. Além de querer fazer um doutorado Ângela Janaina Marques pensa em também trabalhar com políticas públicas:

Tem tantas coisas, tantas portas abertas, portas a se abrir, tem muita coisa a se fazer, eu espero dificuldades, obstáculos, mais, coisas que agente vai poder resolver e questões que vão passar pelas nossas mãos e agente vai, poder participar da criação, pó exemplo de uma política pública – Ângela Janaina Marques (21/10/14).

Contudo, a maioria de nós, inclusive eu ainda tem incertezas sobre o futuro nessa profissão. Mas, outras entrevistadas já têm a certeza de que irá trabalhar como analistas de gênero. Uma das Bacharelas desse curso Cristiane Reis (20/10/14) já está trabalhando na área, levando todo o conhecimento que adquiriu para sua área profissional, e isso é animador para as/os futuras/os profissionais de gênero. A outra bacharela Fabiana Amorim (23/10/14) diz o seguinte: “espero poder trabalhar na minha área de formação, mas sei que não será nada fácil”.

A possibilidade futura são as realizações que o futuro reserva sobre esse conhecimento, um mestrado que o sonho de Debora Campelo (21/10/14), um doutorado como almeja Carla Reis (24/10/14), e boas surpresas, segundo Benedito C Filho (19/09/14) quando afirma que “o futuro com a graduação pra mim é uma surpresa”, e as realizações pessoais além da eterna busca do conhecimento como coloca Eloide Leite:

Há, eu to buscando sempre, eu sempre falo assim para as pessoas, é uma vez dentro, agente, bebe da água da fonte não quer mais parar, eu quero estudar, quem sabe ser uma pesquisadora, quem sabe fazer aí uma licenciatura para casar com gênero, não sei, coisas legais, eu espero seguir estudando, contribuindo com as relações de gênero – Eloide Leite (25/09/14).

A contribuição com proposta “de uma sociedade mais justa e Igualitária”, consolidando um processo de construção “que visam um projeto que respeita a diversidade, que levem em conta uma sociedade diversa” como a nossa, é o que almeja nossa Bacharela Ana Luzia Santos (21/10/14) com a sua graduação. E como diz Iraildes Andrade (20/05/14) “acho que o que todos esperam se possível fazer um mestrado e utilizar o que aprendi em sala de aula”. A possibilidade de trabalho e realização de mais sonhos são os desejos de Marta Santos:

Eu espero me concursar para trabalhar em alguma secretaria Estadual, Municipal ou Federal com foco em gênero ou trabalhar por conta própria abrindo alguma assessoria focando gênero, trabalhar em alguma associação pública ou privada, ONG, fazer mais uma graduação em Direito com especialização na Vara de Família quando estiver sendo oferecido à noite, um Mestrado se for possível, e / ou um Doutorado – Marta Santos (20/05/14).

A “expectativa que se cria da formação profissional em gênero e diversidade”, segundo afirma Anita Silva (25/09/14) é “encontrar um eixo de atuação”, além da possibilidade de atuar na área que é realmente a perspectiva de muitas e muitos de nossas/os entrevistadas/os. Ou mesmo trabalhar com esse olhar de gênero como afirma Alice H. Silva (27/10/14). Abertura no horizonte profissional é o que espera Tatiana Nascimento (23/10/14) e Marta Bernardo (20/05/14) que coloca que além desses novos horizontes, tem ainda as possibilidades de contribuir nas reflexões de uma equidade nas disparidades sociais. Tendo nesse sentido o que coloca Sonia Maria Soares (01/10/14) “eu quero ajudar de alguma forma (...), e trabalhar com adultos e crianças sem muitos recursos, (...) e que possam ter condições de estudar, tendo novas perspectivas de vida”.

Para Edna Pinho (04/07/14) sua possibilidade futura seria “ainda em vida um emprego que me favoreça viver com dignidade, sem excessos e nem faltas”. E como deseja Marcos Antônio Santos (29/08/14) “que não seja apenas uma repetição do presente”. A possibilidade vindoura afirma Alagoin Dias (16/09/14) é “atuar na área como ‘Analista de Gênero’ seja na rede pública ou particular”. A oportunidade de levar nosso conhecimento em todas as áreas que

atuaremos, fazendo a mudança social necessária com perspectivas de mudanças reais de equidade, igualdade e oportunidade para todas e todos, é o que pensa Jaci Nogueira:

A oportunidade de levar as discussões sobre gênero, raça, cultura, diversidade, sexualidade, respeito, direitos humanos para além dos limites da academia. O meu sonho é que pessoas credenciadas para tal possam levar tais conhecimentos para crianças, adolescente, jovens e adultos para que a mudança social se inicie já, na tenra idade. – Jaci Nogueira (18/09/14).

Para Maria das Graças Lima (03/09/14), “é ter oportunidade de trabalho para todas e todos, justifico essa possibilidade porque o fator idade influencia muito na sociedade”. Ana Lucia Santos (24/09/14) disse que a graduação permitirá uma volta ao movimento sindical da qual estava afastada como ela mesma afirma: “o que espero com a graduação é voltar para o movimento sindical, só que vou tá como profissional, e exigir respeito, porque isso conta muito, porque quando você chega no espaço, principalmente esses espaços que é dominados por homem” :

Já Evandro Mattos (20/10/14) fala da construção de uma sociedade “com respeito e sem preconceito e discriminação para que um dia possamos alcançar a igualdade de gênero”. Essa construção para Tatiane C. Santos (25/05/14) vem através da criação de varias “políticas públicas para transformar a sociedade em espaço de direitos iguais para homens e mulheres”. Para que isso aconteça é importante que mantenhamos nosso conhecimento e nossa qualificação em dia, como afirma Vilobaldo Filho (29/09/14), mesmo porque “o mercado nos impõe e nos exige essa qualificação”, por isso, “precisamos cada vez mais compreender os processo para que agente possa fazer a intervenção”, intervenção de transformações e reconstruções de transformar a sociedade, em todos os espaços, “na igreja, nas associações, em casa, no trabalho. As/os analistas de Gênero têm o papel de fazer a revolução, pra transformar de fato, pra fazer com que nós seres humanos, cidadãs, cidadãos, possamos desconstruir e quebrar paradigmas” (FILHO, 29/09/14).

Contudo existem aquelas e aqueles que ainda não vislumbram possibilidades futuras com a graduação como falou Carmen Suarez (21/10/14) “não espero muita coisa, não vislumbro nenhum retorno financeiro”. Mais acreditar nas possibilidades e nas realizações que o curso se propõe a oferecer é o que a maioria das bacharelas e das futuras bacharelas e bacharéis vislumbram, mesmo porque o curso é novo, e o desejo de Cristiane M. Reis (20/10/14), que

compõe o desejo de todas e todos é “que a nossa profissão possa ser consolidada, compreendida, respeitada e valorizada, pois é de grande importância para a humanidade”.

No contexto apresentado, todas/os esperam a realização pessoal e quem sabe a possibilidade da continuação dos estudos com novas graduações, a expectativa de trabalharem na profissão de analista de gênero ou mesmo levarem o conhecimento adquirido para outras pessoas, na perspectiva de mudança social no que se refere a equidade, igualdade e oportunidade para todas e todos, na construção de uma sociedade mais justa, respeitando nossa diversidade. Entretanto, existem as/os que não vislumbram possibilidades futuras com a graduação, mais acreditar nas possibilidades e nas realizações que o curso se propõe e oferece é o desejo de todas/os, mesmo porque o curso é novo, e por esse motivo temos que lutar para que a profissão possa ser consolidada, compreendida, valorizada e acima de tudo respeitada.

5 - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Existiram muitas descobertas e conhecimento tanto do “outro” como do “eu”, além da produção da monografia requisito para obtenção do nível superior e da colação de grau para diplomação de Bacharela em Estudos de Gênero e Diversidade. Atravessamos um percurso com bastantes obstáculos como foi posta na introdução, inclusive no entendimento de que a monografia estaria sempre em construção, e por isso fez-se necessário se desapegar para que ocorresse uma suposta finalização, mesmo porque esse trabalho é de conclusão do curso de graduação, uma porta para outras trilhas.

No contexto educacional nas últimas décadas, no que se refere ao ingresso do ensino superior, o segmento masculino ainda são maioria representativa, principalmente nas áreas exatas e tecnológicas, e elas estão entrando nessas áreas também conforme indicou a pesquisa monográfica. As mulheres são maioria nas áreas das humanidades, principalmente no Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade. Verificou-se na pesquisa que a maioria das/os entrevistadas/os é oriunda/o da rede de ensino público, trabalhou e trabalha concomitantemente ao percurso escolar/acadêmico.

O estudo sobre as mulheres que ingressaram na Universidade após os quarenta anos, no Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade da Universidade Federal da Bahia entre os anos de 2009-2014 do noturno, o ingresso e permanência acadêmica revelou a complexidade e subjetividade das/os alunas/os sobre sua vivência universitária, onde os conhecimentos adquiridos nas rotinas teóricas, marcados por mecanismos e instrumentos de reflexões de consciência de gênero transversalizadas por eixos dimensionais como raça, idade/geração, classe, entre outros, refletiram num processo de empoderamento e ou autonomia.

Depois dos resultados e das análises construídas a pesquisa permitiu identificar alguns aspectos do perfil e da experiência acadêmica das/os bacharelandas/os entrevistadas/os do curso de Gênero e Diversidade. A partir do entendimento de suas subjetividades e da própria lente de gênero e os eixos dimensionais que nos cercam, e neste sentido, revelou algumas semelhanças e diferenças do perfil entre as/os graduandas/os das turmas do curso, dentre elas/es, as mulheres com mais de quarenta anos, , casadas/solteiras, , com e sem filhos, com 86,66% de

heterossexuais, com predominância de autodeclaração de cor negras/ pretas de 60%, seguida de pardas com 13,33%, que juntos resultam em 73,33% de pretas/negras e pardas, seguido de uma minoria de brancas com 13,33%. O acesso dos negros nas universidades se deve as ações afirmativas a partir da expansão da educação superior, sobretudo com o incentivo do programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni (UFBA, 20014, LIMA, 2012) que objetiva a ampliação de acesso e permanência na educação superior, da qual a UFBA aderiu.

A universidade cumpriu seu papel, através do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade quando promoveu (e continua promovendo) a formação das/os discentes como cidadãos e cidadãs capazes de atuar na construção de uma justa equidade social. O curso de Gênero e Diversidade contribui para o cumprimento na missão da Universidade Federal da Bahia, de “produzir, socializar e aplicar o conhecimento construído”, conforme consta no PDIufba - Plano de Desenvolvimento Institucional da UFBA (PDIufba, 2012, p. 18), contribuindo assim, para o desenvolvimento sociopolítico principalmente para o Estado da Bahia.

Nesse sentido, o currículo da formação do curso de Gênero e Diversidade surge de uma proposta política pedagógica feminista sobre gênero e diversidade, formação que se preocupa principalmente na “esfera da mobilização política para a promoção da igualdade frente às assimetrias de sexo, raça/etnia, classe social, geração e orientação afetivo-sexual” explica Tatiane Lima (2012, p. 70). Além da formação de profissionais capacitados na área de gênero e suas interseccionalidades (classe, geração, raça, etc.) e no desenvolvimento e elaboração de ações de planejamento e execuções de projetos de pesquisa de intervenção social.

A opinião dos motivos apresentados pelos discentes para a escolha do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade revela variadas formas de interesses, entre eles: os conhecimentos sobre as relações de gênero, a experiência de um curso novo, o interesse através da leitura da ementa, aprofundamento nas questões feministas, a sonoridade do nome do curso, o fato de ser um curso noturno, por outro lado também, houve as/os que escolheram o curso em razão da baixa concorrência, por ser uma alternativa possível para alcançar uma graduação ou mesmo a oportunidade de ingressar em uma universidade e obter o acesso ao nível superior.

No que se refere a experiência no curso destaca-se a ampliação da consciência de gênero e o processo de empoderamento das mulheres, dessa vez, devido a imersão em diversas vivências teóricas interdisciplinar que o curso proporciona, além das experiências complementares em seminários, simpósios, etc., e principalmente do conhecimento e reconhecimento do processo de

desenvolvimento de sua própria formação política cidadã, coisa que as/os próprias/os entrevistadas/os avaliam em seu processo de aprendizagem no Bacharelado.

A análise da percepção sobre a vivência e permanência na universidade revelou aspectos que envolvem a própria instituição, por não dar a devida atenção aos instrumentos e aparelhos necessários para que nos estudantes do turno noturno, possam viver o campus universitário com plenitude, utilizando-se, por exemplo, de uma Xerox, ou mesmo uma biblioteca que funcionem no turno noturno. Além da aprendizagem que exigiu um elevado grau de esforço devido a conciliação trabalho, estudos e família principalmente para nós mulheres.

Ao analisarmos o objetivo principal desta monografia no que diz respeito aos motivos do ingresso tardio das mulheres com mais de quarenta anos na educação superior no Bacharelado, depois de expor toda caminhada destas mulheres, consideramos que os marcadores de gênero, raça/etnia, idade/geração e classe foram fatores que determinaram o acesso tardio dessas mulheres.

O casamento e a criação dos filhos foram motivos do acesso tardio de muitas de nossas entrevistadas, muitas delas esperaram a formação e independência para retorno ou ingresso. Verificou-se também as dificuldades econômicas-financeiras por não terem condições de ingressar em uma faculdade particular, uma vez que, na época da conclusão do ensino médio, não existiam cursos noturnos na UFBA que atendessem as demandas das entrevistadas, ou seja, a questão da classe social muitas vezes agravados pelo fator cor-raça. Um dos diferenciais das mulheres negras que determinaram o acesso tardio a universidade.

Para as mulheres negras, gênero e raça já estão embutidos e a classe vem em paralelo na desvantagem do mundo educacional, e ela é ainda maior, por terem de trabalhar para seu sustento e muitas vezes de toda a família, não ganhando o suficiente para adentrarem em uma faculdade particular, pois, as/os negras/os entram tarde e são os primeiros a saírem no percurso escolar pela necessidade do trabalho. Mesmo porque na nossa história as/os negras/os ainda lutam pelos direitos ao acesso a educação principalmente na educação superior.

Visibilizando suas trajetórias e verificando os desafios impostos nesse ingresso e permanência na vida acadêmica, chegamos a resposta da pergunta norteadora dessa monográfica: se “os marcadores sociais de gênero, raça/etnia, geração e classe foram fatores que determinaram o acesso tardio e marcaram a permanência dessas mulheres na universidade”. Os marcadores sociais de gênero, raça, etnia, geração e classe foram entendidos como fatores dimensionais que

interferiram em um dado momento de seus quotidianos assim como e suas vidas escolares/acadêmicas, determinando seu acesso tardio e permanência na Universidade Federal da Bahia, no Bacharelado nos Estudos de Gênero e Diversidade, conforme análise das entrevistas das com mais de 40 anos, e para os homens também, assim como das mulheres entre trinta e trinta e nove anos.

No comparativo com as respostas das mulheres com mais de quarenta anos de idade e as mulheres entre trinta e trinta e nove anos de idade configurou-se as mesmas respostas, sendo os/as filhos/as, o trabalho e o casamento foram os fatores de seus ingressos tardios à universidade. Para os homens apenas a necessidade de trabalhar, sendo que nenhum deles comentou sobre família e filhos como motivo do ingresso tardio, para eles o motivo foi apenas financeiro.

Finalmente, os significados dessas experiências se concretizam com o que nós esperamos no futuro com essa graduação. E nesse sentido se personalizam a realização pessoal, com possibilidades de novas graduações, além da expectativa de trabalhar no campo estudado como as novas e os novos analistas de gênero, repassando os conhecimentos adquiridos e com perspectivas de contribuição para uma mudança social, trabalhando para a equidade e igualdade de oportunidade para todas e todos, na construção de uma sociedade mais justa.

Por não ter abordado todos os cursos noturno da Universidade Federal da Bahia, o tema sobre as mulheres que ingressaram na Universidade após os quarenta anos de idade, fica em aberto para uma futura pesquisa a ser feita por pessoas que se interessem sobre esse tema com foco em gênero e ou suas interseccionalidades. Essa pesquisa também pode ser abranger os cursos diurnos.

A importância da valorização da criação de cursos noturnos para atender as necessidades daquelas/es que querem obter uma graduação, permitindo igualdade de acesso para todas/os, pois todas e todos têm direito à educação e principalmente educação de qualidade, sem exclusões, preconceitos ou discriminações no acesso à academia. A UFBA a partir das ações do Reuni, embutiu no espaço acadêmico à atitude de não discriminar, de não negar oportunidade tampouco de negar acesso, entendendo a política da equidade e igualdade.

A recomendação proposta à Universidade Federal da Bahia para atender as demandas e especificidades das/os discentes do noturno, encontra-se no acesso aos serviços e nos espaços oferecidos na instituição para o noturno, no turno noturno, abrindo ou mesmo estendendo seus

horários de atendimento, como por exemplo, nas secretarias, coordenações, colegiados, bibliotecas, copiadoras (Xerox), entre outros. Desta forma, viveríamos a cidade universitária de fato, ou seja, exerceríamos o papel pleno de sermos estudantes universitários.

Finalizando aqui minha monografia: “EU e ELAS na ACADEMIA”: o ingresso e permanência das mulheres após os quarenta anos no Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade na Universidade Federal da Bahia - UFBA (2009-2014). Espero ter contribuído nas descrições sobre as percepções das/os graduandas/os acerca do ingresso e permanência na universidade Federal da Bahia no Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade entre os anos de 2009-2014. E como essa formação gradativamente contribui na consciência de gênero e no processo de empoderamento de mulheres e homens nesse curso. Além do entendimento nos desafios que nós como futuras e futuros analistas de gênero teremos, mesmo porque temos a consciência e compreensão dos problemas e das desigualdades que cercam a nossa sociedade, principalmente nos que diz respeito a equidade e igualdade de gênero.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio D.; PINTO, Céli Regina J.; JORDÃO, Fátima (Org.). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012. 520p.

AZEREDO, Sandra. **Teorizando sobre gênero e relações raciais**. Estudos Feministas, Rio de Janeiro, CIEC/ ECO/ UFRJ, n. esp., p.203-216, 1994.

BARROS, Zelinda. **RACISMO E SEXISMO: VIOLÊNCIAS NO AMBIENTE DE TRABALHO**. "Caderno de textos gênero e trabalho" / Iole Macedo Vanin e Terezinha Gonçalves (Organizadoras). - Salvador: REDOR, 2006. 209 p.

BARROS, Zelinda. **Visibilizando o "Invisível"**: A presença de mulheres negras numa instituição de ensino superior (1960-1969). Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas / Organizado por Alda Britto da Motta, Cecília Sardenberg e Márcia Gomes. - Salvador. NEIM / UFBA, 2000. p. xxx – (Coleção Bahianas; 5).

BARROSO, Carmen M. MELLO, Guiomar N. **O ACESSO DA MULHER AO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO**. XXVII Reunião Anual da SBPC. Belo Horizonte. 1975. Caderno de pesquisa n.15.

BELTRÃO, K.I; ALVES, J. E. D. **A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX**. ABEP, 2004.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v39n136/a0739136.pdf>>. Acessado em 01 de jun. 2014.

BEZERRA, Nathalia. **MULHER E UNIVERSIDADE: A LONGA E DIFÍCIL LUTA CONTRA A INVISIBILIDADE**. 2011.

Disponível em: <<http://www.uece.br/setesaberes/anais/pdfs/trabalho/420-07082010-184618.pdf>>. Acessado em 16 de mar. 2013.

BLAY, Eva Alterman e CONCEICAO, Rosana R. da. **A mulher como tema nas disciplinas da USP**. *Cad. Pesqui.* [online]. 1991, n.76. Disponível em:

<<http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n76/n76a06.pdf>>. Acesso em: 19 de mar. 2013.

BRASIL. **Reuni-** Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25&Itemid=28"//reuni.mec.gov.br/index.php?>. e <<http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>>. Acessado em 13 de ago. 2013.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Legislação sobre o idoso** : Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do idoso) e legislação correlata [recurso eletrônico]. – 3. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2013. 124 p. – (Série legislação ; n. 104) . Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/acessibilidade/legislacao-pdf/Legislaoidoso.pdf>>. Acessado em 10 de abr. 2014.

BRENES, Anayansi Correa. **História da parturição no Brasil, século XIX**. *Cad. Saúde Pública* [online]. 1991, vol.7, n.2, pp. 135-149. ISSN 0102-311X. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v7n2/v7n2a02.pdf>"//csp/v7n2/v7n2a02.pdf">. Acesso em: 20 de mar. 2013.

BRITTO DA MOTTA, Alda. **Trajetórias Sociais de Gênero e Representações sobre Velhice no Brasil**. IV Congresso luso Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 2 a 5 de setembro de 1996.

_____. **Revisitando o Par Relutante**. Travessias de gênero na perspectiva feminista / Ivya Alves, Maria de Lourdes Scheffler, Petilda Serva Vasquez e Silvia de Aquino, organizadoras. – Salvador: EDUFBA / NEIM, 2010. 330 p. – (Coleção Bahianas; 12).

_____. **Feminismo, Gerontologia e Mulheres Idosas**. Gênero, Mulheres e Feminismos / Alinne Bonneti e Ângela Maria Freire de Lima e Souza (org.). – Salvador: EDUFBA: NEIM, 2011. 346 p. – (Coleção Bahianas; 14).

BURGINSKI, Vanda, M. Educação e Gênero: uma leitura sobre as pedagogias feministas no Brasil (1970-1990). **Revista de Ciências da Educação** – UNISAL – Americana/SP – Ano XIII – nº 24 – 1º Semestre/2011. p.569-593.

COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDEMBERG, Cecília Maria B.; VANIN, Iole M. A institucionalização dos estudos feministas e de gênero e os novos desafios. In: BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Pensando gênero e ciência. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas – 2009-2010**. In: Brasília, DF: Secretaria de Política para as Mulheres, 2010. p. 55-70.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **O Movimento Feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política.** Olhares Feministas / Hildete Pereira de Melo, Adriana Piscitelli, Sônia Weidner Maluf, Vera Lucia Puga (organizadoras). – Brasília : Ministério da Educação : UNESCO, 2006. 510 p. – (Coleção Educação para Todos ; v. 10) .

_____. **ESCOLHAS INSENSATAS? O VOTO FEMININO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE SALVADOR.** Feminismo, Ciência e Tecnologia/ Organizado por Ana Alice Alcântara Costa e Cecília Maria Bacellar Sardenberg Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002. 320p. - (Coleção Bahianas; 8) .

_____. **As donas no poder:** Mulher e política na Bahia. Salvador: NEIM/UFBA -Assembléia Legislativa da Bahia. 1998 248p. - (Coleção Bahianas; 02).

COSTA, Márcia da Silva. **Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira.** *Cad. CRH* [online]. 2010, vol.23, n.58, pp. 171-190. ISSN 0103-4979. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v23n58/v23n58a11.pdf>>. Acessado em 02/03/2015>. Acessado em 08 de fev. 2015.

COUTINHO, Rilbian C. (Org.) - MPMGO Colaborador: Diniz, Anailton Mendes de Sá - MPCE **O Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher: Uma Construção Coletiva [8.1]:** CNPG, 2011. 86f. Disponível em: <http://www.mpdf.mp.br/pdf/unidades/nucleos/pro_mulher/o_enfrentamento_a_violencia_domestica_e_familiar_contra_a_mulher.pdf>. Acessado em 02 de abr. 2013.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. Estudos Feministas.** 1/2002. p. 171-188.

_____. **A interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. Cruzamento: raça e gênero.** Painel 1. p. 7-16. [200_]. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>>. Acesso em: 20 de mar. 2013.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e políticas públicas.** Revista *Estudos Feministas*, Florianópolis, volume 12, nº 1, 2004, p. 47-71.

FARIA, Juliana, B, de. SEIDL, Eliane Maria, F. **Religiosidade e Enfrentamento em Contextos de Saúde e Doença**: Revisão da Literatura. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2005, 18(3), pp. 381-389. Universidade de Brasília.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes Necessários à Prática Educativa. Editora EGA. Ano da Publicação Original: 1996. Ano da Digitalização: 2002.
Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf%5Cpedagogia_da_autonomia_-_paulofreire.pdf>. Acessado em: 13 de ago. 2014.

FREIRE, Paulo. **Como Trabalhar Com O Povo?**. [19_]. Disponível em: <<http://acervo.paulofreire.org/xmlui/handle/7891/1533#page/1/mode/1up>>. Acessado em: 10/08/2014. e BOFF, Clodovis. **Como Trabalhar Com O Povo**. 7ª Edição. [19-?]. Disponível em: <<http://servicioskoinonia.org/biblioteca/pastoral/BoffClodovComoTrabalharPovo.pdf>>. Acessado em: 10 de abr. 2014.

GASKELL, G. **Entrevistas Individuais e Grupais**. In: __. BAUER, M; GASKELL, G. *Pesquisa Qualitativa contexto, imagem e som: Um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2008.

GOLDANI, Ana Maria. **Desafios do “preconceito etário” no Brasil**. *Educação e Sociedade. Revista de Ciência da Educação. Educ. Soc. Campinas*. v. 31. n. 111, p. 305-638, abr. - jun. 2010.

GOMES, Maria Elasir S.; BARBOSA, Eduardo F. **A técnica de grupos focais para obtenção de dados qualitativos**. Disponível em: <http://www.tecnologiadeprojetos.com.br/banco_objetos/%7B9FEA090E-98E9-49D2-A638-6D3922787D19%7D_Tecnica%20de%20Grupos%20Focais%20pdf.pdf>. Acesso em: 26 de ago. 2013.

GOMES, Romeu. **Sexualidade masculina e saúde do homem: proposta para uma discussão**. *Ciênc. saúde coletiva*. [online]. 2003, vol.8, n.3, pp. 825-829. ISSN 1678-4561. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v8n3/17463.pdf>>. Acessado em 19 de out. 2015.

GROSSI, Miriam Pillar. **Identidade de Gênero e Sexualidade**. *Antropologia em Primeira Mão*, n. 24, PPGAS/UFSC, Florianópolis, p.1-14, 1998 (revisado em 2010).

HOFBAUER, Andreas. O CONCEITO DE “RAÇA” E O IDEÁRIO DO “BRANQUEAMENTO” NO SÉCULO XIX – BASES IDEOLÓGICAS DO RACISMO BRASILEIRO. *TEORIA E PESQUISA* 42 E 43 JANEIRO - JULHO DE 2003. 110 p.

Disponível em: <<http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/57/47>>. Acessado em 02 de nov. 2015.

HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** [19_].

HARAWAY, Dinna. **Saberes Localizados**: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos pagu* (5), 1995: pp. 07-41.

hooks, bell. **Alisando o Nosso Cabelo**. 2005.

LIMA, Tatiane de Lucena. **Currículo, gênero e formação**: uma compreensão densa dos atos de currículo do curso de Bacharelado em Gênero e Diversidade da UFBA e suas implicações nas experiências formativas/Tatiane de Lucena Lima. – Salvador: T. L. Lima, 2012. 207 f; il. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **A emergência do gênero**. In: *_. Gênero, Sexualidade Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis. RJ: Editora Vozes, 1997. p.14-35 .

_____. Currículo, gênero e sexualidade: refletindo sobre o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. *Labrys: estudos feministas*. Brasília, v. 1, n. ½, jul. / dez. 2002b.

MARTINS, Heloisa H. T. de S. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MATTOS, Luiz Alves de (1958), **Primórdios da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro, Aurora.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/98140715/Rediscutindo-a-mesticagem-no-Brasil-Kabenguele-Munanga#scribd>>. Acessado em 15 de mai. 2013.

NOÉ, Alberto. BALASSIANO, Ana Luzia. **A Educação e as Desigualdades Sociais no Brasil**. Um enfoque por raça e gênero. [19_].

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Norberto Bobbio 1909. **Elogio da Serenidade e outros escritos morais**/ Norberto Bobbio; Tradução Marco Aurélio Nogueira – São Paulo: Editora UNESP, 2002.

PASSOS, Elizete S. **Palcos e plateias** – as representações de gênero na Faculdade de Filosofia. – Salvador: UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 1999. 222 p. il. – (Coleção Bahianas, 4).

PAULINELLI, Denise Maria dos Santos. RAPOSO, Isolda de Araújo Günther: **O ingresso na universidade após os 45 anos: um evento não-normativo**. *Psicol. estud.* vol. 13, n.1, Maringá, Jan/Mar 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n1/v13n1a14.pdf>>. Acessado em 02 de abr. 2013.

PEREIRA, L. et. al. **Geração Y e processos de aprendizagem na universidade**: um estudo exploratório em Cursos da Área de Ciências Sociais Aplicadas em universidades do interior de Santa Catarina. In. Congresso de Administração da América Latina, 2012. *Gestão Estratégica: Empreendedorismo e Sustentabilidade* Disponível em: <www.admpg.com.br/2012/down.php?id=2842&q=1> . Acessado em 02 de abr. 2013.

PETRUCCELLI, José, L. SABOIA, Ana Lúcia. (org.). **CARACTERÍSTICAS ÉTNICO-RACIAIS DA POPULAÇÃO**. Classificações e Identidades. Rio de Janeiro. IBGE. 2013. **Estudos & Análises**. Informação Demográfica e Socioeconômica. Volume 2. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/pcerp_classificacoes_e_identidades.pdf>. Acessado em 02 de fev. 2015.

PRA, Jussara Reis and EPPING, Léa. **Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres**. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2012, vol.20, n.1, pp. 33-51. ISSN 0104-026X. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v20n1/a03v20n1.pdf>>. Acesso em 02 de abr. 2015.

PRÁ, Jussara Reis. **“Cidadania de gênero, capital social, empoderamento e políticas públicas no Brasil”**. In: BAQUERO, Marcello (Org.). *Reinventando a sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social*. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), 2001. p. 173- 208.

QUEIROZ, Delcele M. **MULHERES NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL**. tese de Doutorado, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFBA. 2000.

_____. Mulheres no ensino superior no Brasil. In: 23ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação - ANPED, 2000, Caxambu. **Caderno de resumos**. Rio de Janeiro: ANPED, 2000.

_____. **O acesso ao ensino superior: gênero e raça**. Caderno CRH. Salvador. n.34, p. 175-197. Jan/jun. 2001.

SAFFIOTI, Heleieth I, B. **Gênero, patriarcado, violência**. SP, Editora Perseu Abramo, 2004 (Coleção Brasil Urgente), p. 43-123.

SANTOS, Boaventura de Sousa FILHO, Naomar de Almeida. **A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova**. Coimbra. Outubro, 2008.

SARDENBERG, Cecília, M, B. **DA TRANSVERSALIDADE À TRANSVERSALIZAÇÃO DE GÊNERO**. Travessias de gênero na perspectiva feminista / Ivya Alves, Maria de Lourdes Scheffler, Petilda Serva Vasquez e Silvia de Aquino, organizadoras. – Salvador: EDUFBA / NEIM, 2010. 330 p. – (Coleção Bahianas; 12).

SARDEMBERG, Cecília Maria B. MACEDO, Márcia S. **Relações de Gênero** Uma breve introdução ao tema. Ensino e Gênero: Perspectivas Transversais/ Ana Alice Alcântara Costa, Alexnaldo Teixeira, Iole Macedo Vanin, Organização - Salvador: UFBA – NEIM, 2011. 247 p.

SAVIANI, Dermeval. **Conferência de abertura do V Colóquio de Pesquisa sobre Instituições Escolares**, organizado pela Uninove e realizado em São Paulo, de 27 a 29 de agosto de 2008.

_____. **“História da escola pública no Brasil: questões para pesquisa”**. In: LOMBARDI, J.C., SAVIANI, D. e NASCIMENTO, M.I.M. (Orgs.), *A escola pública no Brasil: história e historiografia*. Campinas, Autores Associados. 2005, p. 1-29.

SCHWARTZMAN, Simon. **A educação de nível superior no Censo de 2010**: a evolução da educação superior no Brasil – diferenças de nível, gênero e idade. IETS- Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. Julho de 2012.
Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/2012censosup.pdf>>. Acessado em: 24 de jun. 2013.

SCOTT, Joan, W. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v 16, n. 2, jul-dez., 1990, p. 5-22.

SILVA, Paula Bacellar e and SILVA, Patrícia da. **Representações sociais de estudantes universitários sobre cotas na universidade.** *Fractal, Rev. Psicol.* [online]. 2012, vol.24, n.3, pp. 525-542. ISSN 1984-0292. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/fractal/v24n3/07.pdf>>. Acessado em: 08 de abr. 2015.

SILVA, Salette Maria da. A carta que elas escreveram: **A Participação das Mulheres no Processo de Elaboração da Constituição Federal de 1988/** Salette Maria da Silva – Salvador, 2011. 322f.: il. Tese (doutorado). Disponível em: <<http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/7298/1/TESE%20vers%C3%A3o%20para%20PDF%20.pdf>>. Acessado em: 13 de dez. 2015.

SOARES, Vera. Mulher, **Autonomia e Trabalho.** Autonomia econômica e empoderamento da mulher: textos acadêmicos – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 304 p. Disponível em: <www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/Autonomia_Ec_Enp_DasMulheres.pdf> Acessado em 05 de mar. 2015.

UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO. **História da Educação Brasileira.** – Rio de Janeiro: UCB, 2007.40 p. Disponível em:<<http://ucbweb.castelobranco.br/webcaf/arquivos/HistoriadaEducacaoBrasileira.pdf>>. ou <http://ucbweb2.castelobranco.br/webcaf/arquivos/HistoriadaEducacaoBrasileira.pdf> Acessado em 03 de jun. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Sistema Acadêmico da Universidade Federal da Bahia: **Lista de graus de cursos da graduação:** Web UFBA - Serviços: Grade Curricular Disponível em: <<https://siac.ufba.br/SiacWWW/ListarCursosGrade.do?cdGrauCurso=01>>. Acessado em 02 de jan. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Relatório preliminar de pesquisa sobre raça.** Raça e educação superior: a cor da UFBA (Reflexões preliminares), [20-?]. Disponível em: <www.biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/anpocs/raca.rtf>. Acessado em 03 de abr. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **CURSOS UFBA:** CPL – Cursos de Progressão Linear, BI – Bacharelados Interdisciplinares e CST – Cursos Superiores de Tecnologias. Disponível em: <<http://www.vestibular.ufba.br/cursos.htm>>. Acessado em 08 de abr. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. *Elaboração:* Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento – PROPLAN. Iracema Santos Veloso, Ilka Bichara, Aurélio Gonçalves de Lacerda. **PDiufba. PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL. 2012-2016.** EDUFBA.

2012. Disponível em: <https://www.ufba.br/sites/devportal.ufba.br/files/pdiufba_2012-16.pdf>. Acessado em 12 de ago. 2013.

VANIN, Iole M. **As damas de Branco na biomedicina baiana (1879-1949): médicas, farmacêuticas e odontólogas**. 275 f. il. 2008. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

_____. **O Instituto de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo/INEIM na Universidade Federal da Bahia**. Um relato das possibilidades de experiências transversais de gênero no ensino superior. Travessias de gênero na perspectiva feminista / Ivya Alves, Maria de Lourdes Schefler, Petilda Serva Vasquez e Silvia de Aquino, organizadoras. – Salvador: EDUFBA / NEIM, 2010. 330 p. – (Coleção Bahianas; 12).

WELLER, Wivian. **A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim**. *Soc. estado*. [online]. 2010, vol.25, n.2, pp. 205-224. ISSN 0102-6992. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v25n2/04.pdf>>. Acessado em 02 de fev. 2015.

WRIGHT, Sonia, Jay. **Gênero e empowerment na teoria e praticas antropológicas de Ruth Benedict**. *Revista Científica UNIVIX*. Revista da Faculdade Brasileira – UNIVIX. Vitória, ES, 2005.1.

_____. **“Empowerment”**: Modismo ou Caminho de Transformações das Relações Sociais. Posicionamento: *Revista do Curso de Administração das Faculdades de Vitória*. n° 1, dezembro, 2003. 154 p.

YANNOULAS, Silvia Cristina. **Iguais, mas não idênticos**. *Estudos Feministas*, Rio d Janeiro, IFCS/UFRJ – PPCIS/UERJ, n.1, p.7-16, 1994.